

Daniela Tavares Gontijo

**Adolescentes com experiência de vida nas ruas:
compreendendo os significados da Maternidade e
Paternidade em um contexto de vulnerabilidade/desfiliação**

Goiânia, 2007

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
PROGRAMA MULTIINSTITUCIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA SAÚDE -
CONVÊNIO REDE CENTRO OESTE (UNB/UFG/UFMS)

**Adolescentes com experiência de vida nas ruas:
compreendendo os significados da Maternidade e
Paternidade em um contexto de vulnerabilidade/desfiliação**

*Tese apresentada ao Programa
Multiinstitucional de Pós-graduação em
Ciências da Saúde - Convênio Rede
Centro Oeste (UnB/UFG/UFMS) como
requisito para a obtenção do título de
Doutor em Ciências da Saúde.*

Doutoranda: Daniela Tavares Gontijo

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Medeiros

Goiânia, 2007

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(GPT/BC/UFG)

Gontijo, Daniela Tavares .
G641a Adolescentes com experiência de vida nas ruas:
compreendendo os significados da maternidade e
paternidade em um contexto de vulnerabilidade
/desfiliação / Daniela Tavares Gontijo. – 2007
iii,394 f. : il.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Medeiros.

Tese (Doutorado) – Programa multiinstitucional
de Pós-Graduação em convênio rede centro-oeste:
Universidade de Brasília, Universidade Federal de
Goiás, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul,
2007.

Bibliografia : f.124-135.

Inclui anexos.

**1. Menores abandonados 2. Vulnerabilidade social
3. Crianças – Condições sociais 4. Adolescentes con-
dições sociais 5. Problemas sociais 6. Gravidez na
adolescência I. Medeiros, Marcelo II. Universidade
de Brasília III. Universidade Federal de Goiás IV.
Universidade do Mato Grosso do Sul V. Título.**

CDU : 304.3-053.6

Daniela Tavares Gontijo

**Adolescentes com experiência de vida nas ruas:
compreendendo os significados da Maternidade e
Paternidade em um contexto de vulnerabilidade/desfiliação**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde-Convênio Rede Centro-Oeste (UnB,UFG,UFMS), como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Ciências da Saúde.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Marcelo Medeiros (UFG) –Presidente
Universidade Federal de Goiás

Profa. Dra. Maria das Graças Carvalho
Universidade de São Paulo

Prof. Dr. Romeu Gomes
Instituto Fernandes Figueira

Profa. Dra. Maria Alves Barbosa
Universidade Federal de Goiás

Profa. Dra. Denize Bouttelet Munari
Universidade Federal de Goiás

Dedicatória

Dedico este trabalho às crianças e adolescentes em situação de rua, e a todos aqueles que acreditam ser possível transformar, para melhor, este mundo em que vivemos.

Agradecimentos

Inicialmente gostaria de agradecer a todos aqueles que de alguma forma contribuíram para a realização deste trabalho e principalmente para o meu crescimento pessoal e profissional. Obrigada pelo apoio, estímulos, questionamentos e inquietações que incentivaram esta trajetória...

Especialmente agradeço também àqueles que, inicialmente, possibilitaram a realização deste trabalho: Carlene Borges Soares, Normalene Sena Oliveira, Juizado da Infância e da Adolescência de Goiânia e Coordenadores da Sociedade Cidadão 2000.

Aos educadores das instituições palco de nossa pesquisa , obrigada pelo carinho com o qual nos acolheram e por nos mostrarem que é preciso acreditar sempre....

As e aos adolescentes que participaram de forma direta ou indireta deste estudo, obrigada por me ensinarem a ver o mundo com outros olhos, de uma forma menos idealizada, marcada por contradições e repleta de riquezas que se manifestam de forma sutil e cotidianamente, mas que, hoje, me fazem acreditar, realmente, no imenso potencial de transformação que é inerente aos seres humanos.

Aos meus amigos Augusta, Fabíola, Dagoberto, Geórgia, Gustavo, Marta, Miralva, obrigada por confiarem em mim muito mais do que eu mesma...

Aos companheiros e pacientes na Clínica Fisioser (Edir, Gustavo, Daniel, Alexandrina, Aline) obrigada pelo apoio e compreensão de minhas ausências...

À terapeuta ocupacional Miriam Kuhn, obrigada por ser meu “anjo da guarda” desde o início deste processo e, principalmente por ser uma pessoa tão iluminada!

Às professoras doutoras Denize Bouttelet Munari, Maria Alves Barbosa, Maria Márcia Bachion, Romeu Gomes, Maria das Graças Bonfim de Carvalho, obrigada por suas ricas contribuições neste trabalho.

Ao meu orientador, Dr. Marcelo Medeiros, obrigada pela atenção, compreensão, pelo desprendimento com que repassa seus conhecimentos, “pelos esquemonstros” que iluminam qualquer cabeça em pane... Mas, obrigada, principalmente, pelo companheirismo, pela dedicação e pela forma cuidadosa com que me conduziu nesta estrada... Que, espero, ainda terá muitas curvas e retas para percorrermos juntos...

Agradecimentos Especiais

A Deus, que sempre possibilita que eu esteja com as pessoas certas, nas horas e lugares certos , obrigada por me iluminar na condução de todos os momentos da minha vida...

Aos meus pais e minha família, obrigada por serem a base de tudo que faço, conquisto, e sou.

“(...) enquanto muitos trabalham para se segurar
Seus filhos que nasceram é preciso sustentar
Outros ficam vagando pela rua o dia inteiro
A idade vai chegando e vem a falta de dinheiro
Pra comprar um pisante, um bermudão, uma peita
Tomar um refrigerante, fim de semana ir na feira
Seus pais com muita dificuldade ganham pouco
Pagar as contas fim de mês, maió sufoco
Abandonou a escola cedo demais
Foi ignorante não quis ouvir seus pais
Se enturmou com a mulequada da quebrada
Sumia no mundo passava dias sem voltar pra casa
E sua mãe coitada, desesperada
Com 15 anos cometeu seu primeiro delito
Deu azar foi preso e ficha no distrito
A partir daquele dia era perseguido
Altos bo´s altos assaltos, se formou bandido
Andar armado e drogado era sua cina
Virou patrão da merla e da cocaína
Se achava o tal, carro zero
Com 18 anos de idade era respeitado na cidade
Até que um dia a casa caiu
Dormiu no ponto
E agora, e agora,
Na rua era temido, na cadeia ele chora (...)
Se hoje passo fome pelas ruas meu irmão
Posso morrer mas quero ter Jesus no coração
Acostumado a viver de migalhas nesse mundo
Ser chamado por muitos de vagabundo
Esqueceram um dos mandamentos que aqui Você deixou,
E assim foi esclarecido:
“amar a Deus sobre todas as coisas e ao teu próximo como a ti mesmo”
(Vida Eterna- Liberdade Condicional)

Resumo

Estudar sobre crianças e adolescentes que fazem das ruas seu espaço de sobrevivência traz à tona o processo de vulnerabilidade social vivenciado por muitas famílias brasileiras marcadas pela situação de miséria, abandono e violência. Neste contexto, muitos adolescentes vivenciam a sexualidade e a possibilidade ou a experiência de se tornarem pais ou mães, baseados nos valores individuais mas também relacionados às limitações e possibilidades subjacentes a estes processos. O objetivo deste estudo foi analisar os significados de maternidade e paternidade para adolescentes com experiência de vida nas ruas, relacionando-os ao processo de vulnerabilidade/desfiliação discutido por Castel (2005). Pesquisa social estratégica realizada de 2004 a 2007 em duas instituições não-governamentais que assistem adolescentes em situação de rua no município de Goiânia (GO). Participaram deste estudo 13 adolescentes com idade entre 12 e 17 anos que viviam em situação de rua há pelo menos 6 meses. Os dados foram coletados por meio de entrevistas semi-estruturadas e analisados no Método de Interpretação de Sentidos segundo os temas *A Danada da Rua* e *Pai apóia, mãe é 24hs*. De uma forma geral, foi possível identificar como o processo de vulnerabilidade e desfiliação caracteriza e marca a trajetória de vida destes adolescentes. Os processos de significação da maternidade e paternidade são impregnados tanto pelo contexto vivenciado, como também por valores relacionados às relações de gênero consideradas tradicionais na sociedade contemporânea. Assim, foi possível identificar um maior potencial da maternidade como um fator que motiva a adolescente a buscar alternativas para além da vida nas ruas, revertendo a situação de desfiliação social para a de vulnerabilidade, em contraposição ao observado em relação à paternidade para os jovens deste estudo.

Palavras Chave: Menores Abandonados; Vulnerabilidade Social; Crianças – Condições Sociais; Adolescentes – Condições Sociais; Problemas Sociais; Gravidez na Adolescência

Abstract

To study about children and adolescent that make the street as their surviving place, reflects the social vulnerability process experienced by a lot of Brazilian families living in misery, abandonment and violence situation. In this context, many adolescent live their sexuality and the possibility or the experience to become fathers or mothers, based on individual values, but also related to the limitations and subjacent possibilities to these processes. The aim of this study was to analyze the meanings of maternity and paternity by adolescents with life experience in streets, relating it to the vulnerability and disaffiliation process by Castel (2005). It was a strategic social research developed along 2004 to 2007 in two non-governmental institutions in Goiania (GO), where adolescents that lives in streets are assisted. The subjects of this study was adolescents in age among 12 and 17 years old, whose were living in street by 6 months at least. Data were collected by semi-structured interviews and analyzed by the Senses Interpretation Method, through the themes "Damned Street" and "Father Supports; Mother is 24 Hours". It was possible to identify how the vulnerability and disaffiliation process is characterized and determines the life trajectory of these adolescents. The signification processes of maternity and paternity are impregnated as by living context as by related values with genre relationship considered traditional in the contemporary society. Thus, it was possible to identify a large potential of maternity as a factor that motivates the adolescent girl to search for alternatives beyond the street life, reverting the social disaffiliation to the vulnerability situation, in opposition to the observed in paternity meaning for adolescent boys of this study.

Keywords: Homeless Youth; Social Vulnerability; Children – Social Conditions; Adolescents – Social Conditions; Social Problems; Pregnancy in Adolescence.

Resumen

Estudiar a respecto de niños y adolescentes haciendo de La calle sus espacios de sobrevivencia reflecte el proceso de vulnerabilidad social en que viven muchas familias brasileñas en situación de miseria, abandono e violencia. En esto contexto, muchos adolescentes experimentan la sexualidad y la posibilidad o la experiencia de ser padres o madres, embasados en valores individuales, pero también relacionados a los límites e posibilidades subyacentes a estos procesos. El objetivo de esto estudio fue analizar los significados de maternidad e paternidad para adolescentes con experiencia de vida en la calle, relacionando estos al proceso de vulnerabilidad y desafiliación discutidos por Castel. Pesquisa social estratégico realizada entre 2004 e 2007 en dos instituciones no gubernamentales que asisten adolescentes en situación de vida en la calle en Goiânia (GO). Participaron del estudio 13 adolescentes entre 12 e 17 años de edad viviendo en situación de calle haciendo seis meses en mínimo. Los datos, colectados por medio de entrevistas semi-estructuradas e analizados pelo Método de Interpretación de Sentidos, segundo los temas “La malvada calle” e “Padres apoyan; Madre es 24 horas”. De modo general, fue posible identificar como el proceso de vulnerabilidad y desafiliación caracteriza y marca la trayectoria de vida de estos adolescentes. Los procesos de significación de maternidad e paternidad son impregnados tanto pelo contexto de vida, como también por valores relacionados a las reacciones de género consideradas tradicionales en la sociedad contemporánea. Así, fue posible identificar mayor potencial de la maternidad cómo factor que motiva la adolescente en la búsqueda de alternativas para allende la vida en las calles, revertiendo la situación de desafiliación social para vulnerabilidad, en contraposición al observado en relación à la paternidad para los adolescentes de esto estudio.

Palabras Clave: Jóvenes sin Hogar; Vulnerabilidad Social; Niños – Condiciones Sociales; Adolescentes – Condiciones Sociales; Problemas Sociales; Embarazo en Adolescencia.

Sumário

RESUMO	i
ABSTRACT	ii
RESUMEN	iii
1. CONSTRUINDO O OBJETO E DELIMITANDO O OBJETIVO DA PESQUISA	5
2. REFERENCIAL TEORICO	
2.1 Crianças e adolescentes em situação de rua e processo de vulnerabilidade/desfiliação	14
2.1.1 Políticas públicas voltadas às crianças e adolescentes	29
2.2 Maternidade e paternidade para adolescentes em processo de vulnerabilidade/desfiliação	39
2.2.1 A construção da adolescência: algumas considerações	39
2.2.2 A construção social da maternidade e paternidade na adolescência	44
2.2.3 Maternidade e Paternidade Adolescentes	49
2.2.4 Pressupostos do estudo	61
3. PERCURSO METODOLÓGICO	64
3.1 Princípios Metodológicos	64
3.2 Campo de Estudo	65
3.3 Trabalho de Campo	68
3.3.1 Coleta de dados	71
3.3.2 Análise dos Dados	73
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	76
4.1 Local da Pesquisa	76
4.2 Atores do Estudo	78
4.3 Maternidade e Paternidade para adolescentes em processo de vulnerabilidade/desfiliação	83
4.3.1. A danada da rua	84
4.3.2 “Pai apóia, mãe é 24hs”	104
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	117
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	124

7. ANEXOS	136
7.1 Anexo I: Protocolo CEPMHA/HC/UFG	136
7.2 Anexo II: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	137
7.3 Anexo III: Conhecendo um pouco mais dos atores do estudo	138
8. APÊNDICES	143
8.1 Artigo publicado na Revista Eletrônica de Enfermagem	143
8.2 Artigo aceito para publicação na Revista Ciência e Saúde Coletiva	144
8.3 Artigo aceito para publicação na Revista Cadernos de Saúde Pública	145

*“Por quanto tempo ainda vamos ter que suportar
A crueldade , a humanidade em decadência
Ricos cada vez mais ricos
Pobres cada vez mais pobres
Quem será que vai levar o maior tombo
Vejo a parte bem sucedida materialmente
Puxa do bolso algumas migalhas e novamente
Achar que estou colaborando com um mendigo que pede esmola
As granfinas enfiam a mão no fundo da sacola
Joga uma moeda viram as costas e vão embora
Que ajuda é essa? Queira me explicar
Onde o cara nunca se levanta, continua no mesmo lugar”.*
(Vida Eterna, Liberdade condicional)

1. Construindo o Objeto e Delimitando o Objetivo da Pesquisa

Crianças e adolescentes vivendo nas ruas sempre nos provocou questionamentos e reflexões. Desde o início da nossa adolescência nos perguntávamos, de uma forma ingênua (hoje percebemos isso), porque aquelas pessoas “preferiam” morar nas ruas em detrimento de suas casas; porque elas pareciam viver em outro mundo, tão diferente da vida que levávamos; porque não estavam na escola como nós; será que elas não sabiam que precisavam estudar para “serem alguém” na vida, como nossa mãe sempre nos falava?

No entanto, estes questionamentos eram passageiros, pois afinal tínhamos as “urgências” da adolescência: passear... divertir... namorar... trabalhar.... estudar..., vestibular... começar um curso (em ciências exatas!)... abandonar este curso... curso pré-vestibular... novo vestibular... e então, iniciamos a graduação em Terapia Ocupacional, na qual investimos investimos esforços à nossa formação, sem saber ao certo do que se tratava essa profissão. Mudar de cidade, fazer novos amigos na faculdade, estudar muito, enfim, amadurecer. Em meio a esses desafios, fomos nos construindo enquanto “Terapeuta Ocupacional”.

Neste processo, passamos a entender a importância para os seres humanos de fazerem suas atividades de forma independente e, principalmente, de escolherem quais, quando e como realizar tais atividades, exercendo dessa forma a autonomia e se tornando sujeitos de sua própria história, pois afinal, a Terapia Ocupacional é “a arte e a ciência de ajudar as pessoas a realizarem as atividades que são importantes para elas, apesar de debilidades, incapacidades ou deficiências” (NEISTADT & CREPEAU, 2002, p.3).

Com o tempo e o estudo, começamos a compreender como as limitações físicas, psíquicas e sociais podem trazer sérias conseqüências para o desenvolvimento, a qualidade de vida e para o exercício da cidadania plena das pessoas. Durante este tempo, quando íamos ao centro da cidade (agora uma grande capital) e víamos as

crianças e adolescentes “de rua” envolvidos na “aura” das drogas, nos perguntávamos que possibilidades de escolhas estas crianças e adolescentes tinham que as faziam optar pelas ruas; que limitações ao seu desenvolvimento representavam as ruas para estas? No entanto, mais uma vez, esses questionamentos ficaram para depois, pois tínhamos de nos preparar para atender no estágio pacientes, vítimas de problemas neurológicos, ortopédicos ou psíquicos.

Formatura, primeiro paciente atendido com remuneração, concursos públicos, trabalho e a oportunidade de ser professora universitária. Mais um sonho que, para ser concretizado, implicou em novamente mudar de cidade (agora para bem mais longe da família), fazer novos amigos (com a ajuda de velhos amigos, é verdade), enfrentar o desafio de dar aula e nos deparar com a necessidade, e, principalmente, com o desejo de fazer pós-graduação.

Mestrado. Mas pesquisar o quê? Era o quê nos perguntávamos. Até que finalmente percebemos que a oportunidade de dar “atenção” aos nossos questionamentos sobre as crianças e adolescentes de rua havia chegado ao nos aproximarmos do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Saúde Integral (NEPSI) da Faculdade de Enfermagem (FEN) da Universidade Federal de Goiás (UFG).

Por meio de um dos pesquisadores do Núcleo nos foi apresentada a proposta de trabalho com crianças e adolescentes em situação de risco social, mais especificamente com um grupo de meninas que já não mais estavam nas ruas, mas viviam abrigadas em uma instituição não governamental. Após um primeiro contato com essa instituição, vislumbramos grandes possibilidades de um trabalho com esse grupo de meninas grávidas ou que conviviam com seus filhos no mesmo local. Este foi um dos primeiros passos para que mais tarde pudéssemos desenvolver o trabalho de forma articulada ao projeto de pesquisa intitulado “Pesquisando caminhos para a Promoção da Saúde de crianças e adolescentes em situação de rua”, desenvolvido no NEPSI, cuja proposta, sistematizada de forma multicêntrica e integrada, busca conhecer e analisar

possibilidades e limites na assistência à saúde da criança e do adolescente com experiência de vida nas ruas.

Qual não foi nossa surpresa quando fomos convidadas a supervisionar estágios, de um curso de graduação em Terapia Ocupacional, em um abrigo para crianças e adolescentes vítimas da violência e da miséria, ao mesmo tempo em que começamos a cursar as disciplinas do curso de pós-graduação. Não poderíamos deixar de registrar essa experiência no abrigo, pois foi dela que, verdadeiramente, surgiu o interesse pela intervenção da Terapia Ocupacional com crianças e adolescentes vítimas do processo de desigualdade social que vivemos no Brasil.

Durante aquele semestre trabalhamos com as crianças e adolescentes visando atingir muitos objetivos, mas principalmente tentando construir, junto com elas, o processo de conquista e exercício da autonomia nas atividades cotidianas. Brigas e discussões entre as crianças faziam parte dos atendimentos, apesar de observarmos a cada dia, a utilização de outras formas de se relacionarem, um pouco mais sustentadas pelo diálogo.

No entanto, um dia foi especialmente significativo quando identificamos, na prática, a dimensão do trabalho que realizávamos e as inúmeras possibilidades para a Terapia Ocupacional neste campo de intervenção. Depois de um desentendimento relativamente sério com o grupo com o qual realizávamos uma atividade (ensaio de uma peça teatral), uma das crianças, um menino de 12 anos, resolve correr e pular o muro de volta às ruas. Logicamente corremos atrás para tentar impedir a fuga até que, literalmente, caímos no chão em virtude de um buraco escondido pelo mato. Sem que falássemos uma palavra, o menino desceu do muro, voltando para o interior do abrigo, e nos estendeu a mão para que levantássemos.

Dessa experiência saímos, embora com o pé fraturado, com a convicção que havíamos conseguido algum tipo de transformação, algum tipo de vínculo havia se constituído e que com certeza haveria reflexos em outros aspectos na vida daquela criança (o que nos foi confirmado por outros profissionais da instituição). Outra convicção

que tivemos naquele momento foi que a nossa realização enquanto pessoa, cidadã e profissional perpassaria pelo trabalho (clínico, de ensino e pesquisa) com essa população.

A Terapia Ocupacional trabalha, assim como outros profissionais da área da saúde e ciências sociais, com as demandas de pessoas que, com o agravamento de suas condições de vida, são excluídas dos bens culturais e sociais (GALHEIGO, 2003) Utilizando as atividades como instrumento de emancipação e de reconstituição de histórias e contextos, o terapeuta ocupacional direciona a sua intervenção para a construção de subjetividades, de ações coletivas e do exercício pleno da cidadania.

No entanto, para que pudéssemos elaborar e implementar ações neste campo, de forma mais sistematizada e efetiva, percebemos que necessitávamos compreender a complexidade que caracteriza o mundo do qual faz parte essas crianças e adolescentes, bem como as estratégias por elas desenvolvidas para lidar com as circunstâncias de suas vidas (GALHEIGO, 2006).

Mergulhamos, então, na literatura sobre as crianças e adolescentes em situação de risco social, especialmente naquela referente às crianças e adolescentes em situação de rua. Neste mergulho nos familiarizamos com as características da vida nas ruas através do ponto de vista de autores diversos (CRUZ NETO, SOUZA & ASSIS, 1993; MEDEIROS, 1999; BUTLER & RIZZINI, 2001; MEDEIROS et al., 2002; NOTO et al., 2003; ABDEL GALIL et al., 2004). Entre estas características, as referências à ocorrência da gravidez neste contexto, chamou nossa atenção, principalmente depois de conhecermos um trabalho desenvolvido por uma instituição junto à adolescentes com experiência de vida nas ruas que se tornaram mães.

A gravidez, como nos relata Gomes (1996) e como podemos facilmente constatar em visitas às instituições que lidam com essa população, é uma possibilidade real e presente para as adolescentes que fazem das ruas seu espaço de sobrevivência, e que nelas vão descobrindo o próprio corpo e a sexualidade. Esta experiência caracteriza-se por intensas mudanças físicas, psíquicas e sociais, que associa-se à vivência da

adolescência e às suas transformações, colocando a menina-mulher em uma situação em que são necessárias diversas decisões: Abortar? Ter o filho e “doá-lo”? Assumir a maternidade? Usar ou não usar drogas? Procurar o pai do bebê? Continuar nas ruas? Sair das ruas? Procurar a ajuda da família? Procurar uma instituição? Enfim, são inúmeras as escolhas que vão delineando, pouco a pouco a história de vida dessas adolescentes.

Neste contexto, direcionamos então nossa atenção para a compreensão do significado da maternidade para estas adolescentes. Nesse percurso, iniciamos pela literatura na qual a maternidade na adolescência é significada enquanto risco biológico, psicológico e social; visão presente no discurso hegemônico na saúde pública; perpassamos por estudos que, a partir de referenciais da sociologia e da antropologia, ampliaram a nossa percepção acerca do fenômeno em estudo (LUZ, 1999; JEWELL et al., 2000; CABRAL, 2003; SANTOS & SCHOR, 2003; PANTOJA, 2003; KLIMA, 2003; GONTIJO & MEDEIROS, 2004). Finalmente, no trabalho de campo, ouvimos das próprias adolescentes mães suas histórias e representações para essa experiência.

Neste estudo identificamos que, para um grupo de adolescentes que optou por sair das ruas em virtude da proximidade do parto e buscou ajuda em uma instituição abrigo, o filho foi significado como salvador de uma morte certa nas ruas bem como a única pessoa com a qual é possível constituir uma relação de afeto genuína (GONTIJO & MEDEIROS, 2007a).

Durante a realização desta pesquisa dois aspectos que não eram o foco do trabalho naquele momento suscitaram novos questionamentos. Em seus discursos as adolescentes faziam referências às diferentes relações sociais (afetivas, sexuais, amizade, trabalho) estabelecidas no contexto das ruas. No entanto, percebemos, na maioria das vezes, um distanciamento destas em relação aos pais das crianças, todos também em situação de rua. Além disso, percebemos no conjunto das falas que, apesar das especificidades de cada uma das adolescentes, todas traziam em suas histórias as marcas do processo de desigualdade social e econômica vivenciado também por suas

famílias, o que às colocavam em uma situação de extrema vulnerabilidade (GONTIJO & MEDEIROS, 2007 a) .

Estes aspectos nos levaram a questionar, como as (os) adolescentes que ainda estavam nas ruas, suscetíveis à ocorrência da gravidez a qualquer momento, atribuíam significados a maternidade e paternidade, e, como esse processo de significação se relacionava com o contexto histórico e social vivenciado por estes.

Com a oportunidade de continuarmos nossa pesquisa de forma ininterrupta em virtude da aprovação da passagem direta do Mestrado para o Doutorado no Programa de Pós Graduação no qual estamos inseridos, buscamos operacionalizar estes questionamentos e aprofundar nossas reflexões na tentativa de abarcar um pouco mais da complexidade que caracteriza a realidade das (os) adolescentes em situação de rua que vivenciam a ocorrência da gravidez.

Nesta busca, nos aproximamos da sociologia, especialmente dos estudos de Castel (1994, 2004, 2005) acerca dos processos de exclusão social. Este autor explicita uma visão dinâmica do processo vivenciado pela população que vive às margens da sociedade, caracterizado pela vulnerabilização crescente que pode culminar na desfiliação, com ruptura dos vínculos sociais e com o mundo do trabalho (GONTIJO & MEDEIROS, 2007b). De acordo com Sanchez e Bertolozzi (2006) a utilização do conceito de vulnerabilidade em saúde coletiva incorpora a perspectiva da determinação social da saúde-doença, entendendo a saúde como um processo de subjetivação determinada por contextos sociais, culturais e históricos específicos, possibilitando, desta forma a articulação entre indivíduo-coletivo na prática cotidiana.

Além disso, foi necessário trazermos para discussão o processo histórico de construção social em torno dos conceitos de maternidade e paternidade, que é influenciado pelas relações de gênero presentes em determinado contexto.

Considerando então que a gravidez é uma ocorrência que faz parte do cotidiano dos e das adolescentes em situação de rua, que suscita a intervenção de diferentes atores sociais e seus processos de significação se dão em um contexto específico de

vida, constituímos como objeto de estudo os significados atribuídos à maternidade e a paternidade por adolescentes, com experiência de vida nas ruas, que vivenciam o processo de vulnerabilidade/ desfiliação.

Assim o **objetivo** desta pesquisa foi analisar os significados de maternidade e paternidade para adolescentes com experiência de vida nas ruas, relacionando-os ao processo de vulnerabilidade/desfiliação discutido por Castel (1994; 2004; 2005).

Entendemos o estudo deste objeto nesta perspectiva tem convergência com as discussões que têm sido realizadas no âmbito da saúde pública brasileira, principalmente na Comissão Nacional de Determinantes Sociais da Saúde (CNDSS) criada em 13 de março de 2006 por Decreto do Presidente da República. Esta comissão entende que os determinantes sociais da saúde são elementos de ordem econômica e social que afetam a situação de saúde de uma população: renda, educação, condições de habitação, trabalho, transporte, saneamento e meio ambiente (LOPES, 2006; PELEGRINI FILHO, 2006).

Neste sentido quatro níveis de atuação, que se inter-relacionam, são identificados para a diminuição das iniquidades referentes aos determinantes sociais da saúde. Um primeiro nível traz ações que consistem no fortalecimento ou “empowerment” dos indivíduos, seguido do segundo nível correspondente às intervenções nas comunidades e suas redes de relações (PELEGRINI FILHO, 2006). Corroborando Castel (1994), Pelegrini Filho (2006) destaca que os laços de coesão social são fundamentais para a promoção e proteção da saúde em âmbito individual e coletivo. O terceiro nível se refere às políticas públicas sobre as condições físicas e psicossociais de vida das pessoas, sendo que o quarto nível direciona-se para mudanças em nível macroeconômicos e culturais que reduzam as desigualdades. Neste nível, merecem destaque, de acordo com Pelegrini Filho (2006, p.14), as “políticas macroeconômicas e de mercado de trabalho, de fortalecimento dos valores culturais e de proteção ambiental”.

Considerando os quatro níveis de atuação, através dos relatos dos e das adolescentes poderemos compreender tanto semelhanças e contradições nos processos

de significação individuais em relação às diversas experiências, bem como poderemos perceber características que nos dão indicativos para a compreensão do grupo social em discussão, sem que isso se caracterize em uma generalização, no sentido positivista da expressão, mas que, no entanto nos dê diretrizes para o planejamento e implementação de ações de fortalecimento/empoderamento (primeiro e segundo níveis) destes adolescentes e de suas comunidades mais próximas, bem como de políticas públicas (terceiro nível) de saúde direcionadas a esta população.

Por fim, entendemos este trabalho como uma pesquisa de caráter transdisciplinar, esperando que possa suscitar discussões, questionamentos, iniciativas, por parte de profissionais de diferentes áreas responsáveis pela elaboração e implantação de políticas públicas que se revertam em melhorias reais na qualidade de vida de nossas crianças e adolescentes.

*"Eu sempre fui sonhador,
E é isso que me mantém vivo.
Quando pivete,
Meu sonho era ser jogador de futebol, vai vendo.
Mas o sistema limita a nossa vida de tal forma
Que tive que fazer minha escolha: sonhar ou sobreviver".*

(A vida é desafio, Racionais MCs)

2. Referencial Teórico

2.1. Crianças e Adolescentes em Situação De Rua e o Processo de Vulnerabilidade/Desfiliação

A existência de desigualdades sociais, de acordo com Bursztyn (2000, p. 27), é “quase tão antiga quanto a história da civilização humana”, remontando ao fim do feudalismo a instituição de políticas públicas direcionadas à pobreza extrema. No Brasil, segundo o autor, a existência de pobres é característica desde a colonização, no entanto, “o que se apresenta como fato novo é a constatação de que estes últimos (os pobres) caem dos patamares da pobreza para os da miséria” (BURSZTYN, 2000, p. 36). Atualmente, a existência de crianças e adolescentes em um contexto de abandono, miséria e violência extrema reflete uma das faces mais marcantes do processo de exclusão social vivenciado pela população brasileira.

A compreensão, identificação e mensuração do processo de exclusão social perpassam pela discussão de sua relação com o capitalismo. Para Campos et al. (2004, p. 33) a:

“exclusão social manifesta-se crescentemente como um fenômeno transdisciplinar que diz respeito tanto ao não acesso à bens e serviços básicos, como à existência de segmentos sociais sobrando de estratégias restritas de desenvolvimento sócio-econômico, passando pela exclusão dos direitos humanos, de seguridade e segurança pública, da terra, do trabalho e da renda suficiente” .

Apesar da freqüente utilização do termo exclusão social, tanto na mídia quanto no meio acadêmico, este termo se refere a um grande número de situações, com características muito diversas.

Leal (2004), em um estudo que endereça a origem e o desenvolvimento do conceito de exclusão social, enfatiza que a cada significado dado ao termo é possível

identificar uma determinada maneira de entender a sociedade, bem como de direcionar estratégias e soluções para os seus problemas. De acordo com a autora, a noção de exclusão social formou-se e desenvolveu-se inicialmente na França em meados da década de 1960, se fortalecendo e difundindo-se na década de 1990, no auge do desemprego. Nesta mesma época, no Brasil, o termo ganha destaque nos estudos em ciências sociais, trazendo consigo diferentes significados (LEAL, 2004)

Leal (2004) identifica três grandes conjuntos de significados relacionados à elaboração teórica da noção de exclusão social que têm notoriedade no Brasil. No primeiro entende a exclusão social como inerente ao processo de contradição característico do modo de produção capitalista, que tem na relação dialética entre a inclusão/exclusão, as etapas necessárias para a sua reprodução, sendo, portanto decorrente do funcionamento desta organização e não sintoma de sua crise. Outra possibilidade de interpretação da exclusão social é compreendê-la em oposição ao conceito de cidadania. Essa visão, complementar às outras duas, reflete a exclusão social como negação de direitos civis, políticos e sociais com influência direta na qualidade de vida da população. Finalmente, o terceiro conjunto de significados traz à tona a exclusão social como decorrente do processo de ruptura dos laços sociais. Este último ponto de vista será aprofundado um pouco mais devido à sua estreita ligação com nosso objeto de investigação (LEAL, 2004).

A exclusão social, vista como um processo de rupturas sucessivas dos laços sociais traz em si a idéia de uma trajetória de ruptura dos laços que vinculam o indivíduo ao trabalho e às relações comunitárias e familiares. Este processo culmina na solidão, isolamento e estigma do indivíduo e na ameaça da coesão social. Estes indivíduos se caracterizam pelo não pertencimento a grupos sociais e não participação nas dimensões sociais da vida humana. Por outro lado, a coesão social é ameaçada uma vez que grupos são vistos como desnecessários e passíveis de eliminação, ameaçando as instituições democráticas, o que pode levar à ingovernabilidade social. Esta visão traz implícita a idéia de existência de uma crise na organização atual da sociedade capitalista, que

reflete desde mudanças de valores até mudanças nos fundamentos desta organização. (LEAL, 2004).

Castel (2005) levanta a hipótese de uma crise do modelo de sociedade que tem no trabalho assalariado um de seus pilares. Para discutir tal hipótese, o autor faz um exercício de reconstrução do processo histórico que delinea na contemporaneidade as situações de segregação, exclusão e desfiliação vivenciada por milhares de pessoas. Este processo foi estudado no contexto da França feudal até a atualidade (CASTEL, 2005). No entanto, conforme pontua Rizek (responsável pelo prefácio da 5ª edição em português desta obra de Castel), a análise de Castel se mostra adequada a outros contextos, uma vez que o autor trata de questões relacionadas aos indivíduos supranumerários, presentes em muitas sociedades apesar das diversidades sociais, culturais e econômicas.

A discussão proposta por Castel (2005, p. 23) gira em torno da presença de “indivíduos colocados em situação de flutuação na estrutura social e que povoam seus interstícios sem encontrar aí um lugar designado”, ocupando uma posição de supranumerários, em decorrência da impossibilidade de conseguir um lugar estável no mundo do trabalho e no pertencimento comunitário. A existência destes indivíduos supranumerários, de acordo com Castel (1994, 2004, 2005) caracteriza um modo de existência social específico. O autor considera que a existência social se configura na interação entre dois eixos: trabalho e inserção relacional.

Considerando estes dois eixos, trabalho e inserção relacional que se associam de forma dinâmica, Castel (2005) propõe a utilização de zonas de coesão social para a explicação das formas de existência social. Neste sentido, o cruzamento entre os eixos do trabalho e da inserção relacional, possibilita que o sujeito se localize em quatro zonas de existência social que têm em seus extremos a expulsão do emprego/isolamento social e a estabilidade no emprego/inserção relacional forte. Estas zonas, nomeadas pelo autor como de integração, vulnerabilidade, assistência e desfiliação, apresentam o dinamismo como característica. Este dinamismo se reflete na porosidade das fronteiras entre as

zonas (o que permite o movimento do sujeito e/ou grupo entre as zonas) e na possibilidade de compensação de um eixo pelo outro, ou seja, sujeitos fracamente providos economicamente (eixo do trabalho) podem se mostrar fortemente integrados em decorrência da sua inserção relacional.

Conceitualmente, na “zona de integração” encontramos os indivíduos que associam trabalho estável com inserção relacional sólida em grupos familiares e sociais. No outro extremo, na “zona de desfiliação” encontramos a ausência de participação em qualquer atividade produtiva e o isolamento social. Em um ponto intermediário, a “zona de vulnerabilidade” caracteriza-se pela precariedade do trabalho e a fragilidade dos suportes de proximidade. Além disso, encontramos a “zona de assistência” que se configura como uma “zona de dependência segurada e integrada” (Castel, 1994, p.31). Nesta zona estão os indivíduos que associam o não trabalho, por incapacidade de trabalhar (idosos, deficientes, crianças) com forte inserção social, providas por mecanismos assistenciais.

Assim, com base no referencial de Castel (1994, 2005) entendemos a vulnerabilidade como uma forma de existência social marcada pela fragilidade, em diferentes intensidades, das relações estabelecidas pelos sujeitos no mundo do trabalho e no contexto social mais próximo. Esta fragilidade, que pode decorrer tanto da participação destes sujeitos de forma inconstante e aleatória no mundo do trabalho como também pela escassez de relações sociais que lhe sejam significativas e fonte de suporte, pode, através do agravamento destas situações, culminar na situação de desfiliação. Nestas situações, de vulnerabilidade e desfiliação, encontramos sujeitos e grupos familiares impelidos ao desenvolvimento de estratégias que lhe garantam a sobrevivência diária, em um contexto de privações de ordem econômica e social, que lhes limitam as possibilidades de transformações reais em suas vidas, conforme discutiremos, de forma detalhada, em relação ao grupo social de crianças e adolescentes em situação em rua e suas famílias.

É importante considerarmos que a adoção do referencial proposto por Castel (1994, 2004, 2005) implica na utilização dos processos de vulnerabilidade e desfiliação em substituição ao conceito da exclusão social.

De acordo com Castel (2004), a utilização do termo exclusão social se refere a uma grande número de situações, com características muito diversas, o que não permite a análise das especificidades de cada uma. Além disso, o termo exclusão social traz em si uma qualificação negativa sustentada pela falta que não é explicada nem quanto às suas características, nem quanto à sua gênese, caracterizando uma autonomização das situações que se referem, geralmente, a um estado de degradação em relação a um posicionamento anterior, desvinculado dos processos que a geraram. Este tipo de reflexão impede a análise da lógica do processo no qual indivíduos são colocados às margens da sociedade, e, conseqüentemente influencia na escolha de estratégias de assistência social, que, tradicionalmente têm sido direcionadas por ações reparativas em detrimento de mudanças no processo que gera estas situações. Nas palavras de Castel (2004, p. 32), “as medidas tomadas para lutar contra a exclusão tomam o lugar das políticas sociais mais gerais, com finalidades preventivas e não somente reparadoras que teriam por objetivo controlar, sobretudo os fatores de dissociação social”.

É importante enfatizar que Castel (2005), em seu trabalho, não direcionou as suas observações para nenhum grupo específico, referindo-se aos desempregados de longa duração; moradores de subúrbios pobres, jovens à procura de emprego e “mendigos válidos” (para o trabalho). A escolha em focalizar a nossa atenção em crianças e adolescentes em situação de rua se justifica pela crença de que esta população reflete não somente a sua situação de desfiliação social, mas também os processos de intensa vulnerabilidade social vivenciados por milhares de famílias brasileiras.

Assim, a compreensão acerca da existência de crianças e adolescentes que fazem das ruas seu espaço de sobrevivência, a partir do referencial de Castel (1994; 2004; 2005) perpassa pela reconstrução da trajetória vivenciada por estas e por suas famílias no que se refere às formas de existência social.

De acordo com Castel (2005), a existência de pessoas consideradas supranumerárias, “inúteis” para o mundo, desfiladas, como é o caso de muitas das crianças e adolescentes que estão nas ruas dos grandes centros urbanos, não pode ser entendida de forma estática, simplesmente como uma ruptura abrupta nos eixos que asseguram um lugar social reconhecido. Para o autor, quando se trata da desfiliação, torna-se necessária a reconstrução de um percurso que acaba por determinar a dissociação, a desqualificação e a invalidação social.

Em sua obra, Castel (2005) reconstitui esta trajetória tendo como referência grupos marginalizados, ao longo dos séculos, ou seja, busca compreender como estes grupos chegaram à invalidação social através da forma como a sociedade foi determinando o seu lugar social ao longo do tempo, do período feudal até a atualidade. Assim, com base no trabalho do autor nos foi possível vislumbrar que este processo de reconstrução de percursos se mostra útil, não só para a compreensão com base em diferentes períodos históricos, mas também para o entendimento da trajetória que determina a vida nas ruas para muitas crianças e adolescentes.

De acordo com Castel (2005, p.26), neste processo de compreensão é necessário:

“reinscrever os déficits em trajetórias, reenviar as dinâmicas mais amplas, estar atento aos pontos de oscilação que geram os estados limites. Procurar as relações entre a situação em que se está e aquela de onde se vem não autonomizar as situações extremas (...)”.

É importante pontuarmos que neste trabalho não temos a pretensão de esgotar o processo que culmina na situação de miséria e pobreza extremas a que estão submetidas milhares de famílias brasileiras, uma vez que direcionamos nossa atenção para os aspectos que se relacionam diretamente com a existência de crianças e adolescentes em situação de rua.

A família configura-se como um dos aspectos que compõe o eixo da inserção relacional na determinação da forma de existência social de suas crianças e adolescentes. A situação de miséria e pobreza extremas a que estão submetidas milhares de famílias brasileiras as inscrevem na zona de vulnerabilidade, proposta por Castel (2005), principalmente pelo enfraquecimento do eixo do trabalho. De acordo com Castel (2005, p.27) a zona da vulnerabilidade, hoje em franca expansão caracteriza-se como “um vagalhão secular que marcou a condição popular com o selo da incerteza, e mais amiúde, o com do infortúnio”.

Kaloustian & Ferrari (1994) pontuam que a família é responsável pelos aportes afetivos e materiais necessários para o desenvolvimento das crianças e adolescentes, garantindo assim a sua sobrevivência e proteção integral. Para Sarti (1996, p.4) a “família não é apenas o elo afetivo mais forte dos pobres, o núcleo da sua sobrevivência material e espiritual, o instrumento através do qual viabilizam seu modo de vida, mas é o próprio substrato de sua identidade social”. Enquanto grupo primário, a família, apresenta-se como o lócus para o estabelecimento de vínculos fundamentais para a possibilidade de pertencimento em outros grupos mais amplos.

Ainda, segundo Romanelli (2000, p. 73):

“A forma de organização da família é um elemento relevante no modo de como ela conduz o processo de socialização dos imaturos, transmitindo-lhes valores, normas e modelos de conduta e orientando no sentido de tornarem-se sujeitos de direitos e deveres no universo doméstico e no domínio público”

No entanto, no contexto brasileiro, marcado pela extrema desigualdade social, as famílias têm encontrado dificuldades para cumprir estas tarefas básicas aos seus membros, em decorrência das situações de vulnerabilidade nas quais se encontram (GOMES & PEREIRA, 2005). Estas situações têm suas raízes na desigualdade na distribuição de renda que caracteriza o nosso contexto. De acordo com uma pesquisa realizada pela Organização das Nações Unidas, divulgada por Lopes (2006), em 2005,

apesar de o Brasil ser a décima terceira economia do mundo, ocupava o sexagésimo terceiro lugar no Índice de Desenvolvimento Humano, sendo o oitavo país do mundo com pior distribuição de renda no mundo, no qual, os 10% da população mais rica se apropria de 46,9% da renda total. Ainda, de acordo com DATASUS (2007a) no Brasil 31,96% da população caracterizam-se em estado de pobreza, para os quais a renda per capita não ultrapassa $\frac{1}{2}$ salário mínimo.

Neste contexto, o desemprego é realidade vivenciada por muitas destas famílias. De acordo com dados do IBGE (2007b) em julho de 2007, somente nas seis maiores regiões metropolitanas do Brasil, estima-se que cerca de 2,2 milhões de pessoas estão desocupadas, o que corresponde à 9,5% da população economicamente ativa.

De acordo com Castel (2005) o desemprego é a manifestação mais visível do processo de precarização do emprego presente nas sociedades capitalistas atuais. Este processo, fruto da reestruturação dos modos de produção, alimenta a zona de vulnerabilidade em virtude do enfraquecimento do eixo do trabalho. Segundo Castel (2004, p.34):

“este drama decorre das novas exigências da competitividade e da concorrência e da redução das oportunidades de emprego, fazendo que não haja mais lugar para todo mundo na sociedade onde nós nos resignamos a viver”.

Neste contexto, a “precariedade torna-se destino” sendo a sobrevivência buscada a cada dia, através de trabalhos aleatórios e instáveis.

Considerando que o trabalho, é entendido por Castel (2005) a base sobre a qual a identidade social se edifica, perpassando por todas as dimensões da vida, compreendemos como a precariedade econômica pode contribuir para a desestruturação da família.

Associado ao enfraquecimento do eixo do trabalho, Castel (2004) pontua a existência de uma transformação da estrutura familiar, no sentido de um empobrecimento desta enquanto vetor fundamental de inserção relacional.

Estas experiências, de acordo com Varanda e Adorno (2004, p.62) minam o "potencial de organização interna, sua capacidade de articulação com o meio em que vive, sua auto-imagem, auto-estima e identidade dentro do grupo". Gomes e Pereira (2005, p.360) pontuam que a situação de miséria, que tem na privação dos direitos básicos, uma de suas faces, leva o indivíduo:

"a descrença de si mesmo, tornando-o frágil e com baixa auto-estima(...) e a se desfazer do que pode haver de mais significativo para o ser humano: a capacidade de amar e de se sentir amado, incorporando um sentimento desagregador."

Assim, nas famílias marcadas pela fome e miséria, a casa pode representar um espaço de privação, de esgarçamento dos laços de solidariedade, de vazio e instabilidade (DIOGENES, 1994; GOMES & PEREIRA, 2005).

Minayo (1993, p. 13) acrescenta que a família que deveria oferecer à criança um espaço de realização de suas potencialidades é "aquí ferida no seu cerne, quando por complexas razões econômicas e sociais se vê compelida a expulsar seus filhos para a rua ou aceitar que a utilizem como lugar de vida ou trabalho".

O trabalho, conforme nos lembra Sarti (1995) e Da Matta(1997) é associado com o mundo da ordem e da superioridade moral fazendo parte do cotidiano das crianças pobres de forma precoce. Segundo Sarti (1995, p.46) o:

"trabalho infantil nas famílias pobres corresponde, então, ao padrão cultural no qual são socializadas as crianças-parte do próprio processo de sua socialização com pobres urbanos fazendo com que a "rua" faça parte de suas vidas desde muito cedo, porque é onde começam suas atividades de trabalho".

Segundo dados do IBGE (2006), com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, em 2005, estimava-se que 5, 4 milhões de crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos exerciam algum tipo de ocupação formal. Nas crianças entre 5 e 9 anos o percentual gira em torno de 5,6 %, passando para 34,2% entre 10 e 14 anos e 60,2% para adolescentes entre 15 e 17 anos.

No entanto, o ir para as ruas não significa necessariamente, a ruptura dos vínculos familiares (CRUZ NETO, SOUZA & ASSIS, 1993; MEDEIROS, 1999; BUTLER & RIZZINI, 2001). O não rompimento dos vínculos familiares caracteriza a manutenção destas crianças e adolescentes na zona de vulnerabilidade. No entanto, uma vez nas ruas, essa situação de vulnerabilidade pode se dilatar e culminar na desfiliação.

Neste sentido, Lusk (1992) classifica as crianças em situação de rua em quatro grupos. Esta classificação pode ser interpretada, à luz do referencial de Castel (2005), como diferentes formas de existência social em consequência de diferentes formas de inserção relacional e no mundo do trabalho. Lusk (1992) identifica a existência de grupos de crianças que vivem nas ruas com suas famílias, geralmente em torno da figura da mãe, caracterizando o processo de desfiliação do grupo familiar como um todo. No entanto, este grupo representa uma pequena parte das crianças e adolescentes nas ruas.

A maior parte é composta por crianças e adolescentes que estão nas ruas sem a presença de um adulto responsável. Estes são divididos por Lusk (1992) em três subgrupos. O primeiro é composto pelas crianças que trabalham nas ruas e que mantêm os vínculos familiares e/ou escolares, vivendo em situação de vulnerabilidade. Com o início da ruptura dos vínculos familiares e/ou escolares e do envolvimento com atividades ilícitas, ocorre o aumento da vulnerabilidade, caracterizando o segundo grupo. O terceiro, é composto por crianças e adolescentes com ruptura dos vínculos familiares e escolares, que vivem de forma independente nas ruas, muitas vezes em situação de desfiliação.

Os estudos realizados por Noto et al.(2003) e Abdelgalil et al. (2004) ilustram as diferentes possibilidades de existência social para as crianças e adolescentes em situação de rua. No estudo coordenado por Noto et al. (2003), realizado pelo Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas, foram entrevistadas 2807 crianças e adolescentes em situação de rua, sendo que 68,8% mantinham vínculo familiar, pois relataram morar com as famílias constituídas, na maioria das vezes pela mãe e irmãos, sendo a figura paterna menos freqüente.

Estes achados são semelhantes aos encontrados em uma pesquisa realizada em Aracaju (Sergipe) em 2002, objetivando a caracterização das famílias das crianças que viviam nas ruas desta cidade. Abdelgalil et al. (2004) encontraram, de forma semelhante ao encontrado por Cruz Neto, Souza e Assis (1993) e Mazzei (2002) , famílias constituídas, em média, por seis membros, em sua maioria unipessoais chefiadas por mulheres, sendo que em somente 23% dos casos, os pais (homem) biológicos viviam com a família. Em muitas famílias, os pais estavam desempregados. Entre as mães que trabalhavam, grande parte iniciou a jornada de forma precoce (antes dos 14 anos), sendo a ocorrência da gravidez na adolescência presente em 54% das famílias. Neste estudo, 70 % das mães recebiam dinheiro de forma regular, das crianças para a compra de itens básicos para a subsistência, sendo que as atividades laborais desempenhadas pela criança apresentaram características específicas de acordo com gênero (ABDELGALIL et al., 2004).

A situação de vulnerabilidade que acompanha a trajetória das crianças e adolescentes em situação de rua se torna explícita quando se questiona os motivos que as levaram a tal situação. De uma forma geral, a vulnerabilidade, das crianças e adolescentes e suas famílias, se revela na violência cotidiana a que estão submetidas, na necessidade de se buscar o sustento da casa e na falta de atividades que lhe sejam significativas no contexto familiar e escolar. Na pesquisa realizada por Abdelgalil et al. (2004), tanto crianças quanto os pais relacionaram o abuso físico como o fator que mais impulsiona as crianças para as ruas. Além disso, a ocorrência de doenças dos pais e o uso de drogas e álcool, pela figura paterna e pelas crianças, também estão presentes.

Complementando a busca pelos motivos que levam as crianças e adolescentes para as ruas, na pesquisa realizada por Noto et al. (2003), foram encontrados diferentes proporções desses motivos de acordo com a manutenção ou não do vínculo familiar. Para as crianças e adolescentes que relataram ainda morar com suas famílias (68,8%) a busca por diversão, liberdade corresponderam a 50,1%, seguidos pela necessidade

de desempenhar algum tipo de trabalho para seu sustento e/ou da família (43,9%) e por terem acompanhado amigos ou parentes (24,4%). Nesta pesquisa, motivos relacionados a conflitos e mudanças na dinâmica familiar ou uso de drogas por pais ou responsáveis perfazem 21,1% dos casos em contraposição dos 64,7% do grupo representado por aqueles que relataram não ter vínculo com a família (31,2%) e fazerem da rua seu espaço de moradia.

De acordo com Varanda & Adorno (2004), Rosa, Cavicchio & Bretãs (2005) e Ghirardi et al. (2005) é possível identificar uma trajetória que a criança, ou o adulto, faz entre a casa e a rua que reflete a sucessão de rupturas dos laços sociais. Inicialmente o sujeito “fica na rua” circunstancialmente, mantendo contatos com a rede de suporte familiar. Em um segundo momento, ocorre uma maior identificação com os indivíduos cuja rotina lhe são semelhantes, fazendo com que a rua e seus moradores se tornem referência para a criança, caracterizando o “estar nas ruas” recentemente. Com a constituição da rua como espaço de moradia e trabalho, que estrutura o cotidiano e culmina no processo de desfiliação, observamos que o sujeito passa a “ser da rua” permanentemente.

Nesta trajetória, os estudos que buscam caracterizar a vida nas ruas, a partir do ponto de vista das crianças e adolescentes, trazem significações contraditórias. As percepções de liberdade e autocontrole se mesclam com o medo da violência e das privações de aspectos básicos para a sobrevivência (MEDEIROS, 1999; RIBEIRO, 2003; FREITAS, 2004).

O cotidiano nas ruas geralmente é marcado pelos constantes ir e vir, pela participação em grupos, pela violência, pelo uso de drogas e pela busca diária pela sobrevivência. Neste ínterim, o que interessa é o tempo presente, sendo o passado e o futuro considerados distantes. Para estas crianças e adolescentes, que vivem em processo de desfiliação, esta não representa:

“apenas um estado, mas uma maneira de ser (um ethos) vivida nesta relação com o tempo simultaneamente eterno e

fugidio, com um passado muito fino, pois poucas coisas foram transmitidas familiarmente, escolarmente, culturalmente e com muito pouco porvir, pois não existem mais que frágeis suportes em que possam atar neles uma trajetória: não há futuro” (CASTEL, 2004, p. 44).

Nesta forma de existir e viver, a violência apresenta-se como uma forma de interação que faz parte do dia-a-dia, sendo caracterizada como mais um dos aspectos da chamada “cultura de rua”. Assim, apanhar e bater, matar e morrer são ações que, muitas vezes, dizem respeito às estratégias utilizadas para sobrevivência neste contexto e transpostas para outros ambientes, por exemplo, institucionais, do qual fazem parte. Além da violência, o uso de drogas também faz parte do cotidiano da maioria das crianças e adolescentes em situação de rua. Diversos estudos (GOMES, 1996; ABDELGALIL et al., 2004; RIGATO, 2002, MALFITANO & LOPES, 2003, LESCHER et al., 2004) indicam um altíssimo índice de uso de drogas por grupos caracterizados como “meninos de rua”. Segundo Noto et al.(2003) das crianças e adolescentes em situação de rua que não mantinham vínculo com a família, 49,5 % relataram o uso de drogas ilícitas diariamente. No entanto, é necessário que tomemos o cuidado para não cairmos na generalização de que toda criança na rua é usuária de drogas. Neste sentido, Lescher et al. (2004) e Malfitano & Lopes (2003), pontuam a existência de crianças que utilizam a rua somente como espaço de trabalho, ao mesmo tempo em que muitas crianças e adolescentes que utilizam drogas não vivem nas ruas.

No entanto, a droga nas ruas, como nos diz Deslandes (2003, p. 257) “assume diferentes funções: afirmação de uma identidade de grupo, de recreação, para amenizar a fome e o medo (...)”. Confirmando estas colocações, na pesquisa realizada por Noto et al. (2003), o uso das drogas nas ruas foi significado pelas crianças e adolescentes também de diferentes formas. O caráter lúdico, a desinibição e a coragem decorrentes do uso se associam aos relatos da droga como forma de esquecer tristeza, fome e frio e de se sentirem pertencendo ao grupo. Além de ser identificado como fator precipitante da ida

para as ruas, as drogas caracterizam-se como um dos motivos para a manutenção desta situação.

Para Castel (1994), o consumo de drogas por populações em processo de desfiliação caracteriza-se, assim como as andanças e o perambular constantes, como uma das possibilidades de organização da vida cotidiana que resta ao indivíduo. De acordo com o autor, a “viagem da toxicomania representa uma experiência total e totalmente desterritorializante, onde o corpo solitário que goza e se destrói é o único suporte para fixar o sentido e bloquear a deriva” (CASTEL, 1994, p.45). O uso de drogas e as interações baseadas na violência se dão, geralmente, nos grupos que se formam nas ruas. De acordo com Ribeiro (2003) a participação em grupos caracteriza-se como uma estratégia de sobrevivência nas ruas, considerando, principalmente, a violência deste espaço.

Como em todo grupo, na rua, a criança acaba por se submeter ao padrão de comportamento esperado, como por exemplo, o uso de drogas e o cometimento de atividades ilícitas. Em um estudo com adolescentes com experiência de vida nas ruas em Goiânia, Medeiros et al. (2002) identificaram que estes referem que nas ruas se têm colegas e não amigos verdadeiros. As falas dos adolescentes nos levam a acreditar que os mesmos percebem a fragilidade dos vínculos construídos na rua sustentados, muitas vezes, pelo interesse em comum pelas drogas. Em relação a este aspecto, Castel (2005, p.536) chama a atenção para o fato de que a desfiliação não equivale necessariamente a uma ausência completa de vínculos, sendo relacionada muito mais à ausência de “inscrição do sujeito em estruturas portadoras de um sentido (...) o que lhes falta é menos, sem dúvida, a comunicação com outrem, do que a existência de projetos através dos quais as interações ganhem sentido”.

Para os indivíduos em processo de desfiliação, além da falta de perspectivas significativas, as reações sociais frente a sua situação também acabam por influenciar na sua forma de existência social, uma vez que interferem diretamente nas possibilidades de estabelecimento de vínculos. Medeiros et al. (2002) e Gomes(1996) em estudos que

deram voz aos adolescentes em situação de rua, alegam que os sujeitos de suas pesquisas muitas vezes se sentem humilhados no dia-a-dia das ruas

De acordo com Lescher et al. (2004) esta reação na sociedade pode manifestar-se pelo não envolvimento, pela indiferença ou pela violência. Os autores argumentam que estas reações não se dão apenas pelo medo de algo que nos parece ameaçador, mas muitas vezes, ela reflete uma postura de não se querer ver a miséria, o abandono e a violência que “mancham” o mundo idealizado de muitas pessoas. Assim, para estes indivíduos que vivem em processo de desfiliação, observamos uma invalidação não somente no plano econômico, mas também no cívico e político. Em consequência desta desqualificação, estes sujeitos impedidos do exercício de sua cidadania plena, são tratados não somente como desiguais, mas também como não semelhantes e como não pertencentes ao gênero humano (CASTEL, 2005). Para Bursztyn (2000, p.18) estes grupos são tidos como “desnecessários economicamente, incômodos politicamente e perigosos socialmente”.

Assim, de uma forma geral, o desemprego, a precarização do trabalho e as suas consequências na estrutura familiar, situações inseridas no contexto capitalista vigente em nossa sociedade, caracterizam a situação de vulnerabilidade vivenciada pelas famílias que acabam por determinar a saída para as ruas de muitas crianças e adolescentes, que caminham rumo à desfiliação. É importante consideramos que, conforme já pontuado anteriormente, a explicação da existência social com base em zonas de coesão social (integração, vulnerabilidade, assistência e desfiliação) apresenta-se como um constructo teórico que auxilia no processo reflexivo. Este constructo para se adequar à realidade precisa ser interpretado de forma dinâmica, ou seja, é preciso entender que um mesmo sujeito ou grupo social transita pelas zonas de forma intermitente.

Especificamente, no caso das crianças e adolescentes, o movimento de passagem da zona de vulnerabilidade para a desfiliação, frequentemente é

intermediado pela zona de assistência. A zona de assistência, de acordo com Castel (1994) representa um modo de existência social no qual é possível um estado de dependência segurada e integrada. Nesta zona, encontram-se grupos e sujeitos para os quais a inserção social decorrente da assistência prestada por instituições, é garantida em decorrência da impossibilidade de trabalhar, como é o caso das crianças e adolescentes que pelo menos idealmente, e legalmente, não deveriam trabalhar.

2.1.1 Políticas Públicas voltadas às crianças e adolescentes

De acordo com Belluzzo & Victorino (2004) as políticas públicas direcionadas a um determinado grupo revelam, além dos indicativos para a formulação e implementação de ações e programas de atendimento, a concepção acerca dos sujeitos-alvo e a forma de interação com estes.

No Brasil, historicamente as intervenções públicas, voltadas à área social, inclusive aquelas direcionadas às crianças e adolescentes:

“... poucos falam dos- e aos- sujeitos aos quais se destinam. Esses permanecem na posição de beneficiários, esperando a contemplação com serviços ou bens que lhes são reservados, e por consequência, pouca ou nenhuma expressão lhes é conferida.” (BELLUZZO & VICTORINO, 2004, p. 8)

Diversos estudos trazem um retrospectiva histórica acerca das diferentes visões sobre a criança e adolescente, bem como das políticas públicas direcionadas à elas (MEDEIROS, 1995; MEDEIROS, 1999; MEDEIROS et al., 2002 ; RIZZINI, BARKER & CASSANINGA, 1999; GREGORI & SILVA, 2000; BUTLER & RIZZINI, 2001; SOUSA NETO, 2002; SILVA, 2002; JUSTO, 2003, CÂMARA, 2003; BORGES, 2004; BELLUZZO & VICTORINO, 2004; FREITAS, 2004; SANTOS, 2004). Neste trabalho destacaremos somente o necessário para a compreensão deste processo histórico, prioritariamente a partir da década de 1920 até as concepções atuais.

No entanto, independente da nomenclatura a que iremos referir, concordamos com Rizzini, Barker & Cassaniga (1999), ao pontuarem que nossa discussão abarca as adolescentes mais sujeitas aos efeitos da pobreza e do processo de vulnerabilidade e desfiliação social.

O abandono de crianças no Brasil é fato cotidiano desde o Brasil Colônia. Nesta época, a assistência às crianças, em uma perspectiva evangelizadora, era missão da Igreja Católica com o apoio do Estado. O sistema de Roda e Casa dos Expostos se estrutura no Brasil Império, sendo as instituições religiosas responsáveis pela criação e formação moral e intelectual das crianças abandonadas. Nesta época, a sociedade entendia a infância e a adolescência, pobres ou abandonadas, como submetidas aos interesses da coletividade, sendo destituídas de direitos (DONZELOT, 1986; DEL PRIORI, 1991; BELLUZZO & VICTORINO, 2004).

A partir de 1889 até 1920, com o crescimento das cidades e do número de crianças nas ruas, a infância pobre ganha repercussão no país, despertando pena pela sua situação de abandono, e, medo, pela sua potencial periculosidade.(MEDEIROS, 1995; SANTOS, 2004; BELLUZZO & VICTORINO, 2004, DEL PRIORI, 1991).

Na década de 1920, segundo Medeiros (1995) e Silva & Motti (2001), a infância, no Brasil, era vista como incapaz, sendo permeada por concepções higienistas e repressoras. O Código de Menores de 1927, segundo os mesmos autores, consolidou as leis de assistência e proteção aos menores classificando-os em duas categorias: delinqüentes e abandonados. Independente da categoria, o poder do Juiz sobre a família e a criança era indiscutível, sendo o abrigo e internamento tidos como formas corretivas básicas.

De acordo com Calil (2003,p.140):

“A normatização do atendimento à infância abandonada, através de instituições mantidas pelo Estado, transferiu a questão do “menor” para a alçada da assistência e proteção, provocando o envolvimento de saberes médicos,

pedagógicos e morais na construção de um novo modelo de institucionalização, em bases científicas e racionais”.

Diversas iniciativas públicas e privadas marcam as décadas de 30 a 70, destacando-se a criação do Serviço de Assistência ao Menor (SAM) em 1940 e sua extinção em 1964. A extinção do SAM é concomitante à criação da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM) e suas unidades executoras, as Fundações Estaduais do Bem-Estar do Menor (FEBEM) (SANTOS,2004).

Em 1979, o novo Código de Menores traz como concepção chave para seu entendimento, segundo Silva & Motti (2001), o termo situação irregular. Este termo foi compreendido como a

“privação das condições de subsistência, de saúde e de instrução, por omissão dos pais ou responsáveis, além da situação de maus tratos e castigos, de perigo moral, de falta de assistência legal, de desvio de conduta por inadaptação familiar ou comunitária, e autoria de infração penal”. (SILVA & MOTTI, 2001, p. 25).

Com esta concepção, o Código de 1979, dividia as crianças e adolescentes como marginais, marginalizados ou integrados. Este Código trazia implícita a visão da família ou da criança como responsáveis pelas irregularidades, com a utilização de forma autoritária do internamento e abrigamento.

De acordo com Medeiros (1999) e Butller & Rizzini (2001) já na década de 1970, cresce o interesse acadêmico acerca do “menor abandonado” no Brasil. Nos primeiros anos da década de 1980, o interesse dos pesquisadores gira em torno da tentativa de se descobrir a real situação na qual se encontravam as crianças de classes populares, especialmente os menores institucionalizados e as crianças e adolescentes que viviam nas ruas. Neste sentido, começam a emergir estudos com abordagem qualitativa, que começam a questionar a utilização do termo “menor” que caracterizava a criança e o adolescente como um ser que seria objeto de ações políticas (sob controle do Estado) e

religiosas, e sem direito a desejos e vontades, nas quais é priorizado o enfoque assistencialista enquanto mantenedor da ordem social (MEDEIROS & FERRIANI, 1995; BUTTLER & RIZZINI, 2001; EL-KHATIB, 2001; GRACIANI, 2001; SOUSA NETO, 2002).

Paralelamente aos questionamentos no meio acadêmico, a sociedade brasileira viveu um período de intensas mudanças durante as décadas de 1970 e 1980. Em um contexto histórico marcado pelo processo de democratização e mobilização ampla da sociedade (eleições diretas, liberdade de imprensa, anistia, abertura política, entre outros), iniciam-se as reivindicações acerca de melhores condições para a infância (SILVA & MOTTI, 2001).

Neste período, no que se refere à assistência às crianças e adolescentes, observamos a existência simultânea de ações de caráter repressivo, fundamentada na condição de situação irregular em contraposição às ações emergentes baseadas na educação popular. Essas ações inovadoras trazem à tona novas formas de trabalho caracterizadas por uma maior proximidade com as crianças e novas formas de relacionamento entre educador, crianças e adolescentes (SILVA & MOTTI, 2001; SANTOS, 2004).

Fruto dessas alternativas assistenciais, é criado em 1985 o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR), que contava com a participação de educadores, ativistas e colaboradores voluntários “fundamental para a história e consolidação do movimento em defesa da criança e do adolescente” (SILVA & MOTTI, 2001, p.49).

O MNMMR trouxe a concepção das crianças enquanto protagonistas efetivos de sua própria história, com ênfase na sua capacidade enquanto agentes de mudanças em nas próprias vidas através da organização social (MÂCIEL, BRITO & CAMINO, 1998; RIZZINI, BARKER & CASSANINGA, 1999; SILVA & MOTTI, 2001; SANTOS, 2004).

A partir daí ocorre uma maior mobilização da sociedade civil e política em torno da temática da infância culminando na inclusão da Emenda na Constituição Federal de 1988, pelos direitos das crianças enquanto cidadãos (artigos 227 e 228). Após este período:

“através de um amplo processo mobilizatório e a realização de diversas audiências públicas no Congresso Nacional, o Projeto de Lei que regulamenta os artigos 227 e 228 da Constituição foi votado e aprovado nas duas Casas Legislativas e sancionado pelo Presidente da República, em 13 de julho de 1990, constituindo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)” (SILVA & MOTTI, 2001, p. 51)

O ECA representa uma ruptura com o paradigma até então vigente na assistência à esta população, sustentados pela doutrina da situação irregular em um contexto caracterizado pelo autoritarismo, centralização e repressão, conforme nos fala Silva & Motti (2001, p. 29):

“Ao longo do processo histórico brasileiro, as relações dominantes/dominados foram se estruturando sob a forma clientelista repressiva (...). Esta institucionalização teve sua expressão jurídica na doutrina da situação irregular que consagrou ao mesmo tempo, os métodos correccionais e os abrigamentos para a infância”

Em outra direção, o ECA encontra-se inserido em um paradigma de um Estado de Direito, no qual “deveriam ser assegurados direitos universais a todos no âmbito da saúde, da educação, a segurança social, das mínimas condições de vida” (SILVA & MOTTI, 2001, p. 29).

Configura-se, então, o conceito de criança sujeito de direitos ou criança cidadã (SANTOS, 2004). Assim, a criança deixa de ser vista como um adulto em miniatura e sem vontade própria, e, passa a ser considerada protagonista de seu desenvolvimento. O ECA não focaliza as ações nas crianças enquanto pobres, abandonadas ou delinqüentes, mas sim enquanto cidadãs de pleno direito, conferindo a elas um *status* de prioridade absoluta (SOUSA NETO, 2002; SILVA & MOTTI, 2001; EL-KHATIB, 2001).

Neste sentido, de acordo com o artigo 3º do ECA:

“A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-lhes por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades a fim de lhes facilitar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e igualdade” (BRASIL, 2004)

Um aspecto importante a ser destacado em relação ao ECA é a mudança de concepções referentes à metodologia de intervenção pública junto às crianças e adolescentes. Até a sua implantação, a institucionalização de crianças e adolescentes abandonados, vítimas de violência ou infratores, era um dos pilares de sustentação das políticas públicas destinadas a essa população (SILVA & MOTTI, 2001; SILVA, 2003; SANTOS, 2004; SILVA, 2004).

O ECA inaugura o início da política de desinstitucionalização, com priorização de medidas sócio-educativas, nas quais a dimensão pedagógica predomina sobre a ação repressiva. Com a adoção do paradigma da proteção integral, o ECA privilegia a orientação da família, a inserção na escola, a articulação família/comunidade, o suporte técnico, sendo a colocação em família substituta e o abrigo utilizados em condições excepcionais (SILVA & MOTI, 2001). O abrigo é uma medida de proteção às crianças e adolescentes quando seus direitos são ameaçados ou violados por ação ou omissão da sociedade ou do Estado, por falta, omissão ou abuso de pais ou responsáveis ou em decorrência de sua própria conduta (BRASIL, 2004).

Concordando com SILVA (2004, p. 38) entendemos como abrigo

“todas as instituições que oferecem acolhimento continuado à crianças e adolescentes desacompanhados de seus familiares, o que pressupõe regularidade nos serviços oferecidos e determina ao dirigente da instituição a equiparação legal ao guardião dos meninos e meninas acolhidos”

Ainda no artigo 101º do ECA, em seu parágrafo único, “ o abrigo é uma medida provisória e excepcional, utilizável como forma de transição para a colocação em família substituta, não implicando privação da liberdade”(BRASIL, 2004, p.42).

Sousa Neto (2002) argumenta que o abrigo, como concebido pelo ECA, se caracteriza pelo atendimento personalizado, em condições físicas, de salubridade, segurança e educação adequadas, onde se garanta o respeito e cuidados, inclusive médicos e psicológicos, necessários às crianças e adolescentes. O ECA entende “o abrigo como um espaço de acolhimento, não de segregação, em que deve facilitar o convívio da criança com a comunidade, pois é a inserção comunitária que prevalece” (SOUSA NETO, 2002, p. 95). Para isso, de acordo com o artigo 92º do ECA, as entidades de abrigo devem adotar os seguintes princípios:

- “I- preservação dos vínculos familiares;
- II- integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem;
- III- atendimento personalizado e em pequenos grupos;
- IV- desenvolvimento de atividades em regime de co-educação;
- V- não desmembramento de grupos de irmãos;
- VI- evitar, sempre que possível a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados;
- VII- participação na vida da comunidade local;
- VIII- preparação gradativa para o desligamento;
- IX- participação de pessoas da comunidade no processo educativo” (BRASIL, 2004, p.38)

Todas as medidas citadas acima, buscam uma maior aproximação do cotidiano no abrigo com a convivência familiar, desde as instalações físicas até a rotina diária, a fim de que as crianças sofram o mínimo possível com a situação em que se encontram (SILVA, 2003).

Em relação à clientela atendida, de acordo com SILVA (2003), o abrigo pode atender às crianças e adolescentes vítimas de maus tratos, órfãos, abandonados, bem

como aqueles explorados pelo tráfico, trabalho, mendicância, prostituição, ou aqueles que vivem nas ruas, para os quais o retorno à família de origem se mostre difícil ou inadequado naquele momento.

Apesar do ECA trazer as diretrizes das alternativas de atendimento não traz explicitamente as modalidades de abrigo cuja elaboração e articulação ficam a cargo dos gestores municipais. Neste sentido, Carreirão (2004) pontua algumas formas de se operacionalizar o programa de abrigo: casa-lar, república, casa de passagem e abrigo institucional.

A casa-lar ou abrigo domiciliar caracteriza-se pela estrutura de uma residência privada inserida na comunidade (sugere-se a não colocação de placas indicativas de um abrigo). O atendimento máximo gira em torno de 12 crianças ou 13 adolescentes (de acordo com as instalações físicas da casa), sendo coordenada por casais, pais ou mães sociais ou por educadores em regime de revezamento.

As repúblicas apresentam a mesma estrutura física das casas-lares, no entanto os educadores permanecem como suporte não residindo na casa. Sua clientela é representada por adolescentes maiores de 18 anos, sem condições de retorno à família de origem ou colocação em família substituta, sendo priorizadas ações que visem à construção da autonomia dos jovens para posterior desligamento destes. Estas ações se direcionam para a inserção do adolescente no mercado de trabalho, o sucesso no contexto escolar e para capacitação para a auto-gestão e manutenção doméstica.

As casas de passagens, também denominadas casas de acolhida, transitórias ou albergues, são consideradas locais estratégicos no atendimento, principalmente de meninos de rua, onde se busca a construção de uma relação de confiança e afeto para que posteriormente se possibilite o retorno para a família de origem ou encaminhamento para outras instituições. Carreirão (2004) afirma que estas casas não se caracterizam como abrigo, no sentido preconizado pelo ECA, devido ao padrão de flexibilidade encontrados nestes. No entanto, se constituem como locais que oferecem proteção,

alimentação, cuidados básicos com higiene e segurança, além da orientação de profissionais.

Enfim, ainda encontramos instituições que por atenderem um grande número de crianças e adolescentes, apresentam dificuldades em proporcionar-lhes atendimento personalizado. São denominados abrigos institucionais, nos quais observamos crescente fragilidade dos vínculos familiares e distanciamento da vida comunitária.

O ECA, segundo Medeiros (1999), Silva (2004) entre outros, apontam os inquestionáveis avanços nas políticas de atendimento às crianças e adolescentes que se encontram na zona de assistência. No entanto, mesmo após 17 anos de sua implantação, ainda encontramos contradições entre as aspirações legais do ECA e o cotidiano real de muitas crianças e adolescentes brasileiros que se encontram em situação de risco no que se refere ao seu desenvolvimento.

Ribeiro (2003) pontua que um grupo de risco é aquele que se encontra carente de condições básicas (saúde, educação, moradia e alimentação) para o seu pleno desenvolvimento. Para Lescher et al. (2004, p.11) entende-se por situação de risco:

“a condição de crianças que por circunstâncias de vida estão expostas à violência, ao uso de drogas e a um conjunto de experiências relacionadas às privações de ordem afetiva, cultural e sócio-econômica que desfavorecem o pleno desenvolvimento bio-psico-social”

Concordamos com Medeiros (1999, p. 15) ao entender os riscos pessoais e sociais como “possíveis fatores que podem prejudicar o processo de crescimento e desenvolvimento da criança ou mesmo limitar sua qualidade de vida”. Estes fatores encontram-se presentes nas condições das crianças e adolescentes que estão vivenciando o processo de desfiliação, fazendo das ruas seu espaço de sobrevivência.

*“Minha mente adormece
As minhas pálpebras começam pesar
Minhas palavras são lentas
Nem mesmo eu consegui escutar
A sensação que me dava
Que nas minhas costas
Eu carregava todo peso da alma
Caminhando sozinho
Meus pensamentos se perdiam no ar
O beck está queimando
Fumaça sobe
Eu tenho a impressão de estar ouvindo vozes
Parado nessa estrada fico pensando
Pra onde este caminho está me levando
O corpo flutua a mente adormece
Levanto as mãos e faço uma prece
O beck chega ao fim eu sento na calçada
Eu fui atrás do paraíso e não
Não encontrei nada não”
(Cada um, Cada um
Racionais MCs)*

2.2. Maternidade e Paternidade para Adolescentes em Processo de Vulnerabilidade/Desfiliação

Caracteristicamente consideradas experiências de intensas transformações, a adolescência, a maternidade e a paternidade, assumem contornos específicos de acordo com o contexto histórico, cultural e social no qual se inserem. Entendidas enquanto construções sócio-históricas, estas experiências além de serem interpretadas de acordo com parâmetros individuais, são significadas com base nas relações de gênero e de classes sociais que se constituem nas relações cotidianas. Na sequência aprofundamos estas questões relacionando-as ao contexto de vulnerabilidade e desfiliação.

2.2.1 A construção da adolescência: algumas considerações

A adolescência, enquanto período reconhecido do desenvolvimento humano tornou-se objeto de investigação das ciências médicas e psicopedagógicas entre o final do século XIX e início do século XX (ARIÈS, 1981; REIS & ZIONI, 1993; CÉSAR, 1998).

De acordo com Ariés (1981), durante a Idade Média até o século XVIII, a noção de idade deixou de ser um critério social significativo, sendo as crianças introduzidas no mundo adulto de forma paulatina: “passados os cinco ou sete primeiros anos, a criança se fundia sem transição com os adultos” (ARIÈS, 1981, p. 124).

No século XVIII, a escola assume o seu papel instrumentador e socializante, o que resulta em uma separação da criança e do adulto (REIS & ZIONI, 1993). Neste período, a infância caracteriza-se pela sua longa duração, sendo que ao seu final a criança entraria diretamente no mundo adulto (ARIÈS, 1981; REIS & ZIONI, 1993; CÉSAR, 1998).

Ariés (1981, p. 10) analisando a história social da criança e da família, coloca que no processo histórico observa-se uma espécie de predileção social por um período particular da vida humana, sendo a “juventude a idade privilegiada do século XVIII, a

infância do século XIX e a adolescência do século XX". O mesmo autor afirma que, em nossa sociedade, o reconhecimento de classes de idade características se relaciona diretamente com as instituições.

A "invenção" da adolescência, segundo Áries (1981) e César (1998), tem suas raízes nas transformações que ocorreram em duas instituições sociais já no fim do século XVIII: a escola e o exército.

Estas mudanças caracterizaram-se principalmente, segundo Reis & Zioni (1993, p.474), pela "identificação de uma fase cronologicamente posterior à infância, de preparação à vida adulta: a adolescência". De acordo com Outeiral (2003), a adolescência foi de fato reconhecida como um período evolutivo com necessidades específicas, somente entre as duas grandes guerras mundiais, ou seja, entre 1918 e 1945.

A palavra adolescência, segundo Outeiral (2003, p.4):

"... tem dupla origem etimológica e caracteriza muito bem as peculiaridades desta etapa da vida. Ela vem do latim *ad* (a, para) e *olescer* (crescer) significando a condição ou processo de crescimento, em resumo o indivíduo apto a crescer. Adolescência também deriva de *adolescere*, origem da palavra adoecer".

Segundo Martins, Trindade & Almeida (2003), a adolescência deve ser entendida como um período de transição entre a infância e a fase adulta, dependente do contexto histórico e social no qual o indivíduo se desenvolve. Apesar do consenso na literatura acerca da caracterização da adolescência como um período de transição, o mesmo não é observado em relação à sua delimitação etária, principalmente no que se refere ao seu fim.

As alterações corporais e psíquicas decorrentes da puberdade caracterizam o início da adolescência (OUTEIRAL, 2003; CALLIGARIS, 2000). O fim é caracterizado pelo "estabelecimento de novos vínculos com os pais, questão profissional, a aceitação do "novo corpo" e dos processos psíquicos do mundo adulto" (OUTEIRAL, 2003, p..5). No

entanto, não identificamos um consenso na literatura consultada quanto à uma idade que marcaria o término desta fase.

Campos (2002) caracteriza a adolescência em termos de processos psicológicos, que envolvem as reações do jovem às suas mudanças físicas e à resolução razoável de sua identidade pessoal que, para a maioria das pessoas, ocorrem entre 11 e 21 anos. A Organização Mundial de Saúde (OMS) situa a adolescência entre 10 e 19 anos.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 2004) define a duração da infância e da adolescência nos seguintes termos:

“Art. 2º. Considera-se criança, para os efeitos dessa Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.

Parágrafo único. Nos casos expressos em Lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade (BRASIL, 2004).”

A adolescência tem despertado cada vez mais o interesse da Saúde Pública e da sociedade geral, representando um grande contingente populacional em nosso país. No Brasil, de acordo com DATASUS (2007a) estima-se que de uma população de 189.335.187 milhões de brasileiros, sendo que 10,21% encontra-se na faixa dos 10 aos 14 anos e 10,57% entre 15 e 19 anos. Em Goiás, estas taxas são de 9,93% e 10,41% respectivamente. O DATASUS (2007a) coloca que em Goiânia os adolescentes entre 10 e 14 anos correspondem a 8,99% da população e aqueles entre 15 e 19 anos a 10,79%.

A puberdade, conceituada por Ferreira et al. (1998, p. 49) como “o conjunto de modificações somáticas da adolescência”, marca o início deste período de intensas transformações nos aspectos biológicos e psicossociais.

O processo de maturação dos seres humanos, durante a puberdade, resulta em diversas transformações biológicas como alterações no crescimento, no peso, na aparência física, no funcionamento de glândulas endócrinas, entre outras (FERREIRA et al., 1998; CAMPOS, 2002). Entre estas mudanças, discutiremos a maturação sexual, de forma sucinta, devido à sua relação com o tema de nossa pesquisa.

De acordo com Campos (2002), o processo de amadurecimento sexual reflete-se pela capacidade de procriação, relacionada à ovulação na mulher e à espermatogênese no homem.

Ferreira et al. (1998. p. 50) pontuam que:

“... a seqüência de eventos que caracteriza a maturação sexual do adolescente é muito variável, mas via de regra, o aumento simétrico do volume testicular, no homem, e o aparecimento do broto mamário, na mulher, são as primeiras manifestações de desenvolvimento sexual”.

Particularmente, em relação ao sexo feminino, posteriormente ao aparecimento do broto mamário, ocorre o surgimento dos pêlos pubianos, as pilosidades axilares e finalmente a menarca. A primeira menstruação marca a conclusão da puberdade, ocorrendo em torno dos 12,2 anos de idade, sendo os ciclos menstruais iniciais, freqüentemente anovulatórios e irregulares (FERREIRA et al., 1998)

Nos meninos, após o crescimento do escroto e testículos, ocorre o aumento do pênis e crescimento das vesículas seminais e da próstata. Em seguida, surgem os pêlos pubianos. Os pêlos faciais e axilares surgem aproximadamente 2 anos após o surgimento dos pêlos pubianos. A primeira ejaculação geralmente ocorre entre os 12 anos e meio e os 14 anos, aproximadamente um ano após o início do aumento do pênis, sendo decorrente de uma combinação de fatores psicológicos, culturais e físicos (FERREIRA et al., 1998)

Paralelo às mudanças de cunho biológico citadas anteriormente, a adolescência caracteriza-se por intensas transformações no âmbito psíquico, entendidas por Knobel (1992) como a “síndrome da adolescência normal”.

A “Síndrome da Adolescência Normal” é representada por processos de busca de si mesmo e da identidade; tendência grupal; necessidade de intelectualizar e fantasiar; crises religiosas; desorientação temporal; atitude social reivindicatória; contradições sucessivas em todas as manifestações da conduta; separação progressiva dos pais, constantes flutuações do humor e do estado de ânimo e evolução sexual do auto-

erotismo à heterossexualidade (KNOBEL, 1992; FERREIRA et al., 1998; CAMPOS, 2002; OUTEIRAL, 2003).

A sexualidade, segundo Campos (2002, p. 121), tem para o(a) adolescente importância fundamental neste período da vida. Assim como a adolescência, Silva (2001, p. 48), baseada em História da Sexualidade de Michel Foucault, salienta que:

“ ...a sexualidade se constrói não apenas no aspecto biológico, mas principalmente no imaginário de cada um: a sexualidade se coloca não apenas no palpável, mas sim no discurso que sustenta o palpável, ideologia subjacente aos padrões de normalidade impostos pela convivência social”.

Desta forma, neste trabalho, tanto a sexualidade como a adolescência em si, são entendidas enquanto fenômenos sociais, historicamente e culturalmente determinadas. Neste sentido, César (1998), refere a constatação da existência de adolescências, entendidas enquanto diferentes formas possíveis de se colocar no mundo, com múltiplas formas de subjetivação.

Medeiros et al. (2001, p. 36) considerando que “cada grupo social constrói e recria o imaginário social, sobre alguns aspectos da sexualidade”, pesquisou o significado da sexualidade para adolescentes em situação de rua em Goiânia. Estes autores, na mesma direção encontrada por Borges (2004), identificaram que, para este grupo, a sexualidade está diretamente relacionada e reduzida ao ato sexual. Em um estudo, realizado no Rio de Janeiro, sobre a prostituição infantil feminina, Gomes (1996) pontua que as significações atribuídas à sexualidade pelas adolescentes interfaceavam o ato sexual (“Transa”), a prostituição e a violência sexual.

A rua, para muitas meninas e meninos adolescentes, que utilizam este espaço como forma de sobrevivência, torna-se o contexto da descoberta e exercício da sexualidade. Fenelon, Martins & Domingues (1992), Gomes (1996) e Borges (2004), acrescentam que geralmente a vivência do ato sexual é concomitante ao desconhecimento do próprio corpo.

O desconhecimento da dinâmica própria do corpo, aliada à inconstância ou ausência do sexo seguro, conforme constatado em Goiânia por Medeiros et al. (2001),

Sena (2000) e Borges (2004), faz das meninas e meninos em situação de rua um grupo particularmente susceptível à contaminação por doenças sexualmente transmissíveis e à ocorrência da gravidez.

A discussão acerca da maternidade e paternidade, tanto na adolescência, quanto em qualquer fase da vida, perpassa pela discussão de como se dão as relações de gênero em determinada sociedade e/ou grupo social, e de como estas relações, inseridas em seu contexto político, econômico, social e cultural, acabam por influenciar, de forma bastante consistente, nossas percepções acerca destes fenômenos. Considerando isso, discutiremos, de forma sucinta, a concepção de gênero adotada neste trabalho, bem como pontuamos aspectos da construção do discurso científico acerca da maternidade e paternidade na adolescência, especialmente aqueles relacionados aos (as) adolescentes que vivenciam esta experiência em um contexto de vulnerabilidade social.

2.2.2 Maternidade e Paternidade: considerações sobre as relações de gênero

A formulação do conceito de gênero se inicia na luta das mulheres pela igualdade social e política, que têm lugar a partir da segunda metade do século XX, através do movimento feminista.

Inicialmente, na década de 1970, o movimento feminista buscou analisar e explicar a condição de subordinação das mulheres, sendo que o conceito de patriarcado adquiriu centralidade nos discursos. Em um segundo momento, os olhares são direcionados para as condições concretas de vida das mulheres, caracterizando a fase dos “estudos sobre mulheres”. Estes estudos tiveram como grandes vertentes a pesquisa sobre as mulheres e sua condição social e a compreensão de como a sociedade é geradora do processo de subordinação destas. A partir da década de 1980, com o aumento das discussões das teorias feministas no meio acadêmico, a concepção de

gênero adquire nova significação na qual a perspectiva relacional adquire centralidade (PIROTTA, 2002).

Atualmente, conforme nos lembra Veloso (2003), falar em gênero implica em considerar que as desigualdades observadas entre homens e mulheres não se explicam somente pelas suas características biológicas e naturais, mas basicamente pelos processos históricos que caracterizam um padrão de relações de gênero. Assim, preconiza-se a inexistência de essências imutáveis e universais específicos dos homens ou mulheres, o que abre espaço para a aceitação de diferentes formas de ser e estar no mundo.

Com base nos estudos de Scott (1996), utilizados por Lyra (1998a), Louro (1999), Veloso (2003), Corrêa (2005) e Rosistolato (2004), a definição do conceito de gênero perpassa pela compreensão de dois aspectos.

Inicialmente o gênero deve ser considerado como constitutivo das relações sociais com base nas diferenças percebidas entre os sexos. Neste aspecto, o gênero articula entre si, de forma indissociável, os símbolos culturalmente disponíveis, os conceitos normativos que trazem os significados para estes símbolos, a presença do gênero nas esferas política e social de uma forma geral (não somente nas relações de parentesco) e a subjetividades dos homens e mulheres que atualizam as suas identidades de gênero na prática cotidiana (SCOTT, 1996).

O segundo aspecto relacionado à conceituação de gênero, de acordo com Scott (1996) se refere à concepção de que o gênero é uma primeira forma de significar as relações de poder, que se dão de forma assimétrica, constituindo-se como um meio de apreender o sentido e de compreender as complexas relações que caracterizam a interação humana.

Assim, é preciso enfatizar que o gênero não se resume à diferença sexual existente entre homens e mulheres, sendo mais relacionado à forma como estas diferenças são percebidas, apropriadas e transformadas em desigualdades (VELOSO, 2003).

De acordo com Louro (1999, p. 21):

“ ...é necessário demonstrar que não são propriamente as características sexuais, mas é a forma como essas características são representadas ou valorizadas, aquilo que se diz ou se pensa sobre elas que vão constituir efetivamente o que é feminino ou masculino em uma determinada sociedade e em um dado momento histórico.”

Este processo caracteriza o gênero como construção social, muitas vezes utilizado para justificar ou naturalizar determinados comportamentos e atitudes sociais, entre eles a sexualidade, a maternidade e a paternidade.

Em relação à sexualidade, os valores tradicionais, oriundos de uma cultura patriarcal, giram em torno da repressão para as meninas e do incentivo e apoio aos meninos (NASCIMENTO, 2007; HEILBORN et al., 2002). De uma forma geral quando se fala da sexualidade do adolescente, geralmente as discussões são limitadas ao campo da reprodução, à possibilidade da gravidez, relacionando-a como uma responsabilidade do universo feminino.

Essas visões traduzem as relações de gênero, sustentadas pelo binarismo homem/mulher e pela definição e rigidez de papéis de forma sexista. Nestas concepções, ao homem cabe o domínio do mundo público, a função de provedor moral e material do lar, sendo esperado dele comportamentos que afirmem a sua virilidade sustentados pela violência e heterossexualidade compulsiva. Por outro lado, à mulher é delegado o mundo privado, o cuidado do lar e dos filhos e o estabelecimento das relações afetivas neste contexto (ADORNO, 2001; LYRA, 1998a; MEDRADO, 1998, TRAVERSO-YEPES & PINHEIRO, 2005).

Em sua obra clássica, Badinter (1985) ilustra o processo de construção social que atribui à maternidade o caráter de essencialidade para a mulher. Para demonstrar a tese de que o amor materno não existe em toda mulher, e varia de acordo com fatores sócio-econômicos, Badinter (1985) fez uma extensa pesquisa histórica sobre a maternidade na França, particularmente do século XVIII até a contemporaneidade.

Conforme já foi pontuado anteriormente, a concepção de infância como um período com características distintas remonta ao século XIX, sendo que a história da maternidade e da paternidade, encontra-se intrinsecamente relacionada à esta visão (ARIÉS, 1981; BADINTER, 1985, DONZELOT, 1986).

Anterior a esse período, no início do século XVIII, as relações com os filhos caracterizavam-se pela postura de indiferença materna e paterna. Esta postura tornava-se explícita pelo comportamento de envio dos filhos para a casa de amas-de-leite, por todas as classes sociais. As crianças permaneciam na casa dessas amas por anos, se não morressem, pois o índice de mortalidade infantil neste período era elevado. Estes acontecimentos se inserem em uma estrutura familiar sustentada pela autoridade patriarcal, na qual o pai além de “fundamento econômico e chefe moral da família, ele é também o seu centro; tudo deve girar em torno dele” (BADINTER, 1985, p. 77).

Neste contexto, a “esposa, assim como os filhos eram considerados propriedade do homem, de acordo com seu papel de marido ou pai. O objetivo do casamento era o de gerar filhos, sinal de riqueza, abundância e benção divina” (TRINDADE & BRUNS, 1999;p. 06).

No entanto, no último terço do século XVIII, a imagem da mãe, seu papel e sua importância, modificaram-se radicalmente. Inicia-se a divulgação do mito do instinto materno, ou do “amor espontâneo de toda mãe pelo filho”, enquanto que para o pai o vínculo afetivo continuava inexistente, apesar de muitas vezes haver a demonstração de preferência pelo filho varão por este representar a continuidade da família. O surgimento do mito materno está relacionado à necessidade do Estado de diminuir o índice de mortalidade infantil, sustentada por um discurso econômico (importância da população para o desenvolvimento de um país) e filosófico (idéias de igualdade e felicidade individual) (BADINTER, 1985, DONZELOT, 1986; TRINDADE & BRUNS, 1999).

O papel da boa mãe é segundo Badinter (1985), aceito pelas mulheres de uma forma geral, influenciadas principalmente pelas possibilidades de mudanças no papel desempenhados por estas no universo familiar ou da sociedade.

“ É portanto um novo modo de vida que aparece no final do século XVIII e que se desenvolverá no curso do século XIX. Voltada para o interior, a intimidade que conserva bem cálidos os laços afetivos familiares, a família moderna se recentra em torno da mãe, que adquire uma importância que jamais tivera” (BADINTER, 1985, p. 213).

Estas concepções, que influenciam idéias e comportamentos até os dias atuais, são inicialmente socializadas no cotidiano das famílias e vizinhanças através de rotinas, jogos e brincadeiras, nas quais “meninos e meninas aprendem e internalizam seu gênero de acordo com aquilo que a sociedade local exige que sejam“, sendo permanentemente reconstruídas pelas pessoas em suas interações ao longo da vida (TRAVERSO-YEPES & PINHEIRO, 2005, p. 149).

De acordo com Traverso-Yepes & Pinheiro (2005, p. 155):

“Os papéis de gênero comuns nessa comunidade, bem como as expectativas referentes ao comportamento e às habilidades dos indivíduos de cada sexo, fazem parte do universo simbólico dos adolescentes, contribuindo na construção de suas auto-imagens”.

Sendo construção social, as relações de gênero não somente são diversas entre as sociedades ou entre momentos históricos, mas também no interior de uma mesma sociedade quando se consideram diferentes grupos (étnicos, religiosos, raciais, de classe, entre outros) que a constituem (LOURO, 1999).

Assim é importante pontuar, conforme nos lembra Adorno (2001), que a percepção e utilização do gênero enquanto categoria analítica dos comportamentos sociais, baseada na concepção de construção social, permite vislumbrar a possibilidade da desnaturalização e transformação das relações de gênero, e de poder a elas associadas, tidas como hegemônicas, através da discussão das pluralidades das formas de relação e expressão humanas.

Considerando a perspectiva das relações de gênero aqui explicitada, na qual o masculino e o feminino não podem ser pensados como entidades em si, mas como construções interdependentes, passamos a discutir o processo de construção sócio-

histórica das concepções, hoje hegemônicas, acerca da maternidade e paternidade adolescente.

2.2.3 Maternidade e Paternidade Adolescentes

De acordo com a OMS a gravidez na adolescência, considerada como aquela que ocorre entre os 10 e 19 anos, tem sido amplamente discutida na Saúde Pública. Tradicionalmente caracterizada como “um problema” ou como de “risco” para a(o) adolescente e seu filho, atualmente diversos estudos tem apontado controvérsias nestas concepções, principalmente em relação aos processos de significação destas experiências pelos sujeitos que as vivenciam (LUZ, 1999; JEWELL, TACCHI & DONOVAN, 2000; CABRAL, 2003; SANTOS & SCHOR, 2003; PANTOJA, 2003; KLIMA, 2003; GONTIJO & MEDEIROS, 2004, GONTIJO & MEDEIROS, 2007).

De acordo com dados do DATASUS (2007b), em 2004, no Brasil, 26.276 crianças nasceram de adolescentes entre 10 e 14 anos, o que corresponde a 0,9% dos nascidos vivos no país. Na faixa etária de 15 a 19 anos este percentual corresponde a 20,98% dos nascidos vivos. Estas porcentagens são próximas das encontradas para o estado de Goiás e sua capital, Goiânia, conforme pode se observar no quadro 1.

QUADRO 1:

PORCENTAGEM DE NASCIDOS VIVOS DE ACORDO COM A IDADE DA MÃE NO ANO
DE 2004

	Brasil	Goiás	Goiânia
Menor que 14	0,90	0,85	0,53
15 a 19	20,98	24,90	17,33

Fonte: DATASUS (2007b)

Especificamente em relação às adolescentes com experiência de vida nas ruas, de acordo com Rigato (2002), em estudos realizados nos Estados Unidos, entre 44 e

66% destas já estiveram grávidas. No Brasil, Gomes (1996) em uma pesquisa sobre a prostituição feminina infantil no Rio de Janeiro, identificou que mais da metade das adolescentes que fizeram parte do grupo de estudo, tinham filhos ou estavam grávidas, sendo que Fenelon, Martins & Domingues (1992), encontraram dados semelhantes.

Greene & Ringwalt (1998) pontuam que as jovens que vivem nas ruas são particularmente susceptíveis à gravidez devido à associação de diferentes fatores: comportamento sexual de risco, exposição à violência sexual e acesso limitado à serviços de saúde e planejamento familiar. Estes fatores também são identificados por Borges (2004) no que se refere as causas do risco para as Doenças Sexualmente Transmissíveis nesta população.

Considerando o pequeno número de estudos direcionados à população em situação de rua, redirecionamos a nossa discussão para a maternidade/paternidade para o grupo de adolescentes em geral, especialmente àquelas (es) consideradas(os) como em situação de vulnerabilidade.

De acordo com Pantoja (2003), o fenômeno da gravidez na adolescência não se caracteriza como um fato recente no Brasil, sendo que em determinados momentos históricos essa era a faixa etária considerada ideal para a mulher ter filhos.

O fenômeno da gravidez na adolescência ganha visibilidade no quadro de transição demográfica brasileira, que se inicia na década de 1960 e se caracteriza no final da década de 1990, na qual ocorre redução expressiva da taxa de fecundidade de uma forma geral, com o aumento da utilização da contracepção. Neste mesmo período, ocorre o aumento da taxa de fecundidade na adolescência. O fato da taxa de fecundidade na adolescência ir em sentido inverso ao das outras faixas etárias dá visibilidade ao fenômeno, suscitando o interesse da esfera pública e do meio acadêmico. Além disso, com as mudanças nas expectativas sociais em torno da adolescência referentes a uma maior escolarização, inserção profissional e ao exercício da sexualidade desvinculado da reprodução, a gravidez passa a ser vista como um desperdício de oportunidades. No entanto é importante refletir que estas oportunidades não são

igualmente oferecidas à todos os jovens de todas as classes sociais (HEILBORN et al., 2002)

A partir deste momento, a gravidez na adolescência passa a ser considerada “um problema social”, sustentada por um discurso médico que a caracterizou como quadro de gravidade e risco para a adolescente e seu filho (AMAZARRAY et al., 1998; COSTA et al., 2001; PANTOJA, 2003; SANTOS & SCHOR, 2003). De acordo com Porto & Luz (2002, p. 385), para o Ministério da Saúde “a gravidez na adolescência é considerada de alto risco (...) que podem ser de natureza diversa: clínicos, biológicos, comportamentais, relacionados à assistência à saúde, sócio-culturais, econômicos e ambientais”.

Os riscos biológicos, geralmente atribuídos à gravidez na adolescência referem-se principalmente à mortalidade perinatal, baixo peso ao nascer e prematuridade. No entanto Gomes, Fonseca & Veiga (2002) e Pantoja (2003) pontuam que estas conseqüências são muito mais freqüentes no grupo de 10 a 14 anos. Para o grupo de mulheres adolescentes em geral, Pantoja (2003) e Pinheiro (2000), observam que os riscos obstétricos se relacionam diretamente à fatores sócio- demográficos e da assistência pré-natal e no parto, aos quais estão sujeitas as mulheres de qualquer faixa etária.

Gomes, Fonseca & Veiga (2002) em um estudo bibliográfico sobre o discurso da pediatria sobre a gravidez na adolescência salienta que as pesquisas brasileiras que atribuem o risco como característica inerente à gravidez na adolescência, o fazem sustentados por dados epidemiológicos questionáveis e sem contextualizar estes riscos no que se referem à fatores sócio-econômicos e culturais.

No que se refere aos “riscos psicossociais” para a adolescente, Amazarray et al.(1998) pontuam que a gravidez na adolescência é uma crise que se sobrepõe à crise da adolescência. A sua ocorrência reflete-se potencialmente na imaturidade psicológica, diminuição da escolaridade, redução das oportunidades de inserção no mercado de trabalho, tendência à construção de famílias numerosas e de separações e aumento da

violência doméstica (AMAZARRAY et al., 1998; CAEC, 2001; GOMES et al. , 2002; PANTOJA, 2003) .

No entanto, observa-se também na literatura que estes fatores psicossociais são associados à gênese da gravidez na adolescência. Amazarray et al. (1998) pontuam que aliado ao desconhecimento sobre a reprodução e sobre métodos contraceptivos, constituem em geral grupo de risco para a ocorrência da gravidez na adolescência:

“Em geral, adolescentes provenientes de famílias disfuncionais, pobres, de pouca instrução e cujas mães tiveram precocemente seu primeiro filho, correm um risco maior de engravidar. Ainda, famílias com história de violência, abuso de drogas e doença crônica de um dos pais podem predispor as adolescentes a uma relação sexual prematura. Aquelas meninas que possuem baixa auto-estima, baixo rendimento escolar e falta de aspirações profissionais, também constituem um grupo de risco” (AMAZARRAY et al. , 1998)

É importante pontuarmos, apesar de não ser o foco deste estudo, que concomitante ao risco para a ocorrência da gravidez, os (as) adolescentes também se expõem a possibilidade de contaminação por doenças sexualmente transmissíveis (DST). Borges & Medeiros (2004) em um estudo que analisou as representações sociais de DST/Aids para adolescentes com experiência de vida nas ruas abrigadas, identificaram que estas se mostram contraditórias, sendo que a maioria das informações se referiam a AIDS, percebida como mortal, incurável e fonte de sofrimento, em detrimento de outras doenças sexualmente transmissíveis. Além disso, aspectos relacionados à percepção de onipotência, característico da adolescência, associados ao uso de drogas e bebidas e desconhecimento do próprio corpo e de suas transformações culminam na não utilização de métodos preventivos na relação sexual (BORGES & MEDEIROS, 2004).

Retomando a discussão acerca da gravidez, como podemos constatar e concordando com Pantoja (2003) e Cabral (2003), as interpretações de natureza causal a respeito da gravidez para mulheres na adolescência apresentam-se de cunho reducionista, pois:

“... embora a gravidez na adolescência encontre-se com frequência relacionada a um contexto de desvantagem social

das garotas, é preciso considerar que sua ocorrência já se dá num âmbito pontuado por oportunidades restritas, poucas opções de vida e marcado por interrupções na trajetória escolar” (PANTOJA, 2003, p. S336).

Contraditoriamente à caracterização da gravidez enquanto de risco, estudos que trazem os significados atribuídos a esta vivência pelas adolescentes, revelam que estas não apresentam unanimidade quanto aos aspectos negativos desta experiência para as mulheres (AMAZARRAY et al., 1998; WAGNER et al., 1998; OLIVEIRA, 1999; CAEC, 2001; CARDOSO & DURAN, 2001; CABRAL, 2002; HEILBORN et al., 2002; PANTOJA, 2003; SANTOS & SCHOR, 2003; FOLLE & GEIB, 2004; CORRÊA, 2005, GONTIJO & MEDEIROS, 2007a).

Kreutz (2001), apoiada em diversos estudos, pontua que o grupo de adolescentes mães caracteriza-se essencialmente pela heterogeneidade, portanto não passível de padronizações quanto à função materna. No entanto, podemos discutir o fenômeno da maternidade, identificando características presentes em diversos estudos, e, considerando sempre o contexto sócio, histórico e cultural no qual se insere.

Spear & Lock (2003), em um estudo de revisão bibliográfica sobre pesquisas qualitativas, acerca da gravidez na adolescência para as mulheres, na literatura internacional, pontuam que as temáticas encontradas nos diferentes trabalhos giram em torno de quatro eixos.

A ocorrência da gravidez na adolescência, geralmente, é influenciada pelos contextos escolar, familiar e sócio-cultural do qual a jovem faz parte. De uma forma geral, a gravidez não é planejada, mas torna-se bem vinda, ocorrendo em um contexto de pouca ou nenhuma liberdade para escolhas, tomada de decisões ou controle das situações de vida, além de limitadas opções para o futuro (SPEAR & LOCK, 2003).

As diferenças culturais se fazem presentes, principalmente, na forma como a adolescente e a família lidam com a gravidez. No entanto, observa-se que as decisões são sustentadas por valores como responsabilidade, respeito e reputação (SPEAR & LOCK, 2003).

As significações atribuídas à gravidez são relacionadas às mudanças na vida das adolescentes, e, permeados por sentimentos positivos e negativos. De uma forma geral, para Spear & Lock (2003), a maternidade é vista como uma experiência transformadora.

A maternidade na adolescência, de acordo com Spear & Lock (2003), traz à tona concepções relacionadas à responsabilidade, respeito e reparação de danos. Segundo este estudo, as adolescentes relatam a percepção do aumento da responsabilidade por terem de cuidar dos filhos, ao mesmo tempo em que relatam a importância do respeito e reconhecimento social quanto ao papel desempenhado. Além disso, as adolescentes vêem na maternidade uma oportunidade de proporcionar aos filhos tudo o que não tiveram, configurando-se como uma possibilidade de “reparação” de danos.

No contexto brasileiro, as pesquisas de cunho qualitativo têm encontrado resultados semelhantes. Estas têm sido direcionadas para grupos de adolescentes provenientes de classes populares e freqüentadoras de serviços públicos de saúde (AMAZARRAY et al., 1998; LUZ, 1999; SANTOS & SCHOR, 2003; PANTOJA, 2003; DÓRO, 2003; FOLLE & GEIB, 2004).

Amazarray et al.(1998) estudaram a vivência da maternidade para adolescentes que optaram por assumir a gestação e contavam com suporte familiar. Neste grupo, a maioria das adolescentes relatou que a gravidez não foi planejada, sendo sua descoberta permeada por diferentes reações: conformidade, surpresa, perplexidade, arrependimento e desespero. Estes aspectos também foram encontrados por Luz (1999), Santos & Schor (2003) e Pantoja (2003) em grupos de adolescentes pobres.

Além disso, Amazarray et al. (1998), Luz (1999), Santos & Schor (2003) e Pantoja (2003) constataram que a gravidez/maternidade representa mudanças no curso de vida das adolescentes, principalmente no que se refere às dificuldades de freqüentar escola, conseguir empregos e manter os relacionamentos sociais.

Luz (1999) ao acompanhar um grupo de adolescentes, da periferia de Porto Alegre (Rio Grande do Sul), durante a gravidez identificou que esta pode “representar

uma oportunidade de atender o que a sociedade, e, muitas vezes a família, esperam de uma mulher: casar e constituir uma família” (LUZ, 1999, p. 139).

Esta concepção está intrinsecamente relacionada às relações de gênero e ao “mito do amor materno” (discutido anteriormente), pelo qual a mulher só se realiza no papel de mãe. Para as adolescentes a vivência da maternidade, assim como para as mulheres em geral, perpassa pelos valores tradicionais da sociedade referentes às funções a serem desempenhadas, de acordo com o gênero. A influência destes valores tradicionais na vivência da maternidade também é pontuada por Trindade (1993), Favéro & Mello (1997), Kimura (1997), Teixeira (1999), Trindade (2002) e Szapiro & Feres-Carneiro (2002).

Especificamente no que se refere à adolescentes em situação de vulnerabilidade social, pertencentes a um contexto de oportunidades restritas, poucas opções de vida e marcado por interrupções na trajetória escolar; a maternidade pode adquirir caráter de centralidade na vida destas mulheres (WAGNER et al., 1998; OLIVEIRA, 1999; CAEC,2001; CARDOSO & DURAN , 2001, PANTOJA, 2003).

Para adolescentes pobres, provenientes em geral de núcleos familiares matriarcais, pouco provedoras de cuidado, proteção e carinho, Oliveira (2002) sugere que se observa uma maior atração (consciente ou inconsciente) pela gravidez. Para estas adolescentes, a maternidade não era significada como algo precoce, mas sim como mais uma etapa natural do processo de desenvolvimento, sendo este aspecto também observado por Cardoso & Duran (2001). De acordo com Folle & Geib (2004,p. 186), “nessas circunstâncias de carência financeira, de moradia e de afeto, a adolescente projeta na maternidade o resgate da esperança na vida, por meio da expressão do cuidado materno” .

Ainda considerando este contexto, Hanna (2001, p.461) considera que para um grupo de adolescentes que não tinham suporte social:

“A gravidez foi uma tentativa de trazer amor para suas vidas, uma forma de testar o compromisso de seus parceiros, uma forma de prever seu futuro e recriar uma vida em família tradicional,uma

forma de escape de uma infância infeliz, e o quê é mais importante, uma forma de assegurar, a elas mesmas, que tinham uma criança que era dependente para sempre delas, e que amarão incondicionalmente” .

Especificamente, em relação a meninas que vivem nas ruas, Gomes (1996, p. 179) pontua que:

“... há referências explícitas em relação ao desejo real de ser mãe como sinônimo de cuidar de alguém e proporcionar a esse alguém algo que não tiveram. Talvez este desejo de ser mãe remeta a um papel social definido, através de um vínculo saudável com a vida.”

Joffily & Costa (2006) em uma pesquisa realizada com adolescentes com experiência de vida nas ruas, que estavam vivenciando a gravidez em um contexto de abrigo, identificaram que para as adolescentes esta experiência é significada de forma contraditória. No entanto destacam que o filho se torna referência para a estruturação da vida, com a expectativa de que suprissem os vínculos afetivos deficientes e/ou inconsistentes do passado.

De forma semelhante, Gontijo & Medeiros (2007b) identificaram que para adolescentes que viviam nas ruas e que buscaram o abrigo em virtude da proximidade do parto, o filho adquire dois significados principais. Um primeiro significado atribuído ao filho o papel de salvador de uma morte certa nas ruas, pois segundo as adolescentes se elas não tivessem engravidado e optado por ter o filho, o futuro se resumiria a morte neste contexto, em virtude principalmente da violência ou do uso de drogas. Um segundo significado atribuído ao filho relaciona-se a percepção da possibilidade de construção de uma relação de afeto genuína. Assim, para estas adolescentes, apesar de referirem às dificuldades do ser mãe, a maternidade e a conseqüente ida para o abrigo, possibilitaram uma nova forma de estar e ser no mundo, motivando a saída das ruas e a construção de expectativas futuras positivas para o filho e para si própria.

Estas discussões nos remetem a outros aspectos relacionados à maternidade de adolescentes em situação de vulnerabilidade social, que não tendo outra expectativa de vida, fazem do ser mãe seu projeto de vida. Para Fávero & Mello (1997), Pantoja (2003) e Santos & Schor (2003) a maternidade pode ser significada como forma de ascensão social, sendo um passaporte para a vida adulta, reforço para ser alguém na vida com vistas a garantir a estima de outras pessoas e um futuro melhor para e através do filho. Neste sentido, Pantoja (2003, p. 342) afirma que “a maternidade (...) constitui um reforço ao projeto de ascensão social, pois é a partir dela que os esforços passam a se concentrar na vontade de ser alguém na vida para garantir um futuro melhor aos filhos”.

CAEC (2001) associou a gravidez na adolescência à diminuição do uso de álcool, cigarro, maconha e crack durante a gestação, sendo esta diminuição constatada até 6 meses pós parto, no caso de cigarro e álcool. Dados semelhantes foram encontrados por Klima (2003).

Oliveira (2002), em seu estudo sobre gravidez e maternidade de adolescentes de periferias sociais e ambientais, observou que o cuidado dos filhos (menores que 4 anos) aparentemente trazia benefícios psicossociais, especialmente relacionados à convivência, administração e escape dos riscos graves do mundo do tráfico, do abuso de drogas e da criminalidade.

Especificamente em relação à população que vive nas ruas, Robertson (1991) pontua que mulheres que vivem nas ruas com filhos consomem menos álcool e drogas quando comparadas com mulheres e homens na mesma situação, mas sem filhos.

Em conformidade com o padrão cultural de associar a mãe à esfera da reprodução, são poucos os estudos que abordam a paternidade adolescente, quando comparados aos direcionados para a maternidade nesta fase da vida, caracterizando o fenômeno denominado por Lyra (1998a; 1998b) como de invisibilidade da paternidade adolescente. Neste sentido, observamos uma ausência de dados sistematizados pela esfera pública e um menor interesse acadêmico pelo tema, o que pode ser facilmente constatado em uma pesquisa rápida em qualquer base de dados (por exemplo em

setembro de 2007, na base de dados PubMed encontramos em 453 referências aos termos *adolescent motherhood*, 465 para *youth motherhood*, 78 para *youth fatherhood* e 84 para *adolescent fatherhood*).

No entanto, apesar deste quadro em torno da paternidade adolescente, existem indícios de que muitos jovens vivenciam esta experiência. No estudo realizado pelo Projeto GRAVAD (Gravidez na Adolescência: estudo multicêntrico sobre jovens, sexualidade e reprodução no Brasil) nas cidades de Salvador, Porto Alegre e Rio de Janeiro, dos 2187 adolescentes entrevistados, 21,4% relatam a experiência da gravidez antes dos 20 anos (AQUINO et al., 2003)

Levandowski (2001) em uma revisão da literatura sobre a paternidade adolescente na literatura internacional, identificou uma baixa incidência de estudos sobre o tema. Nos artigos encontrados a autora relata que a maioria estava direcionada à intervenções e aconselhamentos de pais adolescentes, a partir de uma perspectiva de pesquisa quantitativa. Além disso, alguns artigos abordam o papel de diversos fatores relacionados à paternidade de natureza psicológicos, afetivos e sociais.

Nos estudos que abordam as causas da ocorrência da para os rapazes, a paternidade na adolescência esta é associada à fatores de risco como maus tratos, uso de substâncias, distúrbios psiquiátricos e comportamentos anti-sociais. No entanto, estes estudos também indicam a dificuldade de se estabelecer uma relação linear entre causa e efeito, considerando a complexidade do fenômeno (LEVANDOWSKI, 2001).

Atestando essa complexidade, a maioria dos fatores ditos na gênese da gravidez na adolescência, também são identificados como conseqüências desta. A autora destaca que foi observada uma tendência, nos estudos de natureza quantitativa, em significar de forma negativa as conseqüências da gravidez na adolescência para os rapazes (LEVANDOWSKI, 2001).

No mesmo sentido ao encontrado em relação às mulheres adolescentes, os estudos que foram direcionados para a obtenção de significados dados à experiência da

paternidade, a partir de um referencial de pesquisa qualitativa, trazem de uma forma geral concepções contraditórias e heterogêneas.

Nos estudos de Cabral (2002) e Heilborn et al. (2002) apesar dos jovens pais apresentarem baixa escolaridade e inserção precoce no mercado de trabalho quando comparados com jovens não pais, aos autores enfatizam que estas características não podem ser tidas como consequência direta da gravidez, uma vez que elas já estão presentes e marcam a trajetória destes adolescentes.

O trabalho, na pesquisa de Cabral (2002), foi significado pelos adolescentes como o meio de construção da independência frente aos pais, sendo que para eles tornou-se difícil a conciliação com a escola. Além do desejo da independência financeira, para alguns dos jovens o abandono da escola e entrada no mercado de trabalho relacionou-se à vida afetiva/sexual sendo coincidente com o início do namoro ou ocorrência da gravidez. Assim sendo, para os rapazes, assim como para as moças não é possível justificar o abandono da vida escolar pela ocorrência da gravidez de forma automática (CABRAL, 2002; HEILBORN et al., 2002).

Nas famílias, de origem e formadas por estes adolescentes, Cabral (2002) observou a manutenção dos valores tradicionais-homem/provedor e mulher/cuidado da casa e dos filhos. Para os adolescentes assumir o filho e a função de provedor delata amadurecimento, responsabilidade e incrementação do processo de entrada no mundo adulto, além de consolidar a sua virilidade frente ao grupo social.

Nas palavras de Cabral (2002, p.193):

“... ter responsabilidade, consequência direta da paternidade, implica na incorporação ou assunção de novos papéis caracterizados pelos atributos da seriedade e da maturidade. Em outras palavras, a assunção da paternidade efetua a transição de uma condição à outra: para alguns, ela representa a consolidação do processo de passagem à vida adulta; para outros ela acirra essa transição”

De acordo com Costa (2002) a paternidade, de filhos próprios (do próprio sangue), para o homem é considerada fundamental para a masculinidade do homem casado,

sendo que a sua ocorrência fora deste contexto, é frequentemente associada à falta de responsabilidades e liberdade sexual.

No estudo realizado por Heilborn et al. (2002), no projeto GRAVAD, a maioria dos pais optaram por não assumir a gravidez tendo como principal justificativa a desconfiança da real paternidade. Cabral (2002) consoante à D'Oro(2003) , salienta que para os adolescentes a tarefa da contracepção é destinada às mulheres, uma vez que predomina a imagem da sexualidade como algo que se impõe sobre o homem e prova de sua virilidade.

Nos casos em que a paternidade foi assumida, uma vez que a concepção da criança se deu no contexto de relação estabelecida (namoro, noivado, casamento), os adolescentes atribuem pequeno impacto em suas trajetórias escolares e profissionais. De acordo com Heilborn et al. (2002, p.34)"há indicações de que a paternidade na adolescência não constitui experiência significativa para modelar e elucidar os percursos educacionais e profissionais dos sujeitos". Neste ponto, Cabral (2002), Heilborn et al. (2002) e Aquino et al. (2003) destacam a importância da família como fonte de apoio material.

Além disso, Cabral (2002) salienta em sua pesquisa as percepções de perdas associadas pelos adolescentes à paternidade. Estas perdas são relacionadas em sua maioria ao âmbito da sociabilidade, expressos no termo "perda da liberdade".

No entanto, apesar da manutenção dos valores tradicionais, a pesquisa realizada na projeto GRAVAD aponta uma maior participação do homem no cuidado ao filho, sendo para isso a coabitação do pai com o filho potencializador deste cuidado (HEILBORN et al., 2002).

Enfim, neste trabalho não pretendemos negar ou negligenciar o impacto e as conseqüências negativas da vivência da gravidez na adolescência, período caracterizado por mudanças extremamente importantes. No entanto, como nos confirma Moreira (2003) existem contradições entre o discurso sobre a gravidez na adolescência que a qualifica como um problema e os significados atribuídos a ela pelos sujeitos que as vivenciam.

Estas contradições se manifestam principalmente para (as)os jovens que vivenciam as conseqüências das desigualdades sociais em nosso país, para os quais a “inserção precoce no mercado de trabalho e/ou exercício vicário de funções maternas autorizam a conclusão de uma precocidade da vida adulta ou de brevidade da adolescência nas classes populares”.

2.2.4 Pressupostos do estudo

A vivência da parentalidade caracteriza-se pela complexidade de significações de acordo com as relações de gênero e contexto social na qual se inserem, sendo poucos os estudos que se destinam a esta questão para o grupo de adolescentes que fazem das ruas seu espaço de vida.

Acreditamos que os sentidos atribuídos à maternidade e paternidade para as (os) adolescentes com experiência de vida nas ruas poderão trazer à tona a complexidade desta situação, principalmente no que se refere às interrelações entre a parentalidade na adolescência, o processo de vulnerabilidade/desfiliação e os valores tidos como hegemônicos em nossa sociedade referente à divisão sexual de papéis.

Assim sendo, acreditamos que as entrevistas realizadas, bem como nossas observações registradas no diário de campo, nos trarão indícios e subsídios que nos possibilitarão caracterizar o trânsito destes (as) adolescentes pelas diferentes zonas de existência social. A partir desta trajetória esperamos ser possível compreender, de forma dinâmica, o processo de vulnerabilidade e desfiliação crescentes (CASTEL, 1994; 2004; 2005) vivenciado por estes adolescentes e suas famílias, em virtude da fragilidade e/ou ruptura dos eixos da inserção relacional e no mundo do trabalho, bem como este processo influencia os processos de significação das experiências da maternidade e paternidade.

A partir destes significados esperamos poder identificar o potencial que estas experiências têm como motivadoras para os (as) adolescentes buscarem estratégias de

vida alternativas às ruas. Considerando o que abordamos no referencial teórico em relação à parentalidade na adolescência, principalmente no que se refere à atribuição cultural do cuidado infantil enquanto tarefa eminentemente feminina, acreditamos que a maternidade pode influenciar, de forma significativa as escolhas realizadas pelas jovens, sendo a influência da paternidade menor para os garotos.

*"- hei tio, o senhor não tem nenhum trocado pra mi dar ai não?
- depende, se ta indo pra onde?*

*Estou andando sem destino não tenho onde morar, já são dois dias q eu não como;
Chão gelado é a minha cama e minha cola é para mi esquentar, mas e ai tio, o senhor vai dá
ou não vai dá?*

*Vamo naquele bar que eu te pago um lanche, pão com manteiga;
Um chocolate, mas e ai novinho, qual é a sua idade?
Tenho 11 de idade mais não vem me inclui, frequento sempre o S.O.S. e a FEBEM era uma
casa pra mim;
Na vida já aprendi muitas coisas, poucas boas, muitas ruins".*

(Durma com os anjos, Racionais MCs)

3. Percurso Metodológico

3.1 Princípios Metodológicos:

Este estudo se insere no campo da pesquisa social estratégica de abordagem qualitativa. Gil (1999, p.42) entende pesquisa social como um processo que “permite a obtenção de novos conhecimentos no campo da realidade social (...) em todos os aspectos relativos ao homem em seus múltiplos relacionamentos com outros homens e instituições sociais”. Nesta investigação optamos pela modalidade da pesquisa social estratégica que, segundo a classificação de Bulmer citado por Minayo (2006) é aquela utilizada para esclarecer determinados aspectos da realidade a partir de problemas oriundos da sociedade, sendo que não se objetiva com esta abordagem que o pesquisador se dedique a formular soluções práticas para estes.

Nas pesquisas sociais o objeto de estudo é essencialmente histórico, caracterizado pela provisoriedade, dinamismo e especificidade. Além disso, por ser intrínseca e extrinsecamente ideológica, na qual a visão de mundo dos sujeitos participantes permeia todo o processo, na pesquisa social observamos a identidade entre o sujeito e objeto e o caráter qualitativo que lhe é inerente (MINAYO, 2006).

De acordo com Minayo (2006, p.21), a

“pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes”.

Utilizada enquanto método de pesquisa, a abordagem qualitativa, se sustenta pela:

“construção de instrumentos fundamentados na percepção dos atores sociais, tornando-se válida como fonte de estabelecimento de indicadores, índices, variáveis, tipologias e hipóteses” (MINAYO, 1994)

Estas percepções se inserem no cotidiano dos sujeitos que interpretam e reinterpretam as suas experiências. Assim, esta investigação se configura como uma aproximação da realidade (uma vez que acreditamos na impossibilidade de abarcar a diversidade inerente à existência social) no qual a dimensão do significado adquire centralidade. Buscamos compreender esta dimensão de forma contextualizada, inserida em um processo histórico específico marcado pela coexistência de consensos e contradições (MINAYO, 2006).

É importante que pontuemos que nossa escolha por um referencial qualitativo não se sustenta por uma visão de contradição com a abordagem quantitativa, e sim, por acreditarmos na sua adequação ao nosso objeto de estudo.

3.2 Campo de Estudo

A presente pesquisa foi realizada em duas instituições localizadas em Goiânia, capital do estado de Goiás. De acordo com o DATASUS (2007a), com base no censo demográfico realizado, em 2000 Goiás contava com 5 003 228 habitantes, sendo que, destes, 1.093.007 residiam em Goiânia. No que se refere à crianças e adolescentes, em Goiás, a população de pessoas entre 0 e 19 anos correspondia 39,73% do total, sendo a faixa entre 10 e 19 anos (que engloba os adolescentes, população deste estudo) representada por 1018046, ou 20,35%. Em Goiânia, estes percentuais correspondem a 36,44 e 19, 80, respectivamente.

Goiânia, planejada, em 1933, inicialmente para abrigar uma população de 50 mil habitantes, atualmente se caracteriza, assim como outros grandes centros urbanos de nosso país, pela extrema desigualdade territorial e social. Um estudo realizado pela Prefeitura de Goiânia em 2004, que objetivou o conhecimento da realidade social, econômica, cultural e a construção de um Mapa da Exclusão/Inclusão Social da cidade, os pesquisadores identificaram que cerca de 20% da população residente vivia em situação de pobreza absoluta. A partir deste instrumento foi possível estimar que em

Goiânia cerca de 188 mil pessoas ,chefes de família, não recebiam mais do que 2 salários mínimos, 14 mil crianças na faixa etária de 6 a 9 anos não haviam sido alfabetizadas e 44% dos domicílios tinham acesso precário a rede de esgoto (CHAVES, MOYSES & FREITAS,2006).

Esta população se concentra em determinadas regiões da cidade, sendo que de acordo com Chaves, Moyses & Freitas (2006) as regiões mais pobres são Noroeste, Oeste, Mendanha, Leste, Sudoeste e Vale do Meia Ponte. Especialmente nestas regiões, os autores salientam que, além da renda, os moradores enfrentam carências de equipamentos e serviços públicos, de infraestrutura, sendo o desemprego e a violência parte do cotidiano.

Em Goiânia, até o ano de 2006, época de nossa coleta de dados, a Fundação Municipal de Desenvolvimento Comunitário (FUMDEC) era o órgão responsável pela implementação e execução da política de Assistência Social. De acordo com Chaves, Moyses & Freitas (2006, p. 65) a FUMDEC atuava “na garantia dos direitos de cidadania e no desenvolvimento social, numa perspectiva de prevenção e superação das desigualdades e da exclusão social”. Em meados de julho de 2007, em um processo de reformulação político administrativo da Prefeitura de Goiânia, houve a extinção da FUMDEC e a criação e estruturação da Secretaria de Assistência Social que a partir de então é a responsável, em âmbito municipal pelo planejamento e o desenvolvimento de ações neste campo.

Em relação às crianças e adolescentes, as ações são planejadas e executadas, em sua maioria pela Sociedade Cidadão 2000, organização não governamental, conveniada e mantida pela Prefeitura de Goiânia, anteriormente por meio da FUMDEC e atualmente por meio da Secretária de Assistência Social.

A Sociedade Cidadão 2000 atua na defesa dos direitos da criança e do adolescente, com trabalhos direcionados à prevenção, proteção integral da criança e do adolescente e inclusão do adolescente no mercado formal de trabalho (CHAVES, MOYSES & FREITAS, 2006).

A Coordenação de Proteção Integral da Sociedade Cidadão 2000 desenvolve ações para o atendimento de crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, incluindo as crianças e adolescentes em situação de rua. As ações são desenvolvidas por uma equipe multiprofissional em 6 unidades com características e público distintos (Quadro 1)

Quadro 1: Programa de Proteção Integral

Unidade	Público alvo	Características
Unidade de Referência 24 horas	Adolescentes do sexo masculino de 12 a 18 anos	Casa de passagem para adolescentes em situação de rua.
Casa das Flores	Adolescentes do sexo feminino de 12 a 18 anos	Casa de passagem para adolescentes em situação de rua.
Central SOS Criança Desaparecida	crianças e adolescentes	Recebimento e encaminhamento para órgãos pertinentes de denúncias referentes a crianças e adolescentes desaparecidas
SOS Criança	Crianças e adolescentes	Unidade de retaguarda que recebe crianças e adolescentes que tenham seus direitos ameaçados ou violados.
Equipe na rua	Crianças e adolescentes	Desenvolvimento de ações educativas junto a crianças e adolescentes em situação de rua
Horto Medicinal	Adolescentes	Desenvolvimento de ações educativas junto a adolescentes em situação de risco social e/ou pessoal, usuários de drogas..

Fonte: Sociedade Cidadão 2000 (2007a)

A nossa pesquisa foi realizada nas duas casas de passagens (descritas mais detalhadamente no próximo capítulo) destinadas a adolescentes em situação de rua, nas quais são realizados trabalhos sócio-educativos e priorizado o retorno à convivência familiar sempre que possível ou o encaminhamento para casas abrigo.

Em um estudo realizado pela Sociedade Cidadão 2000, citado por Freitas (2004), no ano de 2001, na região metropolitana de Goiânia, existiam 1154 crianças e adolescentes em situação de rua. No entanto, Freitas (2004) alerta que este número

corresponde a todas às crianças e adolescentes que utilizam a rua como espaço de lazer, trabalho ou moradia, ou seja, este número não se relaciona diretamente com o total de crianças e adolescentes em completa situação de rua. De acordo com a Sociedade Cidadão 2000, estimava-se que em agosto de 2007, a existência de 104 (90 do sexo masculino e 14 do feminino) crianças e adolescentes considerados em completa situação de rua em Goiânia.

3.3. Trabalho de Campo

O trabalho de campo, de acordo com Minayo (1999) e Cruz Neto (2002) é uma etapa essencial da abordagem qualitativa em pesquisa, sendo precedido pela definição do objeto de estudo, da construção dos instrumentos de pesquisa e da delimitação do espaço a ser investigado.

Concordando com Cruz Neto (2002, p. 53)

“concebemos o campo de pesquisa como o recorte que o pesquisador faz em termo de espaço, representando uma realidade empírica a ser estudada a partir das concepções teóricas que fundamentam o objeto da investigação”

Sustentados por estas concepções desenvolvemos algumas estratégias que possibilitaram a nossa entrada no campo. Inicialmente, buscamos identificar os locais em que poderíamos encontrar os sujeitos de nosso estudo, ou seja, adolescentes em situação de vulnerabilidade/desfiliação que faziam das ruas seu espaço de sobrevivência.

Neste sentido, as casas de passagem da Sociedade Cidadão 2000, se mostraram o cenário mais apropriado para a pesquisa por ser um ambiente onde seria possível encontrar os adolescentes de uma forma mais fácil e segura do que na rua.

É importante salientarmos que anteriormente a nossa entrada nas instituições, apresentamos o projeto de pesquisa ao Juizado da Infância e Juventude do Estado de Goiás, representado pelo Dr. Maurício Porfírio Rosa, Juiz de Direito da Infância e Juventude, e ao Coordenador Geral da Sociedade Cidadão 2000, que autorizaram o

contato e realização da entrevistas junto aos adolescentes. Em seguida, o projeto foi submetido à análise e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa Médica Humana e Animal do Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Goiás (CEPMHA-HC-UFG), conforme protocolo no. 082/04 (Anexo I).

Após a realização destes procedimentos, que garantiram a legalidade de nossa presença nas instituições, realizamos o contato com as duas coordenadoras das instituições. Estas, em virtude do vínculo por elas constituídos com os (as) adolescentes e educadores das instituições, foram essenciais ao desenvolvimento do trabalho de campo, por atuarem como mediadoras e facilitadoras do nosso contato com os atores deste estudo.

Em busca de uma maior aproximação com os sujeitos da pesquisa, começamos a freqüentar as instituições e a vivenciar um pouco de sua rotina. Nesta etapa, constatamos que teríamos dificuldade em construir, com os(as) adolescentes uma relação de vínculo, que precedesse o momento da entrevista, pois percebemos que apesar da existência de cerca de 30 adolescentes em acompanhamento nas instituições, estes a freqüentam de forma inconstante, com pouco tempo de permanência e sem horários ou dias determinados, o que nos foi confirmado pelas coordenadoras das casas. Assim, em algumas de nossas visitas encontramos três adolescentes nas instituições, em outras tínhamos apenas um e às vezes nenhum, sendo que durante o primeiro mês de nossa permanência no campo de estudo, não encontramos a (o) mesma (o) adolescente, em duas visitas, na instituição.

Considerando esta característica em relação à realidade vivenciada pelas instituições e pelos atores do estudo, foi necessário que aproveitássemos a presença do (a) adolescente na instituição para a realização da entrevista, uma vez que, muito provavelmente teríamos dificuldade de encontrá-los (as) novamente durante o tempo de duração de nossa pesquisa. No entanto, observamos que a mediação de nosso contato realizado pelas coordenadoras das instituições, conforme pontuado anteriormente, se configurou como uma estratégia que amenizou as limitações impostas pela

impossibilidade de construção de um vínculo mais duradouro, anterior às entrevistas. Além disso, outra situação que facilitava a realização das entrevistas era a presença de mais de um (a) adolescente na instituição, pois observamos que, na maioria das vezes, o(a) primeiro(a) adolescente entrevistado(a) naquele dia, motivava a participação dos(as) outros(as) presentes na casa.

As entrevistas foram realizadas, durante o segundo semestre de 2006, em salas das instituições que nos garantiram privacidade, sendo que inicialmente os (as) adolescentes eram esclarecidos e convidados (as) para participar do estudo, de forma voluntária, sendo a participação condicionada à assinatura de um Termo De Consentimento Livre E Esclarecido por parte da (o) adolescente (Anexo II)

O critério de inclusão no estudo consistiu em ser adolescente e ter experiência de vida nas ruas superior a 6 meses. Na coleta utilizamos o critério etário para definição da adolescência, de acordo com o ECA. Essa escolha se deu pelo fato de ser a população atendida pelas instituições na qual coletamos os dados, sendo que não deixamos de considerar a discussão apresentada no capítulo 2 acerca das divergências em relação à delimitação etária da adolescência.

Considerando estes critérios participaram do estudo 13 adolescentes, sendo 5 do sexo feminino e 8 do sexo masculino, com idade entre 12 e 17 anos.

É importante salientarmos que a definição da amostra de nossa pesquisa, concordando com Minayo (1999, p. 102), foi realizada considerando que na pesquisa qualitativa o critério de amostragem não é numérico, sendo a amostra ideal “aquela capaz de refletir a totalidade nas suas múltiplas dimensões”.

Desta forma, em nosso estudo não buscamos a generalização dos conceitos encontrados, e sim o aprofundamento no universo a que nos propomos a estudar. Deste ponto de vista, as entrevistas realizadas apresentaram caráter de representatividade, pois além de ser observada a reincidência das informações, as entrevistas trazem à tona os sujeitos sociais que vivenciam o fenômeno em estudo.

3.3.1 Coleta de dados:

Nesse trabalho os dados foram coletados através de entrevistas semi-estruturadas, que de acordo com Minayo (2006) pode ser entendida como uma conversa com finalidade na qual o entrevistador busca construir informações acerca do objeto de pesquisa. Para a realização das entrevistas, elaboramos um roteiro que nos serviu de orientador do processo, possibilitando que abordássemos todos os aspectos pertinentes e necessários à nossa pesquisa, sem nos cercear no que se refere a outros conteúdos que, inicialmente, não haviam sido previstos, e, que, no entanto se mostraram de suma importância para a compreensão do trabalho como um todo.

Inspirados em Medeiros (1999), optamos por apresentar a seguir (quadro 2) as questões norteadoras do roteiro de entrevista, para que através delas pudéssemos esclarecer o leitor, acerca de nossas expectativas para as respostas.

Quadro 2- Roteiro de entrevista

<p>Parte I: Identificação <i>Código de identificação:</i> os entrevistados foram identificados por sexo (M-masculino, F- feminino) e ordem cronológica da realização das entrevistas (ex.: M1- primeira entrevista realizado com um adolescente)</p> <p><i>Idade:</i></p> <p><i>Procedência:</i></p>
<p>Parte II- Questões Norteadoras</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) <i>Quando, como e por que você começou a ir para as ruas?</i> Com esta questão buscamos traçar a trajetória dos (as) adolescentes do contexto familiar até as ruas , na tentativa de identificação e caracterização do processo de vulnerabilidade e desfiliação vivenciado por estes e por suas famílias. 2) <i>Como é a vida nas ruas?</i> Através desta pergunta almejamos caracterizar o dia-a-dia nas ruas, bem como identificar e compreender as significações atribuídas pelos (as) adolescentes às suas vivências cotidianas. 3) <i>Você é pai/mãe? Você tem vontade de ser pai/mãe? Como é ou como seria esta experiência?</i> Com esta questão, que adaptávamos conforme a experiência concreta de ser pai ou mãe para o(a) adolescente, objetivamos compreender quais os significados que estes atribuíam à maternidade/paternidade.

As entrevistas foram gravadas em equipamento digital e realizadas no “ritmo” de cada adolescente, não sendo obedecida uma seqüência rígida durante sua execução. Além disso, optamos por respeitar o “limite” imposto por cada um (a) deles(as) em relação ao conteúdo das entrevistas, concordando com Lopes, Borba & Tiy (2003, p. 43) que afirmam que:

“... existem verdades e fatos na vida de cada um que não são para serem ditos, que não são para serem compartilhados, que ficam em um universo inacessível para a relação que o pesquisador se propõe a ter, e assim, é importante ter clareza que acessamos somente parte da realidade”.

Além das entrevistas, utilizamos como método complementar de coleta de dados a observação participante, considerada por Minayo (2006) essencial na pesquisa qualitativa, uma vez que possibilita um contato pessoal e estreito do pesquisador com o fenômeno em estudo. Optamos pela observação participante porque esta permite uma maior abertura e flexibilidade, abrangendo informações importantes que possam surgir durante o processo de trabalho de campo e que foram registradas em um diário de campo que nos acompanhou desde o início de nossa pesquisa. Neste diário registramos nossas inquietações, dúvidas, questionamentos, *insights*, além de todas as nossas percepções durante a realização das entrevistas, conversas informais com os (as) adolescentes e educadores nas instituições, conversas realizadas com os adolescentes em encontros esporádicos nas ruas e em outros locais, bem como os dados constantes dos arquivos das instituições. Nestes arquivos encontramos registros sobre a trajetória do (a) adolescente nas unidades, informações sobre a família de origem e encaminhamentos realizados.

Concordando com Medeiros (1999), acreditamos que o diário de campo se constituiu como um importante instrumento de pesquisa, não só por se configurar como corpus de análise complementar aos dados provenientes das entrevistas, mas também por sistematizar nossas idéias e percepções ao longo de todo o processo, o que se mostrou essencial para a construção do texto final de análise.

3.3.2 Análise dos Dados

Neste estudo os dados coletados através das entrevistas semi-estruturadas foram analisadas pelo Método de Interpretação de Sentidos (GOMES et al., 2005; GOMES,2007).

De acordo com Gomes et al. (2005, p.202) o Método de Interpretação de Sentidos diz respeito a “uma perspectiva das correntes compreensivas das ciências sociais que analisa (a) palavras; (b) ações; (c) conjunto de inter-relações;(d) grupos; (e) instituições; (f) conjunturas, dentre outros corpos analíticos”.

Em sua fundamentação, O Método de Interpretação de Sentidos traz conteúdos relacionados à teoria de interpretação da cultura, à hermenêutica e à dialética.

Este referencial permite ao investigador situar os dados da pesquisa como reflexos de uma determinada cultura, concebendo-os como formas simbólicas “intencionais, convencionais, estruturais, referenciais e contextuais” (GOMES, 2007, p.99).

Além disso, ao propor o diálogo da hermenêutica com a dialética, este método possibilita ao pesquisador, “ao mesmo tempo caminhar no desvendamento do significado consensual daquilo que nos propormos interpretar e estabelecermos uma crítica acerca dos dissensos e das contradições dos significados e sobre as suas relações com o contexto” (GOMES, 2007, p.99).

A operacionalização do Método de Interpretação de Sentidos, como proposto por Gomes (2007) perpassa pela leitura compreensiva do material selecionado, pela exploração do material e pela elaboração da síntese interpretativa.

Na etapa da leitura compreensiva do material buscamos construir uma visão do conjunto dos dados e ao mesmo tempo apreender as suas particularidades. Para isso, inicialmente procedemos a transcrição das entrevistas gravadas, bem como a organização dos registros realizados no diário de campo.

Durante o processo de transcrição e organização dos registros, realizado pela própria pesquisadora, foi possível que nos familiarizássemos com a totalidade das falas. Em seguida realizamos a leitura exaustiva dos dados, dividida em duas etapas. Inicialmente, realizamos uma leitura de cada entrevista e dos registros do diário de campo referentes aquele (a) adolescente específico (a), que nos possibilitou a realização de uma síntese de nossas percepções acerca de cada entrevistado (a) utilizada na caracterização dos atores do estudo. Em seguida, empreendemos a leitura horizontal dos dados que, além de nos permitir uma visão de conjunto destes, bem como de suas particularidades, nos deu indicativos para a construção de uma estrutura de análise.

Na sistematização desta estrutura de análise, inicialmente, identificamos as idéias centrais contidas nestes. Estas idéias centrais, depois de listadas, foram agrupadas em dois temas nomeados por nós, a partir do conteúdo dos dados, como *A danada da rua* e *Pai apóia, mãe é 24hs*. Em seguida, retornamos ao conjunto dos dados e realizamos um recorte dos fragmentos de textos que se relacionassem com aquele tema.

A partir da estrutura de análise obtida, refletida nos dois temas explicitados, procedemos à etapa de exploração do material, conforme preconiza o Método de Interpretação de Sentidos (Gomes, 2007). Nesta etapa, através da problematização e identificação de sentidos sócio-culturais das idéias no texto e do diálogo entre estas, dados de outros estudos e o referencial teórico, buscamos “ir além das falas e dos fatos, ou em outras palavras, caminhar na direção do que está explícito para o que é implícito, do revelado para o velado, do texto para o subtexto” (GOMES, 2007, p.101). Finalmente, elaboramos uma síntese interpretativa, articulando os objetivos do estudo, a base teórica e os dados empíricos, que é apresentada no próximo capítulo.

*“Aquele moleque, sobrevive como manda o dia a dia, tá na correria, como vive a maioria, preto desde
Nasce em um dia escuro de sol, eu to pra ver ali igual no futebol, sair um dia das ruas é a meta final viver
Descendo, sem ter na mente o mal, tem o instinto, que a liberdade deu, tem a malícia, que a cada
Esquina deu, conhece puta, traficante ladrão, toda raça uma par de aluscinado e nunca embaço,
Confia neles mais do que na polícia, quem confia em polícia, eu não sou louco, a noite chega, e o frio
Também sem demora, e a pedra o consumo aumenta a cada hora, pra aquecer ou pra esquecer, viciar, deve
Ser pra se adormecer, pra sonhar, viajar na paranoia na escuridão, um poço fundo de lama, mais um
Irmão, não quer crescer, ser fugitivo do passado, envergonhar-se aos 25 ter chegado, queria que
Deus ouvisse a minha voz e transformasse aqui no mundo mágico de oz...”*

(Mágico de Oz, Racionais Mcs)

4. Resultados e Discussão

Por meio da organização e análise do material coletado nas entrevistas apreendemos alguns aspectos sobre as instituições nas quais realizamos nosso trabalho de campo, bem como algumas características dos atores envolvidos daquele contexto as quais fundamentam e complementam a compreensão da essência das falas obtidas nas entrevistas. Por sua vez, para melhor discutirmos os dados apreendidos estruturamos este capítulo em dois momentos distintos, porém articulados entre si, isto é, inicialmente caracterizamos as instituições nas quais a pesquisa foi realizada bem como realizamos uma descrição sumária dos (as) atores deste estudo. Em um segundo momento, discutimos os temas que emergiram dos dados articulando-as com o referencial teórico adotado e com os objetivos de nossa pesquisa.

4.1. Local da Pesquisa

Conforme destacamos no capítulo anterior a pesquisa foi realizada em duas unidades que fazem parte da rede estruturada pela Sociedade Cidadão 2000, na cidade de Goiânia, capital do estado de Goiás, para o atendimento a crianças e adolescentes em vulnerabilidade social, especialmente para aqueles em situação de rua.

As duas unidades, Casa de Referência 24 horas e Casa das Flores, caracterizam-se como casas de passagem para adolescentes do sexo masculino e feminino, respectivamente, para os quais são realizadas atividades sócio-educativas que, em última instância, objetivam o retorno para a família ou, na impossibilidade disto, o encaminhamento para abrigos ou lares substitutos. As instituições estão localizadas em dois setores residenciais de Goiânia (distantes entre si) as quais contam com uma equipe, que permite o funcionamento em dois turnos (diurno e noturno) sem interrupções, composta por coordenador, técnico de nível superior, pessoal de manutenção (cozinha e serviços gerais) e educadores sociais.

A entrada nas casas é intermediada, salvo em casos excepcionais, pelo encaminhamento do (a) adolescente pelos educadores que fazem parte da Equipe na

Rua (unidade da Sociedade Cidadão 2000 responsável pela realização das abordagens no ambiente da rua). Ao chegarem à unidade o (a) adolescente entrega seus pertences para que sejam guardados pelos educadores, realiza a sua higiene pessoal, se alimenta, e é estimulado a lavar as suas roupas. Durante a sua estadia são realizadas diferentes abordagens (conversas, oficinas, atividades lúdicas, passeios entre outras) pelos educadores junto aos (as) jovens que buscam, de uma forma geral, estimular a permanência na unidade e a realização de uma análise crítica de sua situação e a construção de alternativas de vida. É importante salientarmos que, em muitos casos, estas abordagens não podem ser realizadas desde o início da estadia do (a) jovem, devido ao estado agudo de intoxicação por substâncias. Nestes casos são oferecidas condições mínimas de alimentação e descanso para que o (a) adolescente se restabeleça. Os (as) adolescentes podem sair da unidade a qualquer momento, mediante a assinatura de um termo de responsabilização, levando consigo seus pertences.

Além do trabalho direto junto aos jovens, as instituições realizam atividades junto às suas famílias, por meio de reuniões, visitas domiciliares, entre outros, às escolas e outras instituições (abrigos, juizados, conselhos tutelares) oferecendo suporte e acompanhamento.

Em nossas visitas às unidades para a realização das entrevistas observamos que estas se caracterizam, realmente, como uma importante referência, para os (as) adolescentes que as freqüentam. Esta percepção se alicerça nos relatos dos educadores, dos (as) adolescentes e nas anotações constantes nos arquivos da instituição que referem o estabelecimento de um vínculo importante entre estes, que possibilita aos (as) adolescentes vivenciarem sua existência social não somente na zona de desfiliação, mas também na zona de assistência, em virtude da estruturação de alguma forma de suporte social.

Observamos que o estabelecimento de relações sociais significativas com os educadores da unidade; exemplificadas por situações como a de adolescentes que ficam muito tempo sem freqüentar a unidade por estarem na rua ou por terem voltado para a

família e que telefonam para a unidade em busca de notícias sobre os educadores, para dizerem como estão, ou para “matarem a saudade”; possibilita ao (a) jovem buscar a unidade não só em situações de emergência (em caso de doenças ou de risco de sofrer agressões severas nas ruas), mas também em busca de alternativas para sua vida (encaminhamentos para escola, abrigos, cursos profissionalizantes, instituições de reabilitação para dependentes químicos, entre outros). Concordando com Souza Neto (2001) e Arpini (2003) entendemos que as unidades de referência têm a função de possibilitar que os adolescentes elaborem suas histórias, construam sonhos e expectativas sustentados por vínculos afetivos confiáveis e duradouros.

4.2 Atores do estudo

Neste estudo contamos com a participação de treze adolescentes, sendo cinco do sexo feminino e oito do sexo masculino, que freqüentavam as instituições descritas anteriormente e que se encontravam em situação de rua em Goiânia. O número de entrevistas realizadas obedeceu aos critérios de saturação e consistência dos dados definidos para pesquisas qualitativas (MINAYO, 2006). Em geral os sujeitos deste estudo trazem em sua história e trajetória de vida traços marcantes do processo de vulnerabilidade e desfiliação vivenciado não somente por eles próprios, mas principalmente por seu núcleo familiar.

Grande parte dos (as) adolescentes do estudo, assim como observado por Gontijo & Medeiros (2004) e Abdelgalil et al.(2005), é proveniente de núcleos familiares nos quais ocorre a presença de somente um dos genitores ou de nenhum destes, sendo freqüente que a figura de referência seja composta por outros familiares (avós, tios) ,assim como a constatação da de circulação destes (as) por diferentes lares. O desemprego e a utilização de bebidas alcoólicas pelos responsáveis pelos (as) adolescentes e um cotidiano familiar marcado pela violência também caracterizam o discurso do grupo como um todo.

No entanto, percebemos que a caracterização dos (as) participantes do estudo traz em si nuances das relações de gênero que se configuram em nossa sociedade e que serão discutidas, a seguir, de forma mais aprofundada. Em decorrência disto apresentamos aspectos descritivos dos grupos de meninos e meninas separadamente, considerando sempre o caráter relacional entre estes. Além disso, no anexo 3 apresentamos informações adicionais de cada entrevistado(a), que são identificadas(os) por sexo (F- feminino ou M- masculino) e cronologia das entrevistas realizadas.

O grupo das meninas (quadro 1) foi composto por cinco adolescentes com idade média de 15,4 anos, sendo que a mais nova tinha 14 e a mais velha 17 anos na época da entrevista. Das cinco garotas, três são provenientes de outras cidades sendo que duas já passaram por lares substitutos. Quatro garotas relacionam a ida para as ruas, em média, aos 12 anos, a episódios de violência sexual, cometidos por padrasto ou tio, no âmbito familiar. Para uma das adolescentes (F1) a ida para as ruas se deu de forma mais precoce (por volta dos 5 anos), pois ela representa a 4ª geração de uma família que vive em situação de rua. Das cinco adolescentes, uma (F1) tem uma filha de 10 meses e outras duas relatam episódios de abortos, sendo que todas manifestam o desejo de ser mãe.

Quadro 1: Características gerais das participantes do estudo.

	<i>Idade</i>	<i>Cidade de origem</i>	<i>Relata episódio de gravidez?</i>	<i>Explicita desejo de ser mãe ou pai?</i>	<i>Idade que identifica como início da trajetória nas ruas</i>	<i>Referências familiares na época do início de vida nas ruas</i>	<i>Motivo relatado para ida para as ruas</i>
F1	16	Goiânia	Sim, mãe de uma filha de 10 meses. Relata 3 abortos	sim	5 anos	Avó adotiva, mãe biológica (que se encontra em situação de rua)	Família em situação de rua há 4 gerações
F2	14	Brasília	não	sim	12 anos	Mãe, padrasto e dois irmãos	Violência familiar (padrasto), influência de amigos
F3	14	Brasília	não	sim	8 anos	ausentes	Morte do pai, violência do pai "adotivo"
F4	17	Maranhão	Não, suspeita estar grávida	sim	15 anos	Avó e tio	Violência familiar (tio)
F5	16	Goiânia	Não, suspeita estar grávida e história de 2 abortos	sim	12 anos	Pai, mãe e irmãos	Fuga de casa após desentendimento, influência de amigos

O grupo dos meninos (quadro 2) foi formado por 8 adolescentes, com idade média de 15, 8 anos, sendo que o mais novo tinha 12 anos e o mais velho 17 anos. Dos oito entrevistados, somente dois não são provenientes da região metropolitana de Goiânia, sendo que três relatam a passagem por abrigos. O início da trajetória nas ruas foi identificado em média aos 8 anos de idade, sendo a influência de amigos e parentes, a utilização de drogas e o trabalho os principais motivos atribuídos para esta. Neste grupo, dois garotos relatam serem pais e três descrevem episódios de gravidez que culminaram em aborto ou não se confirmaram.

Quadro 2: Características gerais dos participantes do estudo

	<i>Idade</i>	<i>Cidade de origem</i>	<i>Relata episódio de gravidez?</i>	<i>Explícita desejo de ser mãe ou pai?</i>	<i>Idade que identifica como início da trajetória nas ruas</i>	<i>Referências familiares na época do início de vida nas ruas</i>	<i>Motivo relatado para ida para as ruas</i>
M1	17	Goiânia	Relata que uma vez uma garota falou que estava grávida, mas diz que ela estava mentindo	Não sabe, se acontecer tudo bem	6/7 anos	Mãe, pai e irmãos	Influência do irmão
M2	12	Anápolis	não	não	8/9 anos	mãe	Uso de drogas
M3	16	Brasília	não	sim	12 anos	Mãe e padrasto	Violência familiar (padrasto), influência de amigos
M4	17	Aparecida de Goiânia	Relata episódio de aborto	sim	7 anos	Mãe, dois irmãos (um casado e outra na rua)	Trabalho como engraxate, uso de drogas
M5	17	Goiânia	Sim, filha de 3 anos e relato de 1 aborto	sim	10 anos	Pai, mãe e irmã	Influência de amigos, uso de drogas
M6	16	Goiânia	não	não	6 anos	Mãe e padrasto	Presença do padrasto
M7	16	Senador Canedo	Relata ter uma filha	sim	5 anos	Avó e irmãos	Trabalho com vendedor de picolé, uso de drogas
M8	16	Goiânia	Relata que uma vez uma garota falou que estava grávida, mas diz que ela estava mentindo	sim	9/10 anos	Avó	Influência de amigos, uso de drogas

Durante a realização das entrevistas, pudemos observar diferentes reações das (os) adolescentes. De uma forma geral, tivemos uma maior dificuldade para construir o vínculo inicial com as garotas do que com os garotos. Conversando com os educadores das instituições, percebemos que esta dificuldade não é vivenciada somente por nós, pois segundo os mesmos, o estabelecimento da relação de confiança com as garotas é bem mais difícil do que com os garotos. Uma possibilidade interpretativa para este fato é a observação de que os motivos que levam as garotas para as ruas, conforme explicitados anteriormente perpassam por situações de abuso e violência, provenientes de pessoas com as quais as adolescentes tinham, ou esperavam ter, relações de confiança. Além disso, uma vez nas ruas estas meninas também vivenciam relações permeadas pela violência e pelo medo. Estes aspectos podem influenciar a forma como as adolescentes estabelecem novas relações, que passam a adotar uma postura de maior distanciamento, que lhe dêem mais segurança.

No entanto, uma vez estabelecido este vínculo inicial, na maioria das entrevistas, observamos uma maior facilidade e disponibilidade das meninas em nos contar suas percepções e experiências em contraposição aos meninos. Esta disposição se reflete no período de duração das entrevistas (com as meninas em média 80 minutos e com os meninos em média 30 minutos) e na necessidade, também vivenciada por Feijó & Assis (2004) de uma maior participação da pesquisadora no que se refere a questionamentos que pudessem nos esclarecer quanto ao objeto de estudo.

Este fato pode estar relacionado às relações de gênero presentes em nossa sociedade, nas quais a expressividade, a refletividade, o falar da própria vida e de suas percepções e sentimentos, são tidos como uma característica inerente às mulheres, em detrimento aos homens. De forma complementar, acreditamos que esta constatação também se relaciona ao medo dos garotos em falarem do cometimento de atividades ilícitas, que conforme pontuaremos posteriormente é mais comum no grupo dos meninos do que das meninas, pois mesmo após serem esclarecidos sobre a questão do sigilo em nossa pesquisa, muitos evitaram falar de seu cotidiano no que se refere à obtenção de dinheiro.

Durante as entrevistas percebemos hesitações, mudanças na expressão e postura corporal que revelaram uma maior dificuldade das (os) entrevistadas(os) , em falar sobre determinados assuntos. Neste sentido, consideramos que a “leitura” da linguagem corporal de nossos atores, considerando os aspectos destacados por Weil & Tompakow (1986), foi essencial durante a realização da coleta de dados.

Através da observação da comunicação não verbal, foi possível estabelecermos os limites através dos quais, enquanto pesquisadores, não deveríamos transpor, bem como os momentos mais adequados para adentrarmos em determinados assuntos. Respeitando estes “sinais” pudemos obter entrevistas com uma grande quantidade de informações e uma maior profundidade.

Dessa forma, a partir das entrevistas realizadas percebemos que as (os) adolescentes construíram o relato de suas experiências, organizando-as em torno de

fatos marcantes em suas vidas (morte de familiar, saída de casa, ida para lar substituto, morte de amigos, entre outros). Essa característica, ou seja, a não estruturação das trajetórias de vida com base no tempo cronológico, medido pelo calendário, mas sim em torno de fatos significativos, também foi constatada por Gomes (1996), Feijó (2001), Lopes, Borba & Tiy (2003), Neiva-Silva (2003) e Ribeiro (2003).

Assim, os relatos e as observações que realizamos nos trazem as percepções, sentidos e significados que estes e estas jovens atribuem às suas vivências, que apesar de, neste trabalho serem abordadas separadamente (por questões didáticas), trazem em si a complexidade de ser, tudo ao mesmo tempo, homem ou mulher, adolescente, mãe ou pai, filho ou filha, amigo ou amigo, “menino ou menina de rua”, em um contexto que lhes restringe ou amplia diferentes possibilidades de existência social.

4.3 Maternidade e Paternidade para adolescentes em processo de vulnerabilidade/desfiliação

De uma forma geral, a partir das entrevistas emergiram dois temas centrais que dialogam com o referencial teórico relacionado ao processo de vulnerabilidade e desfiliação e as relações de gênero. Os dois temas foram denominados “*A danada da rua*” e “*Pai apóia, mãe é 24 hs*”, sendo que neste trabalho optamos por utilizar os termos sentidos e significados de forma indistinta. O primeiro tema refere-se aos sentidos atribuídos pelos (as) adolescentes à sua trajetória nas ruas, desde os motivos que os(as) levaram a essa situação, até as suas percepções sobre essa vivência, perpassando pelas relações de amizade e afetivas/sexuais, violência, uso de drogas e outras atividades que caracterizam o cotidiano neste contexto. No segundo tema discutimos a ocorrência da gravidez nas ruas, bem como os—sentidos atribuídos pelos sujeitos à maternidade e a paternidade.

4.3.1 *A danada da rua*

Viver em situação de rua caracteriza para estes adolescentes o viver na “zona de desfiliação” em virtude de rupturas recorrentes nos eixos da inserção relacional e do trabalho, conforme discutiremos de forma detalhada posteriormente. Entendemos que viver em situação de rua representa o reflexo do processo de vulnerabilização crescente vivenciado por estes jovens e principalmente por suas famílias, que culmina em uma existência social marcada pela desfiliação e pela condição de indivíduo supranumerário, para o qual não se encontra um lugar designado na estrutura social (CASTEL, 2005).

Na época identificada como de saída para as ruas, somente dois entrevistados (um garoto e uma garota) moravam com pai e mãe biológicos. Quatro dos entrevistados relatam que moravam somente com a mãe que tinha um companheiro, três foram criados pela avó sem muito contato com pais, e quatro relatam terem sido “adotados”. Esta adoção, a partir dos relatos e das anotações nas pastas não se refere à atitude legal de adoção e aparentemente se refere muito mais à ampliação do núcleo familiar e à prática de circulação de crianças.

De acordo com Carvalho (1997) e Sarti (1996) para os pobres, a família nuclear é muitas vezes substituída pela família ampla ou em rede que garante a sobrevivência de seus membros. Associada a essa ampliação de pessoas que são significativas e desempenham diferentes papéis na família, a prática de circulação de crianças também se configura como uma estratégia de sobrevivência em contextos de extrema vulnerabilidade. Fonseca (1997) salienta que esta circulação de crianças é afetada pela divisão sexual do trabalho que atribui às mulheres da família extensa o cuidado das crianças.

Neste estudo, somente em dois casos, os adolescentes fazem referência à figura paterna, sendo que figuras femininas (mãe, avó) se mostram muito mais presentes quando nos referimos ao cuidado. É importante pontuarmos que a ausência de figuras

masculinas de referência na família também pode estar relacionada à relação entre a precariedade econômica e às concepções de gênero hegemônicas, nas quais ao pai, tradicionalmente, é atribuída a função de provedor dos filhos. A impossibilidade de exercer esta função, em decorrência da não inserção no mundo do trabalho, pode contribuir para o afastamento do pai da família.

“De vez em quando eu vejo ela (a mãe), eu morei com a minha vó ate os 12, 13 anos de idade. A primeira vez que eu vi a minha mãe eu tinha 13 anos. Não sou chegado muito nela não, vejo ela, beijo, pego benção, fico um pouco , vou embora (...) Meu pai nem ficava em casa não ele era caminhoneiro, ele viajava nesse mundão afora , tem vez que ele passa um ano, dois sem ir em casa, trabalhando.” (M8)

Outro aspecto que nos chamou a atenção é que apesar de todos terem irmãos (constatada pela ficha social da instituição) somente dois dos adolescentes explicitam vínculo com um dos irmãos, o que também pode estar relacionada à circulação de crianças que diminui o tempo de convivência entre irmãos, e, também diminui as fontes de suporte social para estas.

Uma vez na zona de vulnerabilidade, observamos que as famílias de origem dos (as) adolescentes participantes deste estudo são marcadas pelo desemprego, privação de aspectos básicos à sobrevivência como alimentação e condição de moradia digna, violência, falta de suporte social, uso de drogas. Conforme pontuado em nosso referencial teórico, estas marcas limitam as possibilidades das famílias de serem fonte de suporte social e afeto para seus filhos, como nos exemplifica um dos adolescentes:

“Não dá certo. Uma porque não tem aquilo de você ta junto, não tem aquele carinho, de quando a pessoa mora junto, não tem aquele afeto. Eu mais ela nós conversa, fala tudo de bom , mas não tem aquele carinho , de chegar , o mãe, dá aquele abraço, aquele carinho não tem. Nós chega, conversa , ta bom? Como a Sra. ta? Ta bem? Isso nós , ela pra lá, eu pra cá, eu moro na rua, ela mora lá , ela não vem atrás, eu só vou lá visitar ela”.(M4)

Entendemos que, para os (as) adolescentes deste estudo, as privações de ordem econômica, a circulação de crianças por diferentes lares, bem como ausência ou pouca participação das referências maternas e paternas e a pouca vinculação fraterna ,

caracterizam um padrão de socialização que aumentou a fragilidade do suporte social que deveria ser oferecido pela família, e, contribuíram para o agravamento da vulnerabilidade de todo o conjunto familiar e para a desfiliação de alguns de seus membros. Não podemos deixar de considerar que estas famílias já têm, historicamente, sua trajetória marcada pela vulnerabilidade, na qual observamos a repetição e circularidade de ações (por exemplo: dar os filhos para criar, inserir crianças no mercado de trabalho) e estratégias, que lhes são conhecidas, e que lhe garantem a sobrevivência.

Sendo assim, acreditamos que a diminuição da busca pelas ruas por crianças e adolescentes, perpassa por políticas e ações de fortalecimento do conjunto familiar, associado à políticas no contexto macroestrutural no que se refere ao combate à desigualdade social e de renda, fortalecendo os eixos da inserção relacional e do trabalho de forma a possibilitar que estas famílias saiam da zona de vulnerabilidade e tenham suas vidas estruturadas na zona de inclusão social.

Ao direcionar a nossa atenção para o processo de ida da casa para a rua para os(as) adolescentes um primeiro aspecto que nos chamou a atenção é o grande distanciamento do local onde os(as) adolescentes permanecem nas ruas e o local de moradia de suas famílias. Este distanciamento se caracteriza como uma postura ativa dos(as) adolescentes perante às situações vivenciadas no âmbito familiar e social mais próximo. No entanto, esta postura também pode contribuir para o agravamento do processo de vulnerabilidade/desfiliação, uma vez que observamos a diminuição da proteção comunitária. A existência de um lugar marcado na comunidade, de acordo com Castel (2005) atua como fator que diminui a vulnerabilidade social, uma vez que são desenvolvidas, por esta, estratégias de proteção para seus membros, como pode ser observado na maioria das estratégias de assistência social que tem no pertencimento comunitário (ser morador de determinada cidade) um dos requisitos básicos de planejamento e ação.

No caso específico dos (as) adolescentes deste estudo que são provenientes de outros municípios, percebemos, a partir dos relatórios institucionais, que a assistência

nas instituições palco de nosso estudo decorre do reconhecimento por parte da equipe da impossibilidade de retorno dos mesmos às suas cidades de origem e da percepção que as ruas de Goiânia se tornaram espaço de moradia para os mesmos. No entanto, tal reconhecimento decorreu de um processo lento, nos quais foram realizadas muitas tentativas de devolução do adolescente para instituições de sua cidade de origem.

A escolha pelas ruas como estratégia de sobrevivência traz diferenças de gênero importantes. Para as jovens a saída para as ruas, está mais relacionada, em sua maioria, por episódios de violência, especialmente sexual, no contexto familiar.

“É uma coisa muito difícil eu não tenho família aqui, eu não tenho ninguém aqui e na minha, eu sou do Maranhão e minha família eu fui estuprada pelo meu tio e minha vó, que eu morava com minha vó, e minha vó falou que ela, é que o filho dela você sabe como, e que é falou que era mentira minha e falou que era mentira minha que ele não tinha feito isso comigo. Eu fui vinga dele também eu dei um tiro nele, nos peito dele, só que ele não morreu e ele falou que por isso ai ele vai o dia que eu aparece lá ele vai me mata, eu não posso aparece na minha família mais, por que ele é ele é psicopata, já matou muito muita gente, já tentou matar meu irmão, já tentou me matar já furou minha cabeça aqui ó (mostra cicatriz na cabeça), sinto dor de cabeça acho que e por isso também então não tem”.
(F4)

Por outro lado, os meninos atribuem a ida para as ruas mais à influência de amigos, uso de drogas, desentendimentos com padrasto e inserção no mercado de trabalho.

“Eu levava suspensão na escola, comecei a sair com os amigos, comecei a usar drogas, ai foi indo, eu comecei a brigar com a minha mãe, ai acabou que eu fui pra rua” (M5)

“Foi vendendo picolé, ai eu passei lá pela Goiás, eu vi os meninos cheirando cola, ai eles me ofereceu, ai eu peguei experimentei, ai eu gastei o dinheiro que vendi os picolé tudo” (M7)

A apropriação dos mundos público e privado por jovens em nossa sociedade recebe influências diretas das relações de gênero presentes no imaginário social. À mulher é reservado o mundo privado, o espaço doméstico, enquanto o mundo público torna-se o espaço de socialização do homem (DA MATTA, 1997). Assim, a rua pode ser vista como um lugar mais perigoso para as mulheres, enquanto é estimulado aos garotos a sua conquista, por exemplo, através das brincadeiras ou inserção precoce no mercado

de trabalho, sendo que estes padrões podem ter influenciado a idade de saída para as ruas, identificada como mais precoce para os meninos quando comparados às meninas.

De uma forma geral, para os garotos percebemos um processo paulatino de ida para as ruas, mediado por amigos ou trabalho, conforme pontuado anteriormente.

“ai foi indo, foi indo, eu comecei a vim pra rua e ficava. Vinha pra rua e ficava dois , três dias, vinha pra rua para engraxar e ficava uma semana, foi indo, até que um dia eu vim pra rua e fiquei um mês, ai depois eu fiquei dois meses, ai eu passei” (M4)

Por outro lado, para a maioria das meninas a trajetória para as ruas se deu de forma mais abrupta, permeada por passagens em instituições.

“Foi num abrigo. Que a policia civil me pegou, me levou pra delegacia, e de lá pro SOS, ai do SOS me levaram pro abrigo. Ai eu fui conhecendo as meninas, as meninas foram me levando pra rua, fui conhecendo tudo”. (F2)

Aparentemente esta diferença de gênero no percurso até a rua está relacionada à natureza dos motivos que levam meninas e meninos para este contexto. Conforme discutido anteriormente, e também constatado por outros estudos (SANTANA, 2003; ABDELGALIL et al, 2004; TYLER, 2007), a saída da jovem para as ruas geralmente é precedida por condições de violência e privações mais sérias do que para os rapazes.

Um aspecto que deve ser pontuado é a diferença na história da garota (F1) que representa a 4ª geração em situação de rua de sua família. Essa garota foi criada por uma senhora que ela chama de avó, mas desde muito pequena manteve contato com a mãe em situação de rua e com outros familiares. Para essa garota, observamos uma forte vinculação com os familiares (tios, mãe, irmãos, primos) em situação de rua, sendo a ida para as ruas considerada a trajetória esperada para sua vida. Essa garota já é mãe, sendo que a filha mora com o pai, e ela intercala períodos em casa e na rua.

“Porque minha mãe morava na rua, mora até hoje, ai eu fui pra rua, ai foi assim que eu fui aprendendo as coisas (...) Ficava com ela. Não, a primeira vez eu fui com umas amigas minha, ai eu fiquei com ela lá, foi passando o tempo, passando o tempo, eu acostumei a ficar com ela, ai eu não dava conta de ficar em casa mais, só na rua”. (F1)

No que se refere aos sentidos atribuídos à rua pelos (as) adolescentes, percebemos a existência de uma visão contraditória sobre esta, sendo essa significada como boa e ruim ao mesmo tempo pelo grupo como um todo.

“Não é nada bom. Eu gosto de ficar na rua” (M2)

“O que eu penso é que a rua não é lugar pra ninguém viver, porque na mesma hora a gente tá feliz, na mesma hora tem alguém brigando, maltratando, chega um e mata, a rua pra mim não é lugar para ninguém viver, a rua pra mim é só um momento, é coisa passageira, as vezes eu vou lá engato, mas eu vou embora de novo, não tem aquele clima, mas antigamente era muito bom, ficava os meninos roubava, ficava ali na praça cívica aquela galera de menino de rua, com caixa de cerveja, birinaite, pinga, um tanto de comida, antigamente era bom” (F1)

No entanto, percebemos uma tendência maior no grupo das meninas em identificar mais fatores negativos do que positivos neste contexto, além de uma maior reflexividade em relação à sua situação. Além disso, é importante pontuarmos que todos os (as) adolescentes quando questionados a falar sobre este ponto, inicialmente referem somente os aspectos que consideram negativos na rua e somente quando estimulados pela pesquisadora abordam os pontos que consideram positivos. Esta atitude é reveladora de uma preocupação dos (as) jovens em relação à resposta mais socialmente esperada, ou seja, de significarem a rua como um espaço ruim, sendo que em alguns momentos percebemos um discurso caracteristicamente institucional sobre a questão. Neste sentido, é importante considerarmos a importância de compreendermos os processos atribuição de sentidos a partir do próprio sujeito e de concebermos a possibilidade da co-existência de consensos e contradições, que caracterizam a existência social.

“Na rua tem umas coisas boas, tem outras coisas ruim. As coisas boa que eu acho, eu fiz muita amizade na rua, e tem umas coisas que é boa e não é boa, a gente acostuma e aí pensa que é bom”.(F5)

Assim, a partir dos discursos e de nossas observações percebemos que a rua é significada como boa em decorrência da percepção de liberdade, das emoções do dia a dia, dos amigos e do uso de drogas. Por outro lado os (as) adolescentes pontuam que a

vida nas ruas é ruim em virtude da violência, das privações e do preconceito. Estes aspectos apesar de serem aqui discutidos separadamente (por questões didáticas) não podem ser compreendidos de forma dissociada entre si e de toda a realidade contextual e histórica vivenciada pelos (as) jovens, pois é justamente a complexidade das interações entre estes que caracterizam a vida cotidiana dos sujeitos de nossa pesquisa.

Assim como em outros estudos (Medeiros, 1999; Buttler & Rizzini, 2001; Ribeiro, 2003) a percepção da rua como um espaço de liberdade foi pontuada por todos (as) os(as) adolescentes. As possibilidades de ir e vir, de não ter horários específicos, de fazer o que quiser sem ter que dar satisfação para um adulto, são sentidos atribuídos ao mundo da rua:

“ninguém fala o que eu tenho que fazer, eu vou onde eu quero, não preciso ficar falando, ah eu vou ali, eu vou fazer aquilo, ah tal hora eu to aqui, não . eu vou onde eu quero, eu faço o que eu quero, viajo, faço o que eu quero, ninguém fala, oh, onde você ta indo, que hora que você vai voltar, você tem que arrumar um dinheiro para comprar isso, você tem que fazer isso, não não preciso não .na rua , na hora que dê fome eu como, na hora que dê sono eu durmo, na hora que dá vontade de bagunçar, eu saio andando, eu faço o que eu quero”. M4

No entanto, ao considerarmos o conjunto das falas e observações, identificamos contradições entre essa percepção de liberdade e o cotidiano nas ruas. De uma forma geral, conforme discutiremos posteriormente, o dia a dia é marcado por forte coerção social proveniente do grupo de amigos, aliciadores, traficantes e pela submissão à dependência química. Aparentemente, os (as) adolescentes associam a liberdade ao não controle parental sobre suas vidas, no entanto, acabam por ter a sua existência social determinada por outros fatores que restringem severamente as suas possibilidades de escolha de vida.

Outro aspecto pontuado por uma das jovens são as possibilidades que a rua oferece de se vivenciar aventuras, de se buscar “adrenalina”, de se expor e superar riscos e perigos.

“É... na rua tem muita coisa ruim, sei lá, na rua tem muita aventura, coisa que você nunca viveu... aquela coisa, nossa, isso, isso e isso é perigoso, vou lá tentar para ver se eu consigo fazer aquilo, pra

mim correr aquele risco e vou, viver assim , tem uma linha bem pequeninha, você tem que passar por ela correndo, pra sentir uma coisa melhor na gente. Emoção, adrenalina, nossa, tem muita emoção, eu tenho que ir correndo daqui, porque agorinha tem polícia atrás de mim , dá aquela coisa assim, depois você vai rir do que aconteceu, curtir da cara dos colega seu, ah você não deu conta, apanhou, eu não, é bão”(F5)

As amizades e a constituição de grupos no contexto das ruas são identificadas como fatores positivos por todos (as) os (as) adolescentes, por possibilitarem a ajuda mútua, a diversão e proteção.

“Uai, tudo, tudo a gente passa junto. Tudo a gente passa junto. É sempre um ajudando o outro, a gente precisa, um ajuda o outro, lá a gente é que nem uma família” (M4)

No entanto, aos grupos e amigos também são atribuídos sentidos relacionados à forte fonte de coesão social, com regras de conduta rígidas.

“...só que os meninos fala que eu não sirvo pra ficar dos lados deles, que eu sou patricinha, que não sei conversar com eles, por causa que quando eu vou pra rua, tipo eu não gosto de ficar muito enturmada, eu vou pro banco ai eles vem, eu saio do banco. Ai eles fala que eu não sirvo pra ficar do lado deles, que eu sou muito metida, não sei conversar, tipo quando eu to com eles eles começam a cheirar tinner eu não cheiro, só fumo cigarro, ai eles falam que eu sou muito metida. Ai as meninas também fala que eu tenho que aprender a conversar com elas , que não sei o que” (F2)

É importante considerarmos que a participação em grupos no contexto das ruas caracteriza-se, de acordo com Ribeiro (2003) como uma estratégia de sobrevivência que traz em si a necessidade de submissão ao padrão de comportamento esperado pelo grupo, como por exemplo o uso de drogas e o cometimento de atividades ilícitas. Além disso, não podemos desconsiderar que, conforme nos lembra Knobel (1981) uma das características que marca a adolescência é a tendência grupal que proporciona ao adolescente, através do processo de identificação, segurança e estima pessoal, necessárias para a transição para o mundo adulto.

Chama-nos a atenção também, outro aspecto em relação ao grupo sobre a constituição de territórios entre os diferentes grupos na cidade. Cada grupo, ou cada gangue tem seus territórios de atuação delimitados, sendo que a não observância destes é motivo de conflitos extremamente violentos. Nestes territórios, é interessante observar

que as garotas apresentam um maior trânsito entre os grupos, sendo permitido que estabeleça relações com garotos de outro grupo, desde que seja ela quem transite entre os territórios. Esta possibilidade de trânsito pode estar relacionada à imagem social de menor periculosidade da mulher.

“É do mesmo jeito, mas o bãõ na rua é que os meninos de rua é , a gente é tudo unido, tudo unido, o que um precisar e o outro tiver como ajudar ele vai lá e ajuda , acho muito bom. Nessa parte eu até que acho bom, mas tem muita gente que , menino de rua, igual os meninos de rua de campinas não dá certo com nós lá do centro, ai todo dia quando os meninos de campinas vai pro centro é uma briga e toda vez que nós vai para campinas é uma briga, então eles fica pra lá, e nós pra ca. Eles não passa pra ca não, senão vira a maior guerra”. (F1)

A constituição de amizades no contexto das ruas caracteriza-se como uma estratégia em busca da garantia de sobrevivência neste contexto, no entanto, não se configura como uma estratégia capaz de fortalecimento significativo no eixo da inserção relacional ao ponto de desconfigurar a situação de desfiliação. Percebemos, a partir dos relatos das (os) adolescentes, que estas amizades se estruturam, em sua maioria, em torno do desenvolvimento de ações para a satisfação das necessidades diárias (proteção contra violência, drogas, comida, entre outros), configurando relações flutuantes que se inserem no tempo presente. É importante considerarmos que o quê caracteriza a desfiliação não é a ausência completa de vínculos, mas sim a ausência de “inscrição do sujeito em estruturas portadoras de um sentido” (CASTEL, 2005, p. 536). Neste sentido, as relações sociais que poderiam facilitar a transição destes jovens da “zona de desfiliação” para a de vulnerabilidade, e quem sabe, a integração, perpassam pela construção de interações que ganhem sentido na construção de projetos em busca de um futuro melhor.

A partir das entrevistas e de nossas observações percebemos que os grupos constituídos no universo das ruas apresentam composição mista, no entanto, existe uma divisão sexual das tarefas a serem desempenhadas. As correrias ou roubos, para obtenção de dinheiro são realizadas na maior parte pelos homens, sendo que as mulheres atuam como suporte nesta atividade, vigiando e avisando os rapazes da

chegada de policiais ou de outros fatores que representariam perigo a estes, além de serem as responsáveis por comprar as drogas, provavelmente em virtude de chamarem menos a atenção de policiais.

Além disso, as mulheres conseguem dinheiro pedindo aos transeuntes e em sinaleiros, pois de acordo com os (as) entrevistados (as) as pessoas dão as coisas (dinheiro, alimentação) com mais facilidade para as mulheres do que para os homens que são chamados a “não vagabundar” e a ir procurar um trabalho.

“Porque se ela for pra rua ela ganha as coisas mais fácil porque é mulher, né, o homem é mais difícil, o povo começa a humilhar, mandar trabalhar, agora mulher não, mulher chegou ali, pediu e já era”.(M3)

“No sinal, os meninos rouba, só que os meninos faz mais é roubar, porque tem muito homem que não gosta de dar dinheiro para menino homem só pra menina mulher, ai nós fica no sinal e os meninos vai lá pro centro pra roubar...”(F1)

Essa divisão sexual das tarefas reflete as concepções de gênero hegemônicas em nossa sociedade, pois de certa forma, observamos a manutenção do papel de provedor como pertencente ao mundo do homem. A partir das falas dos (as) atores do estudo e de nossas observações é possível identificar uma maior aceitação e proteção social da mulher, considerada frágil, em situação de vulnerabilidade, o que se reflete na fala de uma maior facilidade das mulheres para “ganhar as coisas” no sinal. Esta maior aceitação pode estar relacionada à associação tradicional entre homem e trabalho, que caracteriza o trabalho como valor moral para a constituição da masculinidade.

No entanto, as contradições entre o trabalho como valor moral e como possibilidade real são analisadas por dois adolescentes. O garoto mais jovem do grupo, de 12 anos, denuncia a incongruência do discurso social, ao colocar uma situação em que pediu dinheiro em uma loja e o vendedor lhe mandou trabalhar e não vagabundear, ele então lhe pediu um trabalho e o mesmo lhe respondeu que com aquela idade ele não poderia lhe arrumar um trabalho. O garoto então conclui que a possibilidade que lhe resta é roubar para conseguir o dinheiro. No outro extremo, o jovem de 17 anos coloca que já tentou trabalhar em locais formais, mas o salário que recebia não era suficiente para

sanar suas despesas mínimas, pois ao vigiar carros na rua, conseguia dinheiro suficiente para comprar o necessário para sua subsistência, para comprar as drogas e ainda enviar um pouco de dinheiro para casa.

“Desde pequeno, assim, que eu comecei a vim pra rua, nunca mais eu voltei pra casa , trabalhei , comecei a trabalhar no horto, só que ainda não deu certo, porque a droga me desviou de lá, a droga falava mais alto, e o dinheiro que eu ganhava lá é muito pouco, 185 por mês, tava muito pouco, eu comprava umas roupa, sobrava um dinheiro que não dava nem pra eu usar , ai eu peguei e voltei pra rua de novo”.(M4)

As situações relatadas acima suscitam a reflexão acerca das mudanças no mundo do trabalho pontuadas por Castel (2005), e que precisam ser consideradas no planejamento e implantação de políticas de assistência direcionadas a esta população. É importante pontuarmos que em relação ao eixo do trabalho, não nos referimos somente a falta da inserção no mercado de trabalho formal, na condição de aprendiz, para aqueles acima de 14 anos, conforme preconiza o ECA (Brasil, 1990), mas principalmente a percepção da fragilização do trabalho como valor estruturante da existência social tanto para os adolescentes como para suas famílias.

Para muitos indivíduos, considerados por Castel (2005) como supranumerários não existe um lugar assegurado no mundo do trabalho o que impossibilita a projeção de um futuro, limitando a existência à sobrevivência diária de acordo com as possibilidades que se fazem presentes. Apesar de permanecer como um valor moral estruturante da existência social, o trabalho atualmente se configura pela sua instalação na precariedade, principalmente para os jovens, marcado pelo desemprego ou atividades realizadas de forma aleatória e instável. Nas palavras de Castel (2005, p. 530):

“o que se recusa é menos o trabalho do que um tipo de emprego descontínuo e literalmente insignificante, que não pode servir de base à projeção de um futuro controlável. Essa maneira de habitar o mundo social impõe estratégias de sobrevivência fundadas no presente”.

Ainda em relação às formas de obtenção de dinheiro no contexto das ruas é importante pontuarmos a questão da prostituição e a troca de favores sexuais, embora não seja o foco de nossa pesquisa. De forma implícita, os rapazes associam uma maior

facilidade das mulheres em conseguir as coisas na rua em troca de favores sexuais, sendo que esta associação não foi percebida na fala das garotas. No entanto a partir de nossas observações e das anotações constantes nos arquivos da instituição a troca de favores sexuais e a prática da prostituição é bastante presente para os (as) adolescentes em situação de rua, independente do sexo, sendo os relatos relacionados aos garotos mais velados do que em relação às meninas.

Outro aspecto pontuado pelos atores do estudo é a questão do preconceito social que resulta na percepção de se sentirem humilhados. Contrariamente ao estudo de Kidd (2006) que em seu estudo constatou que as mulheres experenciam maiores discriminações em Nova York e Toronto, em nosso estudo os aspectos relacionados ao estigma de “ser menino(a) de rua” presentes tanto na fala dos meninos quanto das meninas, se mostra mais forte em relação aos homens, o que pode estar relacionado a uma maior tolerância social, em nosso meio, em relação às mulheres, conforme discutido anteriormente.

“Não é bom não, não é muito bom porque é muito humilhado pelas pessoas, chamado de ladrão, de bandido...” (M3)

A "evitação" social em relação às crianças e adolescentes em situação de rua é discutida por Lescher et al (1998) e Pimentel (2000). De acordo com Lescher et al(1998) esta reação na sociedade pode manifestar-se pelo não envolvimento, pela indiferença ou pela violência. Os autores argumentam que estas reações não se dão apenas pelo medo de algo que nos parece ameaçador, mas muitas vezes, ela reflete uma postura de não se querer ver a miséria, o abandono e a violência que “mancham” o mundo idealizado de muitas pessoas.

O uso de drogas caracteriza o cotidiano de todos os (as) entrevistados(as), sendo que um dos entrevistados (M4) faz uma associação direta entre a identidade do “menino de rua”, utilização de drogas e o cometimento de atividades ilícitas.

“A policia pegava, batia, quando a gente usa droga. Porque a gente usa droga, não tem um menino de rua que fala : ah eu moro na rua e não uso droga. Usa sim. O que fala que não usa, mente. Ta mentindo. Que é muito difícil se vê fala que mora na rua ... falar

fala, mas usa. No começo quando a gente é mais pequeno, todo mundo rouba, muitos meninos na rua rouba por causa da droga, não rouba porque precisa de dinheiro para comer ou nada não, é por causa da droga mesmo. Eles rouba, nós rouba, faz isso, faz aquilo...” (M4)

Conforme discutido no referencial teórico o índice de utilização de drogas por crianças e adolescentes em situação de rua é altíssimo (NOTO et al., 2003). No entanto é importante pontuarmos que essa associação é mais comum entre as crianças e adolescentes que fazem das ruas seu espaço de moradia, conforme relata o adolescente, não podendo ser generalizada para o grupo como um todo e muito menos para a maioria das crianças e adolescentes que buscam as ruas para a realização de trabalhos, mas que mantêm vinculação à família e/ou escola.

De uma forma geral, a droga é significada como boa e como ruim ao mesmo tempo, é vista como forma de acalmar, de esquecer dos problemas, de divertir, mas ao mesmo tempo é relacionada a gênese de comportamentos agressivos e de embates.

“Pra passar o tempo, esquecer do mundo e das coisas que a gente já passou”. (M7)

“Pra mim a droga era todo divertimento”. (F4)

Para as garotas a influência do parceiro afetivo se mostrou mais presente, nos discursos, do que para os garotos que se referem mais ao grupo de amigos na rua. Nossos dados são semelhantes aos encontrados por Svensson(2003) que identifica uma associação direta do uso de drogas e amigos “desviantes”. O autor pontua que de uma forma geral, os homens são mais expostos a influência de amigos desviantes devido à um maior controle social sobre as mulheres. No entanto, uma vez que essa exposição seja possível, como é o caso das meninas em situação de rua, estas se tornam mais suscetíveis ao uso de drogas em decorrência da influência de amigos, principalmente parceiros afetivos.

De uma forma geral a utilização de drogas se relaciona tanto aos motivos para ir para as ruas (mais presente no discurso dos garotos) quanto à permanência neste contexto.

“Ah quando eu precisava roubar eu ficava agoniado, desesperado, meio doido, tinha que usar a merla logo, se não usava fazia um monte de besteira, roubava, matar não que eu não tinha coragem de tirar a vida de uma pessoa, mas machucar”. (M3)

“A vontade é grande, é difícil segurar, porque o trem é doido, esse vidro fui eu que quebrei, eu tava aqui, ai deu aquela vontade louca e eu conversando com a mulher bem aqui, eu delirando, eu comecei a tremer, não sei o que deu não, minha mão foi de uma vez e atravessou o vidro, cortou eu tudo, eu conversando com ela, começou a tremedeira, eu não vi nada, na hora que eu vi, a mão atravessando o vidro, eu falei credo, eu fiquei azul, branco, vermelho de vergonha, ai ela pensou que foi pro meu querer, não foi pro meu querer não, então ta bom”. (M4)

A droga no discurso dos (as) adolescentes, se apresenta como uma força que se impõe à própria vontade, determinando pensamentos e ações, e organizando o cotidiano. Assim, para os (as) adolescentes deste estudo é pela droga que se comete atividades ilícitas, que se adota comportamentos violentos, que se é vítima da violência de diferentes atores (polícia, amigos, traficantes), que se faz trocas sexuais, enfim, que se configura a existência social.

“A merla deixa uma vontade, quanto mais usa mais quer, ela não mata a vontade, ela faz é dá mais vontade, a pessoa usa, vai usando, vai usando, por isso que esses dias eu to aqui, por que se a pessoa ficar na rua mesmo, ela morre, se todo dia a pessoa tiver dinheiro, todo dia ela usa, não dá conta não, pára”(M4)

“...eu fico mais preocupada com a bebida, né, com o álcool, que eu sou viciada muito no álcool, bebo demais, se deixar eu bebo três dias e três noites sem parar, e brigando com os outros, em tempo dos outros me ma... me machucar na rua”.(F1)

Nas entrevistas e em nossas observações percebemos que as meninas apresentam um pensamento mais reflexivo, como já pontuado anteriormente, sobre os aspectos negativos das drogas, fazendo referência explícita à relação droga e morte, relatando situações já vivenciadas neste sentido por amigos.

“É diferente, só que é difícil, você fica imaginando, tem vez que eu quero usar de novo, ai eu penso se eu usar vai voltar tudo de novo do mesmo jeito, tem vez que as meninas sai aqui, vai pra rua, usa droga, ai tem vez que eu fico imaginando assim, dá vontade de ir, ai tem vez que eu vou, ai chega lá eu começo a cheirar, ai eu paro, não isso não vai me levar a nada, que futuro isso vai me dar, droga, um dia eu posso até morrer na rua, estrupada, queimada, sei lá o que for, igual o menino que já morreu lá. O (...) por causa de mulher que ele morreu, por causa de droga também, ele foi e brigou com o

menino o menino foi e deu duas facadas nele. Ai eu fico imaginando que futuro que ele vai me dar, ai tem vez que , sei lá, é difícil parar de usar” (F3)

Os garotos de uma forma geral, apresentam um discurso relacionado aos aspectos negativos das drogas menos reflexivo e aparentemente mais institucional .

“porque todas me destrói, acaba com a minha vida, todas acabem comigo”. (M7)

Essa diferença no nível de reflexão está associada à uma maior expressividade das mulheres, conforme já pontuado anteriormente, mas também pode se relacionar ao fato de que as drogas estão na gênese dos motivos que levaram a maioria dos garotos para o contexto das ruas. Por outro lado, para as meninas, a ida para a ruas precedeu a utilização das drogas que aparentemente está mais relacionada à aceitação no grupo e sobrevivência neste contexto.

A continuidade do uso das drogas e a influência que essa exerce sobre a vida de seus usuários não podem ser discutidas, em nossa opinião, somente com base na dependência dos aspectos “químicos” da substância. Essa discussão também perpassa pela análise da função de “fuga”, de “anestesia” que a droga pode assumir frente a situações de extrema dificuldade. Neste contexto, a droga, concordando com Medeiros (1999, p. 139) “ajuda a minimizar a frustração, a angústia, o medo, tornando-os mais capazes e proporcionando a coragem necessária, mesmo que fictícia, para enfrentar os desafios que a vida na rua impõe”.

Além disso, consideramos que a opção de deixar as drogas, e conseqüentemente, as ruas, muitas vezes, se sustenta em uma perspectiva futura de uma vida melhor, o quê muitas vezes pode não fazer parte da realidade destes (as) adolescentes, por falhas nos sistemas educacionais e nas políticas públicas direcionadas a esta população.

Para os sujeitos desta pesquisa, a expectativa de futuro está muito relacionada ao abandonar as drogas e sair do contexto das ruas. No entanto, mais uma vez, percebemos que as expectativas de futuro são mais estruturadas no discurso das meninas do que nos meninos.

Para as jovens a construção do futuro perpassa pela aquisição de uma casa própria, pelo estudo, pela formação em uma profissão, pela possibilidade de se manterem sozinha.

“Ai eu queria voltar a estudar, queria trabalhar, queria fazer curso, se eu não der valor na minha vida quem é que vai dar, por que eu não tem mãe nem pai, não tem ninguém por mim , eu queria só o que eu queria era fazer curso, trabalhar e seguir minha vida seguir em frente.O meu sonho é morar em uma casa sozinha pra ninguém encher meu saco, meu sonho é esse trabalhar, estudar e morar sozinha ,acho que a melhor coisa que existe no mundo”.(F4)

Neste aspecto, um fato que nos chamou a atenção foi a pouca referência que estas adolescentes fazem ao desejo de formarem uma família, sendo a ênfase em relação ao futuro colocada na construção de sua autonomia financeira. Esta percepção pode estar relacionada tanto a uma possível falta de referência para a composição familiar, ou a repetição do padrão de mulher como provedora do lar (realidade vivenciada pela maioria), ou então para o desejo de construir um futuro diferente das mulheres de sua família, apontando então para transformações nas relações de gênero tradicionais, marcadas pela entrada da mulher no mercado de trabalho e uma maior apropriação do mundo público.

Quando analisamos os discursos dos jovens, percebemos uma maior dificuldade de construção de possibilidades de futuro, sendo que dois dos entrevistados explicitam a impossibilidade de se pensar no futuro.

“Ah, quer que eu te fale uma coisa? Não tem como pensar não, a gente não pensa no futuro não, a gente pensa no dia a dia, no dia do amanhã, o que vai fazer no dia do amanhã, que os outros vai matar nós, como é que vai ser, a gente vai vivendo o dia a dia , você passa um dia hoje vivo, vai rezando pra ficar vivo no outro também, é difícil na rua”. (M4)

“Meu futuro era bom se eu sáísse da rua, estudar, mas...” (M8)

Para os entrevistados que fazem referência ao futuro, o trabalho assume importância fundamental para a construção de outras possibilidades de vida. No entanto, a referência ao trabalho é feita de forma geral, não sendo definidas opções profissionais, pois “Um serviço, qualquer um (M1)” seria bom. Mais uma vez, a percepção da possível

precariedade de inserção no mundo do trabalho, tradicionalmente, constituinte da identidade masculina, têm influência direta nos processos de significação da vida atual e futura, e contribuem para o agravamento do processo de vulnerabilidade/desfiliação social.

A violência, em suas diferentes manifestações, se mostra como uma constante, tanto nos relatos quanto nas observações, na trajetória de vida destes (as) adolescentes. Consoante a Melo et al.(2007, p. 92) entendemos a violência como “qualquer situação em que um ator social perde a sua condição de sujeito frente ao outro, sendo então rebaixado à condição de objeto”

Assim, inicialmente é importante refletirmos que as crianças e adolescentes em situação de rua, e suas famílias, são vitimizadas cruelmente pela violência estrutural que assola o Brasil. Conforme discutido anteriormente a realidade brasileira é marcada pela extrema desigualdade social que limita sobremaneira as possibilidades de existência social de milhares de pessoas.

Especificamente em relação aos atores de nosso estudo observamos que, além de serem vitimizados pela violência estrutural, estes estão expostos a diferentes situações de violência.

“É perigoso, por exemplo, você tá na rua dormindo, uma pessoa chega faz um nó pra você, abusa de você e ainda te mata , aí o povo não tá nem aí, ah é menino de rua tinha que fazer isso mesmo, porque o povo a maioria do povo critica os meninos de rua, né. Aí eles não tá nem aí, nem aí, polícia pega e mata ou as vezes tá surfando, cai, o ônibus passa por cima , já vi muitas mortes também ali no centro. Menino caindo de cima do ônibus, polícia matando, eu nem falo isso pra ninguém, acidente, os meninos roubando do povo sai correndo os carro passava por cima, já vi muita coisa ruim na minha vida, muita coisa ruim”.(F1)

De uma forma geral, percebemos uma naturalização e banalização da violência cotidiana no discurso dos (as) adolescentes, em virtude da presença constante destas em sua vida. A violência é significada como método educativo privilegiado no meio familiar e como mediadora da maioria das relações sociais estabelecidas desde a infância.

“Pro lado da mãe eu não entendo não, eu entendo mais pro lado do pai, que eu sempre morei mais com o meu pai, depois que eu fui morar com minha mãe, na época que eu morei com o meu pai foi um sofrimento, eu não podia fazer uma bagunça que a vassoura comia, porque quando eu tava com o meu pai não era de mão não, ele batia, era de fio, de paulada, ele bebia, usava droga também, ele morreu de overdose e cirrose, quando eu tinha 9 anos ele morreu, aí eu fui morar com a minha mãe que também bebia muito, ela não tinha casa não, morava na casa de um aqui de outro ali, fazia uns bico de doméstica, ela bebia demais, ela era Mogi ela apanhava muito...”(M4)

Assim, concordando com Feijó & Assis (2004) identificamos que a violência se caracteriza como o modelo de interação apreendido, e que faz parte do imaginário social como forma de garantir a sobrevivência em contextos de extremas restrições. Neste sentido, de acordo com Melo et al(2007, p.94) :

“o que parece, porém, como argumento mais forte para conferir legitimidade às normas violentas é a sua presença permanente, marcando a vida das pessoas, construindo as suas personalidades, definindo seus caminhos, produzindo uma nova cultura, uma nova concepção, um novo jeito de se relacionar com o outro, é a violência assumindo o papel de norma e rompendo as interações colonizando o mundo da vida”.

Na cultura da rua, a adoção de posturas violentas configura-se como a forma privilegiada de comunicação e de exercício de poder e de autodeterminação para estes sujeitos (GALHEIGO, 2003). No entanto, ao mesmo tempo em que estes adotam atos violentos como forma de comunicação, também são vítimas de atos violentos provenientes de diferentes atores sociais. Em nossa pesquisa, a vitimização por colegas do grupo, por maiores de idade (aliciadores), por traficantes e pela polícia é constante.

“Já, também bato eu, nós bate e apanha, mas eu rebento”(M2)

“Tem muito policial que são legais, que chega primeiro e conversa, mas tem outros que quer mostrar que é policial, bate pra valer, não em dó, e não precisa bater, é só fazer a rotina normal, bacolejo, agora outros não, já chega batendo, ah vou te levar para tal lugar, vou te matar, já chega batendo, machuca a gente tem hora, um colega meu apanhou tanto da ROTAM [Rondas Operacionais Tático Metropolitana - Polícia Militar de Goiás] que ta todo roxo” (F5)

De acordo com Lee & Schreck (2005) a exposição direta e indireta ao crime e à violência, torna as pessoas em situação de rua com medo e conscientes de sua

vulnerabilidade de serem vítimas, sendo que em nosso estudo estas percepções foram mais explicitadas pelas garotas que demonstraram uma análise mais crítica em relação a esta situação.

“É difícil. Difícil porque na mesma hora que você tá dormindo num lugar aqui assim, vem um e te acorda, igual uma vez que eu tava dormindo na rua já tentaram me matar, queimado, é difícil”. (F3)

Por outro lado, no grupo dos meninos percebemos que eles estavam orgulhosos em nos contar as suas atitudes violentas, o que nos remete mais uma vez as relações de gênero hegemônicas em nossa sociedade, nas quais a virilidade é um componente estimulado e valorizado na constituição da identidade masculina.

“Nós junta nele, eu apanho, mais quando eu cato um tijolo também, rapaz, um dia eu apanhei, um cara me bateu, um cara da esquadrão, peguei o tijolo, sentei na cabeça dele, ele ficou desmaiado no chão, mas ele não morreu não, depois ele me pegou bem aqui (mostra cicatrizes nas costas)” (M2)

Outra diferença encontrada entre os relatos das jovens e dos jovens refere-se ao medo da violência sexual. Embora, através de relatos dos educadores e de anotações constantes nos documentos da instituição, tanto as garotas quanto os garotos sejam vítimas de violência sexual, o medo e o relato de situações relacionadas a isto só aparece no discurso das garotas.

“Mas uma vez um cara tentou me estropar , ai eu dei uma peixerada nele, ai ele me furou aqui no ombro, foi lá em Trindade, ai eu dei uma nele ,ai uns fala que ele morreu, que ele ficou doido, sei lá o que fizeram, ele tentou me estropar ai eu furei ele.” (F1)

Finalmente, é nas relações afetivas/sexuais estabelecidas na rua que as influências das relações de gênero se mostram mais fortes neste contexto de extrema vulnerabilidade. Um primeiro ponto que nos chamou a atenção foi a negativa unânime entre os rapazes, quando questionados diretamente se namoram/ficam com meninas de rua. Essa negativa é justificada por eles pela falta de higiene, pela troca freqüente de parceiros e pelo uso de drogas. Para os rapazes, a menina ideal para namorar deve ser limpa, morar com a família e não ter tido muitos namorados, refletindo os padrões tradicionais de controle da sexualidade feminina, nos quais são valorizadas a

inexperiência e o recato sexual por parte das mulheres. Essa veemente negativa é contraditória a todo o restante da entrevista, na qual nos é relatada a ocorrência dessas relações com as meninas de rua, inclusive relações consideradas sérias pelos rapazes.

“Eu não tenho coragem não, igual eu conheço uma amiga minha, ela é menina de rua, mora na rua, ela já ficou com esses meninos de rua quase tudo, e eu falo na cara dela, por isso que eu não tenho coragem de ficar com você. Porque menina de rua, ela fica com um aqui, chega outro com uma lata de merla, ela fica com outro, ai chega o outro com dinheiro, ah vamos tomar uma pinga ali, ai ela fica com outro, ela não tem aquele cuidado com o corpo, ela não ta nem ai, o que ta rolando.” (M4)

Essa contradição não é observada na fala das garotas que relatam o estabelecimento de relações afetivas/sexuais com os garotos de rua e a esperança de que, juntos, possam modificar essa situação. De acordo com Tiene (2004, p. 153) o estabelecimento de relações de afeto, de amor e entrega sexual para as mulheres em situação de rua adquirem caráter central em suas vidas, “seja como forma de troca pela proteção, pelas próprias carências afetivas ou ainda, pela disponibilidade de tempo e por ser alvo de disputa pelos homens, que se constituem maioria na rua”.

As relações estabelecidas entre estes jovens trazem as diferentes classificações. O ficar e o namorar se caracterizam por uma maior flexibilidade entre os parceiros. A troca freqüente de parceiros é presente na fala dos meninos e meninas, sendo que nos discursos dos garotos estas envolvem sexo e na fala das meninas é só “dar uns beijinhos” ou ficar, caracterizando um discurso coerente com a normatização da dupla moralidade sexual para homens e mulheres.

Os (as) adolescentes também se referem às relações na qual a fidelidade é exigida como casamento. Nestas relações a não observância da fidelidade é motivo de reações extremamente violentas do parceiro, principalmente, sendo considerada justificativa para facadas e morte.

“A partir de hoje você é minha, minha mulher, se você me trair, ai você tem que seguir a regra dele, ele bota o cabresto, ai você é dele e ele é seu, não tem mais ninguém, só vocês dois...” (F5)

“Todo mundo respeita sua namorada, porque se não respeitar leva facada, não dá brecha pra você ficar encarando muito muié de amigo seu” (M7).

Observamos que os garotos relatam com orgulho, o fato de sustentarem (alimentação, roupa, droga) suas namoradas na rua, sendo que esta postura é desejada por estas, mas uma vez refletindo os padrões hegemônicos das relações de gênero em nossa sociedade nos quais o homem assume a função de provedor.

4.3.2 *“Pai apóia , mãe é 24hs”*

Neste tema emergiram conteúdos referentes aos sentidos atribuídos pelos(as) adolescentes à maternidade e paternidade em seus contextos de vida.

De uma forma geral percebemos que os processos de atribuição de sentidos acerca da maternidade/paternidade sofrem influência direta das relações de gênero tradicionais em nossa sociedade, bem como se configuram em meio às possibilidades e limitações decorrentes do processo de vulnerabilidade e desfiliação vivenciado pelos atores do estudo.

Inicialmente é importante pontuar as diferenças nos discursos sobre a maternidade e a paternidade entre os (as) adolescentes. De uma forma geral, tanto os garotos quanto as garotas têm mais dificuldades em falar sobre a paternidade quando comparamos com os discursos sobre a maternidade, o que foi refletido pela quantidade significativamente menor de dados sobre o primeiro assunto.

“Um bom pai eu não sei. Eu não convivi com meu pai...” (F1)

Esta dificuldade pode estar relacionada ao fenômeno da “invisibilidade da paternidade adolescente”, discutido por Lyra (1998), uma vez que em nossa sociedade a dimensão da paternidade não é um assunto privilegiado de discussão tanto no meio científico como social em geral, em decorrência da maior valorização da tarefa materna no cuidado aos filhos.

No entanto, acreditamos que em relação aos sujeitos deste estudo, esta dificuldade relaciona-se muito mais à falta de uma referência de figura paterna, realidade vivenciada pela grande maioria destes (as), dificultando a elaboração de concepções sobre a paternidade. Entre aqueles que têm referência paterna, seja pai biológico ou substituto, é explícito o desejo de uma experiência para o filho diferente da vivenciada, principalmente, no que se refere à utilização da violência como método educativo privilegiado.

Por outro lado, percebemos além de uma maior facilidade de se referirem à maternidade tanto pelos garotos como pelas garotas, a existência de uma concepção idealizada da figura materna (seja a mãe biológica ou a mulher responsável pelo seu cuidado direto) com a qual mantêm contato, que apesar de terem muitas de suas condutas questionadas e não aceitas pelos (as) adolescentes, estas são justificadas pela existência do amor incondicional da mãe, explicitando a influência no imaginário social do “mito do amor materno” proposto por Badinter(1985). Assim, também em relação à maternidade, a grande maioria dos (as) adolescentes explicita o desejo de oferecerem aos seus filhos a oportunidade de vivenciarem uma experiência diferente daquela que tiveram com suas próprias mães.

“ (...)meu filho não vai conhecer nada de ruim que eu conheci, vou falar para ele, oh isso é bom, isso é ruim, dá pra ele um futuro bom que eu não tive, que eu não tenho, andar bonitinho, andar arrumadinho, é isso... deve ser lindo demais”.(F5)

Quando direcionamos a nossa atenção à ocorrência da gravidez no contexto das ruas percebemos que esta é uma experiência que faz parte do cotidiano. Em relação às garotas, das cinco entrevistadas, uma é mãe e tem histórico de três abortos, duas suspeitavam estar grávidas no momento da entrevista, sendo que uma destas tem histórico de dois abortos, e as outras duas (as mais jovens do grupo com 14 anos) relatam serem amigas próximas de garotas que estão grávidas ou que sejam mães nas ruas. No grupo dos rapazes, dos oito entrevistados dois relatam serem pais e outros três

relatam que passaram pela suspeita da gravidez de alguma menina com a qual tiveram relação sexual.

Assim como percebido por D'Oro (2003), os garotos de nosso estudo atribuem a responsabilidade da ocorrência da gravidez, e da contaminação de doenças sexualmente transmissíveis às garotas.

“Não tenho coragem, aquelas meninas lá tem doença, depois passa elas pro você, e depois não avisa que tem a doença você vai e pega”. (M3)

Essa atribuição é mais forte e clara no discurso dos jovens, no entanto, percebemos que implicitamente as garotas também culpabilizam as mulheres pela ocorrência da gravidez, questionando a moralidade das garotas em situação de rua.

“Ih, a maioria engravida. Acho que eu fui a única que nunca engravidei assim. As meninas é muito safada na rua, fica com um, fica com outro...” (F3)

É importante salientarmos que nestas situações, as adolescentes enfatizam que as “outras” garotas em situação de rua “são safadas”, deixando claro em seu discurso que elas não se submetem a estas situações, e contradizendo as situações relatadas por elas mesmas de suspeita de gravidez ou as ocorrências registradas na instituição deste acontecimento.

Entendemos que estes comportamentos de culpabilização e questionamento da moralidade das garotas em situação de rua, estão intrinsecamente relacionados ao padrão cultural de controle da sexualidade feminina, no qual ao contrário dos homens que têm o exercício da sexualidade estimulado socialmente, para as mulheres é valorizada a inexperiência e o recato sexual.

Assim é importante considerar e abordar a existência de contradições entre valores morais internalizados e os comportamentos adotados no planejamento e implantação de ações de saúde sexual e reprodutiva junto a essa população. Além disso, consideramos que estas ações devem ser discutidas no contexto das relações de gênero, que implicam em relações de poder, nas quais, na grande maioria das vezes, o controle social da sexualidade feminina coloca a mulher em uma posição de submissão em

relação aos homens. Considerando essas relações acreditamos que o desenvolvimento de ações de saúde perpassa pelo empoderamento destas mulheres em seus contextos reais de vida.

A desigualdade de poder nas relações entre homens e mulheres podem também estar relacionado ao uso inconsistente de preservativos para este grupo de adolescentes. De uma forma geral, apesar destes(as) relatarem o uso de preservativos nas relações sexuais, quando analisamos os discursos como um todo, assim como as ocorrências de doenças sexualmente transmissíveis ou de suspeita de gravidez nos arquivos das instituições, constatamos que o seu uso é inconsistente. Tanto os jovens quanto às jovens atribuem o não uso, considerado por estes como de forma esporádica, ao esquecimento em virtude do uso de substâncias.

“Porque na hora da droga não lembra de nada não, são muitas poucas”... (M4)

No entanto, quando analisamos o discurso das garotas, percebemos que não uso de preservativos se configura, principalmente, nas relações consideradas estáveis, por estas, classificadas como namoros sérios ou “casamento”. Nestas relações o não uso de preservativos adquire o sentido de uma “prova de confiança” entre os parceiros, sendo observadas poucas possibilidades de negociação para a mulher, caracterizando uma situação de desigualdade de poder na relação.

“Só no começo que a gente usava (camisinha)(...) Outras coisas (doenças) não corre risco não, porque ele também é doador de sangue... Só droga que ele usa não tem jeito de pegar doença não, só se, só se for mesmo é como e que se diz, só se for overdose ou outras coisas agora doença não” (F4)

O fragmento acima também nos remete a outro aspecto que nos chamou a atenção em relação à ocorrência da gravidez. Conforme explicitado pela quarta jovem entrevistada, e também observado em relação à maioria das outras adolescentes, a preocupação com estratégias de sexo seguro se refere muito mais ao medo da contaminação por doenças sexualmente transmissíveis do que à possibilidade de ocorrência da gravidez.

Esta observação pode ser interpretada com base em diferentes aspectos que se interrelacionam e configuram um processo de atribuição de sentidos complexo em relação à ocorrência da gravidez para estas adolescentes. A não preocupação com a possibilidade de gravidez pode estar relacionada à percepção de onipotência característica da adolescência, associada ao desconhecimento do próprio corpo e do processo reprodutivo. No entanto, acreditamos que além deste fator, especificamente em relação aos atores deste estudo, esta “não preocupação” com a possibilidade de gravidez se relaciona diretamente aos sentidos atribuídos à maternidade (discutidos posteriormente) e à realidade vivenciada nas ruas e anteriormente em suas famílias. Provenientes de famílias nas quais a gravidez na adolescência faz parte do cotidiano, e vivendo agora em um contexto no qual a sua ocorrência é vivenciada diariamente por amigas e conhecidas, a gravidez se configura como um fato natural e esperado em sua trajetória.

Outro aspecto que aparentemente faz parte do cotidiano em relação à gravidez no contexto das ruas é a realização ou ocorrência do aborto. Tanto os rapazes quanto as garotas explicitam diferentes métodos utilizados para provocar o aborto (medicamentos, remédios caseiros, introdução de objetos na vagina), sendo que todos representam agravos à saúde da mulher.

“(...) eu vi a barriga dela tava diminuindo, ai minha mãe falou eu tenho certeza que essa mulher abortou, eu achei uns trem lá no banheiro, e ela deve ter machucado muito, com três meses abortar, essa muié sua é muito louca, eu falei, oh mãe, fala um trem desse não, que eu machuco ela demais, minha mãe, ela deve ter feito isso mesmo, vai lá no banheiro para você ver ... cheguei lá no banheiro ela tava lá toda no chão, tava desmaiada, ela quase morreu tava sangrando, eu peguei ela levei ela pro hospital, de lá do hospital mesmo ela ficou lá, eu nunca mais vi (...)” (M4)

O ato de provocar o aborto é condenado pela grande maioria dos e das jovens entrevistados (as), exceto por um dos meninos que relata que pagou o aborto de uma namorada pois não queria ter outro filho (M5). De uma forma geral, ao aborto é atribuído o sentido de uma falha de caráter da mulher, corroborando os valores nos quais o controle da sexualidade é responsabilidade feminina e a maternidade seu destino.

Entre as cinco jovens entrevistadas, duas tem relatos de abortos sucessivos, atribuídos à agressões sofridas no contextos das ruas.

“Um tinha um mês, o outro de duas semanas e o outro de dois meses. Eu perdi todos os três em briga, brigando... mas toda vez parece que era um azar, toda vez a primeira pra acertar era na minha barriga, ai vinha aquela dor tão grande que eu não suportava (...)” (F1)

Quando nos direcionamos aos sentidos atribuídos à maternidade, tanto para as meninas quanto para os meninos, estes estão relacionados diretamente ao cuidado, carinho e educação. Neste aspecto a correlação entre maternidade e cuidado direto ao filho é valorizado por todos (as) as entrevistados(s), sendo que o mesmo não é enfatizado, na mesma proporção em relação ao exercício da paternidade.

“Eu penso assim que se a pessoa (a mãe) tiver um filho, tem que ficar com o filho, cuidar do filho, por que se não o filho vai crescer revoltado com a mãe, vai crescer revoltado dizer que ela nunca, nunca deu atenção pra ele igual minha mãe”. (F4)

“Uma boa mãe é ser uma mãe igual a todas as mães, cuida, dá carinho, ensina as coisas certas, educação, como se vestir...” (M3)

Conforme percebemos nos fragmentos acima, o processo de atribuição de sentidos à maternidade se relaciona à imagem presente no imaginário social acerca da “boa mãe tradicional”, responsável pelo cuidado direto do filho, pelo estabelecimento de relações baseadas no afeto e pela construção do futuro da prole. A mãe, neste sentido, é percebida como um importante suporte social para estes (as) adolescentes que em sua maioria, relatam experiências totalmente diversas destes valores idealizados com suas próprias mães, com as quais relatam ter relações distantes e muitas vezes mediadas pela violência.

Especificamente em relação às garotas, o desejo de ser mãe é explicitado por todas as entrevistadas. As garotas que não são mães referem o desejo de terem seus filhos no futuro, no contexto de uma relação baseada no afeto e na qual teriam a apoio do parceiro, uma vez que consideram que na situação em que se encontram teriam muitas dificuldades para cuidar destes.

“Não só quando eu tiver, eu tiver como é que se diz, estudo e trabalho só, mas desse jeito só para sofrer ,prefiro sofrer sozinha e melhor, uma mãe não güenta ver um filho sofrendo”.(F2)

No entanto, ao mesmo tempo, a maternidade aparentemente se configura como um desejo para o presente, mesmo que de forma inconsciente.

“Sei lá, é uma coisa assim que passa pela cabeça e não passa, pensa aí ,a ah vou ter um filho, não dou conta de cuidar nem de mim, ter um filho, sei lá, depois vem o sonho normal, eu andando com o meu filho, desse jeito, se for menina andar com ela toda rosinha se for menino com ele , deve ser bom demais, meu sonho assim, meu sonho mesmo é ter um filho, com a pessoa que eu amo, o que é meio difícil...”(F5)

Em nosso estudo, de uma forma geral, percebemos que as adolescentes compreendem a maternidade como algo intrínseco à natureza da mulher, como parte de sua essência, sem a qual esta não se realiza, corroborando a existência do “mito do amor materno” (Badinter, 1982). Assim sendo, percebemos que é atribuído à maternidade o sentido de amadurecimento para a adolescente, pois intermedia a sua entrada no mundo adulto.

“ acho que toda mulher é assim, depois que tem o filho cria mais juízo...” (F3)

Percebemos, assim como Gomes (1996), Joffily & Costa (2006) e Gontijo & Medeiros (2007a) que para estas jovens que vivem em situações de extrema vulnerabilidade social, a maternidade se configura como forma de ascensão e reconhecimento social, tornando-se um projeto desejado e esperado para estas mulheres para as quais outras possibilidades reais de transformações em suas vidas são bastante limitadas. Além disso, conforme observamos em outro estudo com adolescentes mães com experiência de vida nas ruas, a maternidade pode representar a possibilidade real do estabelecimento de um vínculo de afeto genuíno, diferente da maioria dos vínculos construídos até então por estas (GONTIJO & MEDEIROS, 2007a).

Além disso, observamos que a ocorrência da gravidez mobiliza a adolescente a procurar estratégias, fora do contexto das ruas, para lidar com a situação. Esta

mobilização tem ligação direta com a proximidade do parto, e, se configura pela busca da família ou de instituições que tradicionalmente oferecem suporte nestas situações.

“Se não for pra fazendinha, pra fazendinha não, para a T... K... [abrigo específico para adolescentes mães com experiência de vida nas ruas] , vai pra casa” . (F2)

“Quando engravida, corre pra abrigo, corre pra casa de mãe” . (F5)

Assim, entendemos que a gravidez, e principalmente a proximidade do parto, representa um momento no qual a adolescente transita da “zona de desfiliação” para a “zona de vulnerabilidade” (no caso de voltar para o contexto familiar) e/ou para a “zona de assistência” (quando ela busca uma instituição). Nestas situações, ocorre um aumento do suporte social oferecido às adolescentes, o quê fortalece, pelo menos, momentaneamente o eixo da inserção relacional, possibilitando às adolescentes vivenciarem outras formas de ser e estar no mundo. De acordo com Gontijo & Medeiros (2007), Joffily & Costa (2006) e Meadows-Oliver (2006), a gravidez para estas jovens muitas vezes se configura como uma possibilidade para a mãe recriar-se, renascer, tornar-se outra pessoa, romper com o passado e construir alternativas que lhe possibilitem, e ao filho, um futuro melhor, sendo então um período no qual a jovem em situação de rua se mostra mais suscetível às ações que motivem a saída deste contexto e a construção de novas alternativas de vida, conforme relata F4:

“Ai num sei não, num sei não, ah eu ia caçar um jeito de consertar mais a vida né (F4)”.

Em relação à paternidade, tanto garotos quanto as garotas, trazem sentidos que associam a função paterna a um papel secundário no cuidado aos filhos, configurando-se como um apoio para a mãe que assume predominantemente as responsabilidades desta tarefa.

“ Um bom pai ta sempre do lado do filho, apoiando seu filho, mãe é 24 horas ali, ah meu filho, pai não , país é mais ... eu queria que o pai tivesse sempre do lado assim, apoiando o filho.” (F5)

No entanto, as jovens relatam que os jovens, no contexto das ruas, geralmente não assumem essa função em relação aos seus filhos, sendo que “assumir” está

associado para elas a dar carinho, apoio e bens materiais, caracterizando a imagem do pai provedor tradicional.

“(...) Diz que vai assumir, mas na hora h não assume não. (E o que é assumir?) (...) Sei lá, cuidar das crianças, ficar na rua do mesmo jeito isso não é assumir pra mim não. Tem de colocar numa casa, dá de tudo pra mulher (...)” (F3)

É interessante pontuar que a atitude de não assumir o filho é justificada, de forma implícita, por quatro das garotas (F1, F3, F4, F5) como consequência de atitudes das próprias garotas. Segundo as mesmas, além das meninas de rua terem relações com muitos garotos, é muito comum que as mesmas mintam que estão grávidas na tentativa de sustentar uma relação afetiva que está acabando. Estas condutas acabam, do ponto de vista das meninas, sendo as responsáveis pela dúvida que o jovem tem acerca da paternidade, justificando a não assunção de seu papel. Esta justificativa reflete o discurso apresentado pelos garotos, discutido anteriormente, que questionam a moralidade das garotas em situação de rua, e traz a tona o caráter relacional das relações de gênero. Conforme preconizado por Scott (1996), ao internalizar e propagar os sentidos criados pelos homens em relação a um determinado fato social, as mulheres consolidam e naturalizam um discurso que sustenta uma relação marcada pela desigualdade de poder e submissão.

No entanto, acreditamos que a atitude de não assumir a paternidade, confirmada pelos garotos como um comportamento comum entre os jovens em situação de rua, não pode ser analisado somente do ponto de vista da normatização em torno da sexualidade, e, sim também em relação ao contexto de vulnerabilidade/desfiliação vivenciado pelos sujeitos deste estudo.

Considerando que, conforme pontuamos anteriormente, a construção da masculinidade para este grupo perpassa por valores tradicionais, nos quais a figura do homem provedor é preponderante, é importante questionarmos que assumir a paternidade, no momento, pode não se configurar como uma alternativa possível para

estes jovens, uma vez que para estes, ser pai significaria manter materialmente o lar através da inserção no mundo do trabalho.

Além disso, para este grupo específico não podemos deixar de considerar que além da não inserção no mundo do trabalho, as possibilidades de compensação do eixo relacional também são limitadas, uma vez que suas famílias não têm condições de oferecer o suporte que possibilitaria a assunção da paternidade, como constatado por Aquino et al(2003), para jovens da classe média, e, a que tradicionalmente a ocorrência desta , não suscita ações institucionais.

Assim, para o grupo que fez parte deste estudo, a paternidade não se configurou como um fator que motive mudanças significativas na trajetória de suas vidas e na sua permanência na “zona de desfiliação”, mesmo para aqueles que são pais.

Quando nos referimos à uma possibilidade futura, a maioria dos rapazes, ainda que de forma inconsistente, relatam o desejo de serem pais, de construir uma família, com uma mulher que não tenha experiência de vida nas ruas, e de terem com o(s) filho uma relação diferente da que tiveram com os seus pais, principalmente no que se refere à violência. Os meninos relatam que desejam oferecer ao filho uma vida melhor, que gostariam de estabelecer uma relação de afeto com estes. É importante pontuarmos que além da dimensão da proteção material, todos os garotos referem ao desejo de oferecer cuidado afetivo ao filho, refletindo mudanças, ainda que de forma idealizada, na imagem do pai provedor afastado afetivamente do filho, e caracterizando nuances de uma “nova paternidade”, conforme nomeia Medrado et al(2005) representada por uma maior participação do pai no cuidado dos filhos.

*“ Um bom pai é o carinho que ele dá pro filho, dá valor pra ele, levar ele para passear, brincar na praça, fazer o que ele pode por ele?
(M3)*

Em relação aos sentidos atribuídos à maternidade e paternidade gostaríamos de discutirmos alguns aspectos que permearam todo o conjunto das entrevistas e de nossas observações.

De uma forma geral, percebemos diferenças significativas de gênero no que se refere aos discursos sobre a sexualidade e reprodução. Observamos que tanto os garotos quanto as garotas tem seus relatos marcados por valores normatizadores, no entanto, as garotas estruturam seus relatos muito mais em relação às suas experiências de vida, descrevendo-as e significando-as de forma mais consistente. Por outro lado, os garotos apresentam falas que se apresentaram muito mais como idealizadas do que como vivenciadas. Assim, acreditamos que a adoção de metodologias de natureza etnográfica que acompanhem os jovens em situação de rua, em seus contextos reais de vida, se constituiria como uma abordagem que poderia trazer à tona, de forma mais aprofundada, estes processos de significação.

Outro aspecto foi a observação de que não identificamos discrepâncias nos discursos entre os(as) adolescentes que relatam ser pais ou mães daqueles que não o são, o que pode indicar que a não assunção por completo destes papéis, pode configurar atribuições de sentidos mais idealizados do que reais.

Finalmente, para os (as) adolescentes de nosso estudo, foi possível perceber que a vivência da situação de desfiliação não impediu que estes (as) tenham representações acerca de outras possibilidades de estabelecimento de relações sociais (aqui destacamos as relações com os próprios filhos, alvo de nossas discussões) diferentes daquelas vivenciadas cotidianamente. Além disso, percebemos que a ocorrência ou a possibilidade da gravidez no contexto das ruas, têm impacto diferente na trajetória de vida das e dos adolescentes.

Para as garotas, a ocorrência da gravidez e a proximidade do parto, mobiliza ações que fortalecem o eixo da inserção relacional, que aliadas ao processo de atribuição de sentidos à maternidade que a associa à possibilidade de construção de uma nova vida, promovem o movimento destas da “zona de desfiliação” para as “zonas de vulnerabilidade e/ou assistência”. Neste sentido este período se configura como um período fértil para ações que sustentem este fortalecimento, associem estratégias de

inserção no mundo do trabalho e desenvolvam estratégias de empoderamento, com vistas à possibilitar a diminuição do nível de vulnerabilidade vivenciado por estas.

Por outro lado, a paternidade não se apresentou com este potencial mobilizador, considerando que tradicionalmente a paternidade não suscita ações institucionais que fortaleçam o eixo relacional e que a sua assunção, para estes adolescentes, traz à tona a necessidade de inserção no eixo do trabalho, o que não é a realidade vivenciada. Assim sendo, acreditamos que, para os garotos deste estudo, o movimento de trânsito da “zona de desfiliação” para a “vulnerabilidade/assistência” é anterior à assunção da paternidade, sendo estimulada por ações que enderecem outros aspectos do processo de vulnerabilização, principalmente aqueles relacionados ao eixo do trabalho, considerando a importância atribuída por estes adolescentes, e também socialmente, a esta atividade como constitutivo da masculinidade.

“Menores carentes se tornam delinqüentes
E ninguém nada faz pelo futuro dessa gente
A saída é essa vida bandida que levam
Roubando, matando, morrendo
Entre si se acabando
Enquanto homens de poder fingem não ver
Não querem saber
Faz o que bem entender
E assim... aumenta a violência
Não somos nós os culpados dessa conseqüência?
Destruíram a natureza e o que puseram em seu lugar
jamais terá igual beleza
Poluíram o ar e o tornaram impuro
E o futuro eu pergunto, confuso: “Como será?”
Agora em quatro segundos irei dizer um ditado:
“Tudo que se faz de errado aqui mesmo será pago”
O meu nome é Edy Rock, um rapper e não um otário
Se algo não fizermos, estaremos acabados
KL Jay! Tempos difíceis!

(Tempos difíceis, Racionais MCs)

5. Considerações Finais

Inicialmente, neste estudo apresentamos o referencial teórico que nos direcionou durante o processo de construção desta pesquisa. No primeiro capítulo, trouxemos as concepções de Castel (1994, 2004, 2005) acerca dos processos de vulnerabilidade e desfiliação que caracteriza a trajetória daqueles que vivem à margem da sociedade. Este referencial nos possibilitou ampliar a nossa compreensão em torno da exclusão social, principalmente pelo seu caráter de processualidade, que lhe é inerente.

Percebemos a existência de diferentes zonas de existência social nas quais os indivíduos e grupos sociais transitam, de acordo com a rede de relações sociais estabelecidas e do tipo de vinculação com o mundo do trabalho em determinados momentos de sua história. Este caráter processual, além de permitir que entendamos a trajetória de indivíduos e grupos sociais da zona de integração até a de desfiliação, passando pela vulnerabilidade e assistência, possibilita que vislumbremos a possibilidade de se proporcionar condições para que estes façam o caminho inverso, ou seja, da desfiliação à integração, principalmente através do fortalecimento dos eixos que configuram a existência social.

Em um segundo momento, adotamos esta “lente” teórica para percorrer e discutir a literatura que aborda as crianças e adolescentes em situação de risco social e pessoal, especialmente daquelas que fazem das ruas seu espaço de sobrevivência. Para tanto, trouxemos uma breve retomada histórica das políticas públicas direcionadas a esta população, as quais determinam as características da zona de assistência. Neste contexto, destacamos a mudança no paradigma assistencial representado pela promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, ao entender a criança e o adolescente enquanto sujeitos de direitos e protagonistas de sua própria história.

Posteriormente, abordamos a adolescência, maternidade e paternidade entendidas enquanto construções sociais, compreendendo a adolescência enquanto período de transição entre a infância e a fase adulta e dependente do contexto histórico e

social no qual o indivíduo se desenvolve. A partir de tais preceitos, discutimos a questão da maternidade e da paternidade nesta fase da vida. A parentalidade na adolescência tem sido alvo de intensas ações nos serviços de saúde, sendo a concepção predominante nestas a que traz esta experiência enquanto um fator de risco seja biológico, psicológico ou social para o (a) jovem que a vivencia.

No entanto, percebemos que este discurso já tem sido pontuado como de cunho reducionista frente à complexidade que caracteriza esta experiência. Entendemos que a compreensão desta experiência perpassa pelo diálogo entre os discursos tradicionais da saúde e os processos de atribuição de sentidos trazidos por quem a vivencia, relacionados aos contextos sócio-históricos nos quais se inserem. A partir deste ponto de vista, foi possível percebermos na literatura, que a significação da gravidez na adolescência traz em si as contradições que caracterizam a existência social de diferentes sujeitos e grupos, não sendo passível de generalizações totalizantes e reducionistas deste fenômeno.

Considerando este referencial teórico e sustentados pela metodologia da pesquisa social estratégica de abordagem qualitativa, buscamos compreender os processos de atribuição de sentidos à maternidade e paternidade para jovens em situação de rua que vivenciam o processo de vulnerabilidade e desfiliação social. De uma forma geral, assim como acreditávamos e explicitamos em nossos pressupostos foi possível identificarmos as marcas do processo de vulnerabilidade/desfiliação social vivenciado por estas (es) jovens, que determinam seu modo de existência social. Através do diálogo entre o referencial de Castel (1994, 2004, 2005) e os dados empíricos, compreendemos os sentidos do processo de vulnerabilidade crescente que culminou na situação de desfiliação vivenciado pelos sujeitos de nossa pesquisa. Inicialmente destacamos a situação de vulnerabilidade a que estavam submetidos estes (as) jovens e suas famílias, marcadas pelo desemprego, miséria, violência e uso de substâncias, caracterizando um estado de fragilidade acentuada nos eixos do trabalho e da inserção relacional, que

culminaram na busca do espaço das ruas enquanto alternativa de sobrevivência, e na passagem da zona de vulnerabilidade para a desfiliação.

Em relação a esta passagem, percebemos que, conforme pontuado por Castel (2005) ela não se caracteriza enquanto definitiva. Uma vez que os sujeitos transitam entre uma zona e outra, sendo que no caso dos (as) participantes deste estudo, este trânsito se deu inicialmente da zona de vulnerabilidade que marcava a vida em família, para a zona de desfiliação no contexto das ruas e para a zona de assistência nos espaços institucionais. Salientamos que a possibilidade de transitar da desfiliação para a assistência, garantida pelo Estatuto da Criança e da Adolescente (BRASIL, 1990), caracteriza-se enquanto momentos de extrema importância em busca de alternativas à vida nas ruas, configurando-se as instituições de assistência, no caso deste estudo as casas de passagem, enquanto fator de fortalecimento no eixo da inserção relacional e mediadora do estabelecimento das relações no mundo do trabalho.

No entanto, percebemos a necessidade da discussão, de forma mais sistematizada as ações preconizadas pelas políticas públicas no que se refere à perda do direito a essa assistência que se dá quando o (a) jovem completa 18 anos, pois isto pode significar a permanência deste (a) na zona de desfiliação.

Além da presença das marcas da vulnerabilidade/desfiliação em todo o conteúdo de nossos dados, observamos também uma forte influência das relações de gênero, não somente nos aspectos relacionados à sexualidade/reprodução, mas também em relação à vida cotidiana. Percebemos, de uma forma geral, uma valorização dos padrões tidos como hegemônicos em nossa sociedade em relação à identidade masculina e feminina, embora também tenhamos percebido algumas nuances de transformações nestas concepções, pelo menos no nível do ideal.

Um aspecto que nos chamou a atenção, não por sua presença, mas principalmente por sua ausência nos discursos dos sujeitos, foi à referência à escola. Para os (as) participantes de nosso estudo a escola não se caracterizou enquanto fonte de referência, apesar de ser citada como um fator que possibilitaria um futuro melhor,

mas que não suscita o desenvolvimento de estratégias nos dias atuais para sua efetivação. É importante considerarmos o papel vital da escola enquanto vetor de fortalecimento na inserção relacional e no mundo do trabalho, e discutirmos estratégias que façam deste contexto um lugar desejado por estes (as) jovens.

Neste sentido, a adoção de metodologias de ensino, que extrapolem o ensino formal, que sejam direcionadas pela concepção da educação enquanto espaço de construção marcado pelo diálogo e pela valorização de diferentes saberes, pelas necessidades dos sujeitos em seus contextos reais de vida e pela aplicabilidade dos conhecimentos construídos neste processo na vida cotidiana, abordando de forma criativa os potenciais da infância e da juventude por meio de atividades nas quais estes sejam participantes ativos e não mero receptores de conhecimento, pode se configurar como uma alternativa viável em busca da inserção destes jovens no contexto escolar.

Ao caracterizarmos a situação de desfiliação vivenciada nas ruas percebemos que para estes (as) jovens, apesar de nos relatarem suas expectativas de futuro, marcadas por diferenças de gênero, conforme discutimos anteriormente, as possibilidades de grandes mudanças não lhe parecem reais, sendo o cotidiano marcado pela busca da sobrevivência diária, caracterizado muitas vezes pela repetição de atividades, atitudes e conceitos, sem que estes sejam avaliados e apropriados pelo sujeito. Assim, a “vida é vivida”, sem que os sujeitos assumam “as rédeas” de sua história, sendo o desenvolvimento de estratégias de empoderamento destes sujeitos considerados por nós, como um dos instrumentos que pode facilitar e estimular o “caminho de volta”, da desfiliação para a vulnerabilidade e quem sabe para a integração.

A adoção do empoderamento, conceito que surgiu em meados dos anos 70 nos Estados Unidos, como estratégia de ação, implica no reconhecimento da necessidade de se criar mecanismos que possibilitem a indivíduos e comunidades se tornem protagonistas de suas próprias histórias, ou seja, de oferecimento a esta população das ferramentas necessárias para o processo de negociação com aqueles que tomam as decisões, seja no nível micro ou macroestrutural (GOHN, 2004).

A construção deste processo perpassa por estratégias que implicam na construção de uma auto-imagem positiva, no desenvolvimento da habilidade para pensar criticamente, na construção da coesão de um determinado grupo social e na promoção da tomada de decisões. Em relação ao grupo participante do estudo, percebemos que o desenvolvimento de ações de empoderamento implica, principalmente, no enfrentamento dos processos de atribuição de sentidos em relação à violência e ao uso de substâncias, concomitante ao fortalecimento de sua participação nos eixos da inserção relacional e do mundo do trabalho.

Percebemos como a violência se faz presente em suas diferentes manifestações, e pela sua presença constante, na vida destes e destas jovens, é naturalizada, banalizada e valorizando enquanto forma de comunicação privilegiada. Neste sentido, acreditamos que o planejamento e o desenvolvimento de ações que possibilitem a estes sujeitos conhecerem, e, principalmente, vivenciarem outras formas de comunicação, por exemplo, através de diferentes manifestações artísticas que dialoguem com a sua cultura, se constituem como instrumentos importantes de empoderamento desta população.

Além disso, observamos a forte influência do uso de drogas como fator estruturante do cotidiano e limitante das possibilidades de escolhas para estes jovens. Acreditamos que o enfrentamento desta condição perpassa pela articulação de ações de saúde (reabilitação, redução de danos) com ações sociais que viabilizem a (ao) adolescente a vivência de experiências alternativas ao consumo de drogas, experiências estas que lhe proporcionem prazer, valorização de suas habilidades, reconhecimento social e que tenham potencial de atuarem como estruturantes do cotidiano em substituição às drogas. Neste sentido, o fortalecimento do eixo do trabalho pode se mostrar como uma das principais alternativas. No entanto, não podemos desconsiderar a situação vigente no mundo do trabalho, que tem no desemprego estrutural, uma de suas características marcantes, sendo que para populações com baixa capacitação e escolaridade, como os sujeitos de nossa pesquisa, esta situação se agrava. Acreditamos

que ações que busquem a entrada e permanência no mundo do trabalho através de metodologias como a economia solidária podem se mostrar como uma alternativa viável para esta população.

Quando direcionamos nossa atenção para os sentidos atribuídos à paternidade e maternidade para estes (as) adolescentes, conforme acreditávamos, percebemos que se caracterizam por sua complexidade, na qual aspectos individuais se interrelacionam com o contexto de vulnerabilidade/desfiliação vivenciado e com a forte influência das relações tidas como hegemônicas em nossa sociedade acerca destas experiências.

É importante pontuarmos que percebemos que as experiências de maternidade e paternidade ainda que não vivenciadas, em sua plenitude, por todos os sujeitos de nosso estudo, se caracterizaram enquanto experiências com grande potencial de significação, uma vez que fazem parte do cotidiano das ruas e representando, de uma forma geral, um fator que motiva a transição para a vida adulta. Percebemos, de um modo geral, que os (as) adolescentes trazem sentidos que associam a dimensão da sexualidade, reprodução e cuidado de crianças ao mundo da mulher, sendo ao homem reservado o papel de provedor material e moral da família.

Especificamente, através de um recorte de gênero, percebemos que estas experiências têm impacto, ou potencial de impacto, diferente na trajetória dos sujeitos de nossa pesquisa. Para as garotas, percebemos que a maternidade proporciona o fortalecimento do eixo da inserção relacional e impulsiona o trânsito da zona de desfiliação para a zona de vulnerabilidade. Este fortalecimento relacional se dá tanto pelo maior suporte e reconhecimento social oferecido à gestante e mãe, por instituições e/ou família, como pelo estabelecimento de uma relação afetiva com o filho. Uma vez na zona de vulnerabilidade, observamos que a maternidade pode impulsionar que a jovem busque a construção de outras alternativas de vida, relacionadas principalmente com a inserção no mundo do trabalho, atuando assim como fator propulsor para diminuição desta vulnerabilidade e talvez uma futura inserção social. Entendemos que ações de empoderamento, realizadas junto à jovens grávidas ou com filhos, para as quais muitas

vezes, ser mãe se caracteriza como um projeto de vida, tem um maior potencial de efetividade, quando comparadas com jovens não mães, em virtude de uma maior sensibilidade das mesmas à estas ações.

Por outro lado, percebemos que a paternidade para os garotos de nossa pesquisa, não se caracteriza como fator capaz de mobilizar, de forma efetiva, o trânsito da desfiliação para a vulnerabilidade. A partir dos discursos dos sujeitos de nossa pesquisa, percebemos que assumir a paternidade representa uma tarefa que somente é possível após a saída da zona de desfiliação, uma vez, que os sentidos atribuídos à função paterna perpassam principalmente pela função de provedor material, e isto implica na existência de uma vinculação mínima com o mundo do trabalho.

Conforme destacamos anteriormente não buscamos interpretações dos sentidos que podem ser generalizadas, nem mesmo em relação ao grupo de estudo como um todo, mas a partir da identificação de semelhanças e contradições, foi possível identificar alguns indícios, discutidos anteriormente, que facilitam a elaboração de estratégias de empoderamento direcionadas a esta população. Neste sentido, enfatizamos que estas ações de empoderamento implicam tanto em ações em nível individual, comunitário e de políticas públicas.

Em relação às limitações de nosso estudo, entendemos que apesar de associarmos diferentes métodos de coletas, nos deparamos com a impossibilidade de contrapormos o conteúdo das entrevistas com uma observação mais sistematizada do cotidiano destes sujeitos fora do contexto institucional. Considerando estes aspectos, acreditamos que a realização de pesquisas de natureza etnográfica, que acompanhem o dia a dia nas ruas junto a estes (as) jovens poderá trazer subsídios importantes para a compreensão de sua realidade.

5. Referências Bibliográficas

ABDELGALIL, S.; GURGEL, R. G. ; THEOBALD, S.; CUEVAS, L. E. Household and family characteristics of street children in Aracaju, Brazil. *Arch Dis Chil.* v. 89, p. 817-820, 2004.

ADORNO, R. C. F. *Capacitação solidária: um olhar sobre os jovens e sua vulnerabilidade social.* São Paulo: AAPCS, 2001. 87p.

AQUINO, E ; HEILBORN, M L; KNAUTH, D; BOZON, M; ALMEIDA, M C; ARAUJO, J; MENEZES, G. Adolescência e reprodução no Brasil: a heterogeneidade dos perfis sociais. *Cadernos de Saúde Pública.* v. 19 (supl. 2), p. 377-388, 2003.

AMAZARRAY, M. R.; MACHADO, P. S., OLIVEIRA, V. Z. GOMES, W. B. A experiência de assumir a gestação na adolescência: um estudo fenomenológico. *Psicologia: reflexão e crítica.* v.11, n. 3, p. 431-440, 1998.

ARIÈS, P. *História social da criança e da família.* 2ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.196p.

BADINTER, E. *Um amor conquistado: o mito do amor materno.* 9ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. 370p.

BELUZZO, L, VICTORINO, R C. A juventude nos caminhos da ação pública. *São Paulo em Perspectiva,* v. 18. n. 4, p. 8-19, 2004

BORGES, I. K. *Representações sociais de DST/AIDS para adolescentes de uma instituição abrigo com experiência pregressa de vida nas ruas da cidade de Goiânia.* 2004.128p. Dissertação (Mestrado em Enfermagem). Faculdade de Enfermagem, Universidade Federal de Goiás.

BORGES, I K; MEDEIROS, M. Representações sociais de DST/AIDS para adolescente de uma instituição abrigo com experiência pregressa de vida nas ruas da cidade de Goiânia. *DST. J. Brás. Doenças Sex. Transm.* v. 16, n. 4, p. 43-49, 2004.

BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília: Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Departamento da Criança e do Adolescente, 2004.

BUTLER, U.; RIZZINI, I. Young people living and working on the streets of Brazil: revisiting the literature. *Children, Youth and Environments.* v.13, n. 1, 2003. Disponível em <http://colorado.edu/journals/cye>. Acesso em 12 fevereiro 2006.

BURSZTYN, M. Da pobreza à miséria, da miséria à exclusão: o caso das populações de rua. In: BURSZTYN, M. *No meio da rua: nômades, excluídos e viradores.* Rio de Janeiro: Garamond, 2000, p. 27-55.

CABRAL, C. S. Gravidez na adolescência e identidade masculina: repercussões sobre a trajetória escolar e profissional do jovem. *Revista Brasileira de Estudos de População*. v.19, n.2, p. 179-195, jul/dez 2002.

CABRAL, C. S. Contracepção e gravidez na adolescência na perspectiva de jovens pais de uma comunidade favelada do Rio de Janeiro. *Cadernos de Saúde Pública*, v.19 (supl.2), p. 283-292, 2003.

CALLIGARIS, C. *A Adolescência*. São Paulo: Publifolha, 2000. 81p.

CALIL, M.I. De menino de rua a adolescente: análise sócio-histórica de um processo de ressignificação do sujeito. In: OZELLA, S.(org). *Adolescências construídas: a visão da psicologia sócio-histórica*. São Paulo: Cortez, 2003, p. 137-166.

CÂMARA, M. F. B. *Aparato de Apoio Social à Juventude: reflexões acerca do discurso intersectoral*. 2003.164p. Dissertação (Mestrado em Enfermagem). Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo.

CAMPOS, D. M S. *Psicologia da Adolescência*. 19ª ed. Petrópolis; Vozes, 2002. 157p.

CAMPOS, A.; POCHMANN, M.; AMORIM, R. ;SILVA. R. *Atlas de exclusão social no Brasil*. Vol 2 . 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2004. 168p.

CARDOSO, E. B.; DURAND, V. Gravidez na Adolescência. In: GICO, V.; SPINELLI, A.; VICENTE, P. *As Ciências Sociais: Desafios do Milênio*. Natal: EDUFRN, 2001. p 649-667.

CARREIRÃO, U. L. Modalidades de abrigo e a busca pelo direito à convivência familiar e comunitária. In: SILVA, E. R. A. *O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil*. Brasília: IPEA/CONANDA, 2004, p.303-324.

CARVALHO, M. C. B. *A Família Contemporânea Em Debate*. 2ª ed. São Paulo: EDUC/Cortez, 1997. 124p.

CASTEL, R. Da indigência à exclusão, a desfiliação. Precariedade do trabalho e vulnerabilidade relacional. In: LANCETTI, A (org.) *SaúdeLoucura*, n.4, São Paulo: Hucitec, 1994, p. 21-48.

CASTEL, R. As armadilhas da exclusão social. In: CASTEL, R.; WANDERLEY, L., BELFIORE-WANDERLEY, M. *Desigualdade e a Questão Social*. 2ª ed. São Paulo: Educ, 2004, p.17-50.

CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. 5ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2005. 611p.

CÉSAR, M. R. A. *A invenção da adolescência no discurso psicopedagógico*.1998. 145p. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas.

CHAVES, S. I. ; MOYSES, A. FREITAS, M. S. *Um estudo sobre a pobreza: políticas e perspectivas em Goiânia*. Goiânia: FUMDEC, 2006. 78p.

CAEC. Care of Adolescent Parents and their Children . *Pediatrics*. v 107, n. 2, p.429-434, fev/2001.

CORRÊA, Á. C. P. *Paternidade na adolescência: vivências e significados no olhar de homens que a experimentaram*. 2005. 140p. Tese (Doutorado em Enfermagem). Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo. Ribeirão Preto, 2005

COSTA, L. F.; BRANCO, M. H.C., ALVES, A M. O; CRUZ, T. S. A contribuição da Terapia Ocupacional com gestantes adolescentes na maternidade Cândido Mariano em Campo Grande. *Anais do VII Congresso Brasileiro de Terapia Ocupacional*. Porto Alegre, 2001, p. 17

COSTA, R. G. Reprodução e gênero: paternidades, masculinidades e teorias da concepção. *Estudos Feministas*. Ano 10, p. 339-355, 2002

CRUZ NETO, O. C. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, M. S.; DESLANDES, S. F.; CRUZ NETO, O.; GOMES, R. *Pesquisa social: teoria método e criatividade*. 21ª ed. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 51-66

CRUZ NETO, O. C.; SOUZA, E. R.; ASSIS, S. G. Rede familiar: a reconstrução pela desconstrução. In; MYNAIO, M. C. S. *O limite da exclusão social: meninos e meninas de rua no Brasil*. São Paulo/Rio de Janeiro: Editora Hucitec-Abrasco, 1993, p. 65-96.

DAMATTA, R. *A Casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. 163p.

DATASUS. Estimativas populacionais para 2007. Disponível em : <http://w3.datasus.gov.br/datasus/datasus.php?area=359A1B379C6D0E0F359G23H011Jd6L26MON&VInclude=../site/insaude.php&VObj=http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/defthtm.exe?ibge/cnv/pop> . Acesso em 11/01/2007a.

DATASUS. Informações em saúde- nascidos vivos. Disponível em <http://w3.datasus.gov.br/datasus/datasus.php?area=359A1B378C5D0E0F359G22H011Jd5L25MON&VInclude=../site/insaude.php&VObj=http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/defthtm.exe?sinasc/cnv/n> v Acesso em 11/01/2007b

DESLANDES, S. F.; ASSIS, S. G. Abordagens quantitativa e qualitativa em saúde: o diálogo das diferenças. In: MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F. *Caminhos do pensamento; epistemologia e método*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002, p. 195-221.

DESLANDES, S.F. Drogas e Vulnerabilidade às Violências. In: MINAYO, M.C.S.; RAMOS, E. *Violência sob o olhar da saúde: a infrapolítica da contemporaneidade brasileira*. Rio de Janeiro : Fiocruz, 2003. p. 243-268

DEL PRIORI, M. *História da criança no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991. 176p.

DIOGENES, G. A cidade e a casa: exclusão e violência na infância. *Núcleo Cearense de Estudos e Pesquisas sobre a criança*. Fortaleza: UFC, 1994, p.133-149.

DONZELOT, J. *A polícia das famílias*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986 . 210 p.

DÓRO, A. C. A. O. *Investigação sobre a percepção de adolescentes acerca da sexualidade e fertilidade sob o enfoque de gênero*. 2003. 103p. Tese (Doutorado em Saúde Pública). Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo.

EL-KHATIB, U. *Crianças e Adolescentes em situação de risco pessoal e social: que problema é esse?* 2001.130p. Tese (Doutorado em Saúde Materno-Infantil). Faculdade de Saúde Pública. Universidade de São Paulo.

FAVERO, M. H.; MELLO, R. M. Adolescência, Maternidade e vida escolar: a difícil conciliação de papéis. *Psicol. Teor. Pesquisa*. v.13, n. 1, p. 131-136, jan-abr 1997.

FENELON, G. M; MARTINS, L. CH.; DOMINGUES, M. H. M S . *Meninas de rua: uma vida em movimento*. Goiânia: Cegraf, 1992. 140p.

FERREIRA, R. A. ; ROMANINI, M. A. V.; MIRANDA, S. M.; BEIRÃO, M. M. V. Adolescente: particularidades de seu atendimento. In: LEÃO, E.; CORRÊA, E. J.; VIANA, M. B.; MOTA, J. *Pediatria ambulatorial*. 3ª ed. Belo Horizonte: Coopmed Editora Médica, 1998, p.115-126.

FEIJÓ, M. C. C. *Raízes da violência: a importância da família na formação da percepção, da motivação e da atribuição de causalidade de adolescentes infratores e se seus irmãos não infratores*. 2001. 239p. Tese (Doutorado em Ciências- Saúde Pública). Escola Nacional de Saúde Pública.

FEIJÓ, M. C.; ASSIS, S. G. O contexto de exclusão social e de vulnerabilidade de jovens infratores e de suas famílias. *Estudos de Psicologia*, v. 9, n. 1, 2004, p. 157-166.

FOLLE, E.; GEIB, L. T. C. Representações sociais das primíparas adolescentes sobre o cuidado materno ao recém-nascido. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, v. 12, n. 2, p. 183-190, março-abril 2004.

FONSECA, C. Ser mulher, mãe e pobre. In: DEL PRIORY, M. *História das mulheres no Brasil*. 2ª Ed. São Paulo: Contexto, 1997, p.510-553.

FREITAS, G. C. *Alimentação e condições de vida: significados e relações para adolescentes com experiência de vida nas ruas*. 2004. 163 p. Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde). Programa Multinstitucional de Pós Graduação em Ciências da Saúde- Convênio Rede Centro-Oeste (UnB/UFG/UFMS). Goiânia.

GALHEIGO, S.M. O social: idas e vindas de um campo de ação em Terapia Ocupacional. In: PÁDUA, E M M; MAGALHAES, L. M. *Terapia Ocupacional: teoria e prática*. São Paulo: Papyrus, 2003.

GALHEIGO, S. M. Occupational therapy and the social field: clarifying concepts and ideas. In: KRONENBERG, F.; ALGDO, S. S; POLLARD, N. *Occupational Therapy without borders: learning from the spirit of survivors*. Edinburg: Elsevier, 2006, p.87-98.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas da Pesquisa Social*. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1999. 206p.

GOHN, M G. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. *Saúde e Sociedade*, v. 13, n. 2, p. 20-31, 2004.

GOMES, R. *O Corpo na Rua e o Corpo da Rua: a prostituição infantil feminina em questão*. São Paulo: Unimarco Editora, 1996. 284p.

GOMES, R.; FONSECA, E M G O, VEIGA, A J M O. A visão da pediatria acerca da gravidez na adolescência: um estudo bibliográfico. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, v 10, n. 3, p. 408-414, maio/junho, 2002.

GOMES, M. A.; PEREIRA, M. L. Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas. *Revista C S Col*, v. 10, n. 2. p 357-363, 2005.

GOMES, R.; SOUZA, E. R.; MINAYO, M. C. S.; MALAQUIAS, J. V.; SILVA, C. F. R. Organização, processamento, análise e interpretação de dados: o desafio da triangulação. In: MINAYO, M C S.; ASSIS, S G; SOUZA, E R. *Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005, p.185-222.

GOMES, R. Análise e Interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In: MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F.; GOMES, R. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 25ª Ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2007, p.79-108.

GONTIJO, D. T.; MEDEIROS, M. Gravidez/maternidade e adolescentes em situação de risco social e pessoal: algumas considerações. *Revista Eletrônica de Enfermagem*. v. 06, n. 3, p. 394-399, 2004. Disponível em www.fen.ufg.br.

GONTIJO, D. T.; MEDEIROS, M. "Tava morta e revivi": significado de maternidade para adolescentes com experiência de vida nas ruas. *Cadernos de Saúde Pública* (no prelo). 2007a

GONTIJO, D. T.; MEDEIROS, M. Crianças e adolescentes em situação de rua: contribuições para a compreensão dos processos de vulnerabilidade e desfiliação social. *Revista Ciência e Saúde Coletiva*. Disponível em http://www.abrasco.org.br/cienciaesaudecoletiva/artigos/artigo_int.php?id_artigo=316. Acesso em 29 setembro 2007b.

GHIRARDI, M. I. G.; LOPES, S. R., BARROS, D. D. , GALVANI, D. Vida na rua e cooperativismo: transitando pela produção de valores. *Interface. Comunic. Saúde, Educ.*. v. 9, n. 18, p. 601-610, set/dez 2005.

GRACIANI, M. S. S. *Pedagogia Social de Rua*. 4ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2001.325p.

GREENE, J. M.; RINGWALT, C. L. Pregnancy among three national samples of runaway and homeless youth. *Journal of Adolescent Health*, v. 23, n. 6, p. 370-377, 1998.

GREGORI, M. F.; SILVA, C. A. *Meninos de Rua e instituições: tramas, disputas e desmanche*. São Paulo: Contexto, 2000.136p.

HANNA, B. Negotiating motherhood: the struggles of teenage mothers. *Journal of Advaned Nursing*. v. 34, n. 4, p. 456-464, 2001.

HEILBORN, M. L., SALEM, T., ROHDEN, F., BRANDÃO, E., KNAUTH, D., VICTORA, C.; AQUINO, E.; McCALLUM, C.; BOZON, M. Aproximações socioantropológicas sobre a gravidez na adolescência. *Horizontes antropológicos*, ano 8, n. 17, p. 13-45, 2002.

IBGE. *Síntese dos Indicadores Sociais 2006*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicadores2006/default.shtm>. Acesso em 07 de janeiro de 2007

IBGE. *Pesquisa Mensal de Emprego*. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=959&id_pagina=1. Acesso em 26 agosto 2007b.

JEWELL, D. TACCHI, J.; DONOVAN, J. Teenage pregnancy: whose problem is it? *Family Practice*. v. 17, n. 6, p. 522-529, 2000.

JOFFILY, S. M. L. C.; COSTA, L. F. *É possível prevenir gravidez na adolescência?* Disponível em www.psicologia.com.pt. Acesso em 26 dezembro 2006.

JUSTO, C. S. S. *Os meninos fotógrafos e os educadores: viver na rua e no Projeto Casa*. São Paulo: Editora Unesp, 2003. 238p.

KALOUSTIAN S.M.; FERRARI M. *Família brasileira, a base de tudo*. São Paulo: Cortez-Unicef, 1994. 184p.

KIDD, S. A. Youth homelessness and social stigma. *Journal Youth Adolescence*.v. 36, p. 291-299, 2007,

KIMURA, A. F. A construção da personagem mãe: construções teóricas sobre identidade e papel materno. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*. v. 31, n. 2, p. 339-343, 1997.

KLIMA, C. S. Centering Pregnancy: a model for pregnant adolescent. *Journal of Midwifery & Women's Health*. v 48. n.3, p. 220-227, maio/junho, 2003.

KNOBEL, M. Síndrome da Adolescência Normal. In: ABERASTURY, A. & KNOBEL, M. *Adolescência normal: um enfoque psicanalítico*. 10ª ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992. p.24-87.

KREUTZ, C. M. *A experiência da maternidade e a interação mãe-bebê em mães adolescentes e adultas*. 2001. 152p. Dissertação (Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento). Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

LEAL, G. F. A noção de exclusão social em debate: aplicabilidade e implicações para a intervenção prática. *XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais- ABEP*. Caxambu, setembro de 2004. Disponível em : www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_abep/PDF/ABEP2004_42.pdf. Acesso em 07 janeiro 2007.

LEE, B. A. ; SCHERECK, C. J. Danger on streets.: marginality and victimization among homeless people. *American Behavioral Scientist*, v. 48, n. 8, p. 1055-1081, abril 2005.

LESCHER, A. D.; GRAJGER, B.; BEDOIN, G.; AZEVEDO, L. M.; SILVA, L. N.; PERNAMBUCO, M. C. A.; CARNEIRO JUNIOR, N. *Crianças em situação de risco social; limites e necessidades da atuação do profissional de saúde*. 2004. Disponível em < www.projetoquixote/textos/pdf > Acesso em 03 fevereiro 2005.

LEVANDOWSKI, D. C. Paternidade na adolescência: uma breve revisão da literatura internacional. *Estudos de Psicologia*. v. 6, n. 2, p. 195-209, 2001.

LOPES, C. R. Movimento contra as iniquidades. *Radis: comunicação em saúde*. n. 45, p. 10-11, 2006.

LOURO, G. L. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1999. 111p.

LOPES, R. E.; BORBA, P. L. O.; TIY, T. A. M. Um olhar sobre as trajetórias, percursos e histórias de mulheres em situação de rua. *Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar*. v. 11, n. 1, p.38-53, 2003.

LUSK, M. W. Street children of Rio de Janeiro. *International Social Work*, v.35, p. 293-305, 1992.

LUZ, A. M. H. I. *Mulher adolescente: sexualidade, gravidez e maternidade*. Porto Alegre: Edipucrs, 1999. 234p.

LYRA, J. A construção social da invisibilidade dos pais adolescentes nos dados demográficos. *XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP*. 1998a. Disponível em : www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/PDF/1998/a158.pdf. Acesso em 12 setembro 2006.

LYRA, J. Paternidade adolescente: da investigação à intervenção. In: ARILHA, M; RIDENTI, S G. U, MEDRADO, B. *Homens e Masculinidades: outras palavras*. São Paulo: Ecos, 1998b, p.185-214.

MACIEL, C.; BRITO, S., CAMINO, L. Explicações das desigualdades sociais: um estudo com meninos em situação de rua em João Pessoa. *Psicol. Reflex. Crít.* v. 11, n. 2. p. 209-232, 1998.

MALFITANO, A. P. S.; LOPES, R. E. A Busca de Métodos para a Construção de um Paradigma de Casa com Crianças e Adolescentes em Situação de Rua – o Abrigo AFAGAI. 2003. *Anais do V SEMPE - Seminário de Metodologia para Projetos de Extensão no Nordeste*. Disponível em : <http://rtprac.prac.ufpb.br/sempe/vsempeanais/Anais/Direitos%20Humanos%20e%20Cidadania/paradigma.doc>. Acesso em 19 outubro 2004.

MARTINS, P. O., TRINDADE, Z. A. ;ALMEIDA, Â. M .O. O ter e o ser: representações sociais da adolescência entre adolescentes de inserção urbana e rural *Psicol. Reflex. Crit.*, v.16, no.3, p.555-568, 2003.

MAZZEI, A. M. D. *A integração possível: análise das variáveis de vinculação/desvinculação de crianças e adolescentes em suas comunidades de origem*. 2002.132p. Dissertação. (Mestrado em Saúde Pública). Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro.

MEADOWS-OLIVER, M. Homeless Adolescent Mothers: a metasynthesis of their life experiences. *Journal of Pediatric Nursing*, v. 21, n. 5, p. 340-349, 2006.

MEDEIROS, M. *Percepções dos atores sociais que coordenam programas de atenção às crianças e aos adolescentes em situação de rua no município de Ribeirão Preto (SP)*. Ribeirão Preto, 1995, Dissertação (Mestrado em Enfermagem). Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo.

MEDEIROS, M. FERRIANI, M. G. C. F. Programas de atenção às crianças e adolescentes em situação de rua: perspectivas de seus coordenadores. *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano*. v. 5, n. ½, p.48-59, 1995.

MEDEIROS, M. *Olhando a lua pelo mundo da rua; representações sociais da experiência de vida de meninos em situação de rua*. 1999, 152p. Tese (doutorado em Enfermagem). Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo. São Paulo.

MEDEIROS, M.; FERRIANI, M. G. C.; MUNARI, D. B.; GOMES, R. A sexualidade para o adolescente em situação de rua em Goiânia. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*. v.9, n.2, p. 35-41, março 2001.

MEDEIROS, M.; FERRIANI, M. G. C.; GOMES, R.; MUNARI, D. B. O significado de casa e rua para meninos com experiência de vida nas ruas: em busca de uma compreensão sobre as implicações para a saúde. *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano*. v. 12, n. 2, p. 1-12, 2002.

MELO, E. M. ;MELO, M. A. M. ;PIMENTA, S. M. O. ;LE MOS, S. M. A.; CHAVES, A. B. ;PINTO, L. M. N. A violência rompendo interações. As interações superando a violência. *Revista Brasileira Saúde Materno-Infantil*. v. 7.n 1. p. 89-98, Jan./mar.2007.

MEDRADO, B. Homens na arena do cuidado infantil: imagens veiculadas pela mídia. In: ARILHA, M., RIDENTI, S. ;MEDRADO, B. *Homens e masculinidades: outras palavras*. São Paulo: ECOS/Ed. 34, 1998, p. 145-161.

MINAYO, M. C. S. *O limite da exclusão social: meninos e meninas de rua no Brasil*. São Paulo/Rio de Janeiro: Editora Hucitec-Abrasco, 1993. 125p.

MINAYO, M. C. S. Quantitativo e qualitativo em indicadores de saúde: revendo conceitos. In: LIMA, E.; COSTA, M. F. F.; SOUSA, R. P. Qualidade de vida: compromisso histórico da epidemiologia . *Anais do II Congresso Brasileiro de Epidemiologia*. Belo Horizonte, 1994, p. 25-33

MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 6ª ed. São Paulo, Rio de Janeiro: Abrasco/Hucitec, 1999. 270p.

MINAYO, M C S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 9ª Ed. São Paulo, Rio de Janeiro: Abrasco/Hucitec, 2006, 406p.

MOREIRA, M. I. C. Laços familiares e laços geracionais: uma reflexão sobre a gravidez entre mulheres adolescentes. In: SOUSA, S. M. *Infância e Adolescência: múltiplos olhares*. Goiânia, Editora UCG, 2003, p. 113-144

NASCIMENTO, Pedro. *O sexo dos homens: vulnerabilidade e prevenção às DST/AIDS*. Disponível em www.ufpe.br/papai. Acesso em 03 janeiro 2007.

NEISTADT, M. E.; CREPEAU, E. B. *Terapia Ocupacional*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002, 859p.

NEIVA-SILVA, L. *Expectativas futuras de adolescentes em situação de rua: um estudo autofotográfico*. 2003. 176 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Instituto de Psicologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

NOTO, A. R.; GALDURÓZ, J. C. F.; NAPPO, S. A.; FONSECA, A. M.; CARLINI, C. M. A.; MOURA, Y. G.; CARLINI, E. A. *Levantamento nacional sobre o uso de drogas adolescentes em situação de rua nas 27 capitais brasileiras*. Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas. Universidade Federal de São Paulo, 2003. 247p.

OLIVEIRA, N. R. *Perfis de grávidas e mães adolescentes: estudo psicossocial de adolescentes usuárias de um serviço público de pré-natal e maternidade*. 1999. Tese (Doutorado em Psicologia). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo.

OLIVEIRA, N. R. *Gravidez e Maternidade de adolescentes de periferias sociais e urbanas: reflexões à luz da Psicologia Ambiental*. Relatório de Pesquisa (pós doutorado) Departamento Materno Infantil, Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, 2002.

OUTEIRAL, J. *Adolescer: estudos revisados sobre adolescência*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Revinter, 2003. 147p.

PANTOJA, A L N. "Ser alguém na vida: uma análise sócio-antropológica da gravidez/maternidade na adolescência em Belém do Pará, Brasil. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 19 (supl. 2), p. S335-S343. 2003.

PELEGRINI FILHO, A. P. Compromisso com a ação. *Radis: comunicação em saúde*. v.47, p.12-14, 2006.

PIMENTEL, A. M. Uma proposta de atuação do terapeuta ocupacional na atenção à criança e ao adolescente nas unidades da Fundação Cidade Mãe. *Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo*. v. 11, n.2/3, p. 95-100, mai/dez 2000.

PINHEIRO, V. S. Repensando a maternidade na adolescência. *Estudos de Psicologia*, v. 5 ,n.1, p. 243-251, 2000.

PIROTTA, K. C. M. *Não há guarda-chuva contra o amor: estudo do comportamento reprodutivo e de seu universo simbólico entre jovens universitários*. Tese (Doutorado em Saúde Pública). 2002.317p.Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo.

PORTO, J. R. R. ; LUZ, A. M. H. Percepções da adolescente sobre a maternidade. *Revista Brasileira de Enfermagem*, v.55, n.4, p.384-391. jul-ago.2002.

PREFEITURA DE GOIANIA. *Mapa da Exclusão/Inclusão social de Goiânia*. Goiânia: Prefeitura de Goiânia, 2004 ,128p.

REIS, A. O. A.; ZIONI, F. O lugar do feminino na construção do conceito de adolescência. *Revista de Saúde Pública*. v. 27, n. 6, p. 472-477, dez. 1993.

RIBEIRO, M. O. A rua: um acolhimento falaz às crianças que nela vivem. *Revista Latino-Americana Enfermagem*. v. 11, n. 5, p. 622-629, set/out. 2003.

RIGATO, F. D. *Descrição do perfil sócio-demográfico e avaliação de comportamentos de risco de crianças e adolescentes atendidos pelo Projeto Quixote*. 2002. Dissertação (Mestrado em Medicina). Escola Paulista de Medicina, Universidade Federal de São Paulo.

RIZZINI, I. ; BARKER, G.; CASSANIGA, N. Políticas sociais em transformação: crianças e adolescentes na era dos direitos. *Educar em Revista*. v. 15, 1999. Disponível em < <http://calvados.c3sl.ufpr.br/educar/viewarticle.php?id=32&layout=abstract>. Acesso em 10 março 2004.

ROBERTSON, M. J. Homeless women with children: the role of alcohol and other drug abuse. *American psychologist*. v. 46. n. 11, p. 1198-1204, nov. 1991.

ROMANELLI, G. Autoridade e poder na família. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant. *A família contemporânea em debate*. 3ª ed. São Paulo: Educ, 2000, p. 65-80.

ROSA, A. S.; CAVICCHIOLI, M. G. S.; BRETAS, A. C. P. O processo saúde-doença-cuidado e a população em situação de rua. *Revista Latino Americana de Enfermagem*, v. 13, n, 4, p. 576-582, julho-agosto 2005.

ROSISTOLATO, R. P. R. O projeto AIDS: Classificações de gênero, adolescência e sexualidade em uma escola carioca. *Revista Enfoques*, v 3, n. 1, 2004. Disponível em: <http://www.enfoques.ifcs.ufrj.br/index02.html>. Acesso em 13 dezembro 2006.

SANCHEZ, A. I. M.; BERTOLOZZI, M. R. Pode o conceito de vulnerabilidade apoiara construção do conhecimento em Saúde Coletiva? *Revista C S Col* (periódico na internet) 2006 (citado em outubro de 2006) (cerca de 15 p.) Disponível em: <http://www.cienciaesaudecoletiva.com.br>.

SANTANA, J. P. *Instituições de atendimento a crianças e adolescentes em situação de rua: objetivos atribuídos por seus dirigentes e pelos jovens atendidos*. 2003. 114p. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Instituto de Psicologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.

SANTOS, B. R. Cronologia histórica das intervenções na vida de crianças e adolescentes pobres no Brasil (do infante exposto ao cidadão-criança). *Estudos*. v 31, p.11-44, dez 2004.

SANTOS, S. R.; SCHOR, M. H. C. Vivências da maternidade na adolescência precoce. *Revista de Saúde Pública*. v. 37, n. 1, p. 15-23, fev. 2003.

SARTI, C. A continuidade entre casa e rua no mundo da criança pobre. *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano*. v 5, n. ½, p. 39-47, 1995.

SARTI, C. A. *A família como espelho: um espelho sobre a moral dos pobres*. São Paulo: Autores Associados, 1996. 115p.

SCOTT, J. W. El gênero: uma categoria útil para el análisis histórico. In: LAMAS, M. *El gênero: La construcción cultural de La diferencia sexual*. México: PUEG, 1996, p.265-302.

SENA, C. S. *Relatório de pesquisa "Uso de drogas e exposição à DST entre crianças e adolescentes em situação de rua em Goiânia, GO!"*. Pesquisa realizada em Goiânia pela Secretaria Municipal de Saúde-Sociedade Cidadão 2000- em convênio com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Goiânia, dez 2000.

SVENSSON, R. Gender differences in adolescent drug use: the impact of parental monitoring and peer deviance. *Youth & society*, v. 34, n. 3, p.300-329, mar 2003.

SILVA, E. R. A. *Levantamento nacional dos Abrigos para crianças e adolescentes da rede de serviço de ação continuada (SAC)*. Relatório de Pesquisa no 1. Brasília: IPEA, 2003.

SILVA, E. R. A. *O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil*. Brasília: IPEA/CONANDA, 2004

SILVA, E.; MOTTI, A. *Estatuto da criança e do adolescente, uma década de direitos: avaliando resultados e projetando o futuro*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2001. 217p.

SILVA, M. M. *Criança e Adolescente em situação de rua*. 2002. Monografia (Graduação em Direito) Universidade Católica de Goiás, Goiânia. Disponível em <<http://www.ucg.br/nepjur/pdf/criancaeadolescenteemsituacaoderua.pdf>> Acesso em: 14 jul. 2005.

SILVA, S. P. *A relação amorosa no cotidiano do adolescente: fragmentos e tramas de sedução*. 2001. 206p. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas.

SOCIEDADE CIDADÃO 2000. *Pelos Direitos da criança e do adolescente- coordenação de planejamento* (divulgação interna). Goiânia, 2007a .

SOCIEDADE CIDADÃO 2000. *Atividades Desenvolvidas pela sociedade cidadão 2000*. (divulgação interna), Goiânia, 2007b.

SOUZA NETO, J. C. S. *Crianças e adolescentes abandonados: estratégias de sobrevivência*. 2ª ed. São Paulo: Arte Impressa, 2002. 192p

SPEAR, H. J.; LOCK. S. Qualitative research on adolescent pregnancy: a descriptive review and analysis. *Journal of Pediatric Nursing*.v.18, n. 6, p. 397-408, dez. 2003.

SZAPIRO, A. M. ; FÉRES-CARNEIRO, T. Construções do feminino pós anos sessenta: o caso da maternidade como produção independente. *Psicol. Reflex. Crit*. v.15, n.1, p. 179-188, 2002.

TEIXEIRA, E. T. N. *Adiamento da maternidade: ser mãe depois dos 35 anos*. 1999. 77p. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública.

TIENE, I. *Mulher moradora na rua: entre vivências e políticas sociais*. Campinas: Alínea Editora, 2004. 172p.

TRAVERSO-YEPES, M. A.; PINHEIRO, V. S. Socialização de gênero e adolescência. *Estudos feministas*. v. 13, n. 1, p. 147-162, jan/abr. 2005

TRINDADE, Z. A. As representações sociais e o cotidiano: a questão da maternidade e da paternidade. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 9, n. 3, p. 535-546, 1993.

TRINDADE, Z. A. Pais Adolescentes: vivência e significação. *Estudos de Psicologia*. v. 7,n. 1, p. 15-23, 2002.

TRINDADE, E.; BRUNS, M. A. T. *Adolescentes e paternidade: um estudo fenomenológico*. Ribeirão Preto: Holos Editora, 1999. 83p.

TYLER, K. A. A qualitative study of early family histories and transitions of homeless youth. *Journal of Interpersonal violence*. v.21, n. 10, p. 1385-1393,2006.

VARANDA, W.; ADORNO, R. C. F. Descartáveis urbanos: discutindo a complexidade da população de rua e o desafio para políticas de saúde. *Saúde e Sociedade*, v. 13, n. 1, p. 56-69, jan-abr 2004.

VELOSO, R. Relações de Gênero: notas introdutórias. *Enfoques*. v. 2, n.1, jul 2003. Disponível em: <http://www.enfoques.ifcs.ufrj.br/index03.html> . Acesso em 15 outubro 2006.

WAGNER, K. D.; BERENSON, A., HARDING, O.; JOINER, T. Attritional style and depression in pregnant teenagers . *AM J Psychiatry*, p. 155-159, set 1998.

WEIL, P.; TOMPAKOW, R. *O corpo fala: a linguagem silenciosa da comunicação não verbal*. 41^a ed. Petrópolis: Vozes, 1986

7. Anexos

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidada(o) a participar do estudo sobre o significado da maternidade e paternidade para adolescentes. Após ter sido esclarecida(o) sobre as informações a seguir, e no caso de aceitar fazer parte da pesquisa, assine ao final este documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. Em caso de dúvida sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com a pesquisadora Daniela Tavares Gontijo pelo telefone 062-81143858 ou no endereço: : Rua 24 n. 425 apto 102 Bloco Água Marinha, setor central, Goiânia.

A pesquisa tem como objetivo conhecer qual(is) o(s) significado de ser mãe ou pai para adolescentes que tenham vivido nas ruas por algum tempo e é muito importante para que se tenha dados que trazem o ponto de vista das(os) adolescentes e, desta forma, possa contribuir na elaboração de programas de saúde direcionadas para estas(ES) adolescentes.

A sua participação constará em responder a uma entrevista que será realizada pela pesquisadora, em um horário e local agendado de acordo com a sua disponibilidade. Esta entrevista será gravada e depois transcrita para o papel pela mesma pesquisadora. Em todos os momentos, será garantido o seu anonimato, ou seja, em hipótese alguma será divulgado seu nome ou qualquer informação que possa te identificar.

Esta pesquisa não vai trazer nenhum risco à sua saúde física ou mental, pois na entrevista lhe serão feitas perguntas sobre o que você pensa e como age no seu dia-a-dia.

Você poderá deixar o estudo a qualquer momento, antes ou depois da entrevista, sendo que esta decisão não lhe trará nenhum prejuízo.

A sua participação é voluntária, assim sendo você não receberá nenhuma quantia em dinheiro para participar e nem terá qualquer tipo de gastos com esta.

Daniela Tavares Gontijo

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO DA PESQUISA

Eu, _____, RG _____, CPF _____, abaixo assinado, concordo em participar do estudo “ *O significado da maternidade e paternidade para adolescentes com experiência de rua*”, como sujeito. Fui devidamente informado e esclarecido pela pesquisadora Daniela Tavares Gontijo sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve à qualquer penalidade.

Goiânia, _____ de _____ de 2004

Nome e assinatura do sujeito: _____

Pesquisador: Daniela Tavares Gontijo _____

Presenciamos a solicitação de consentimento, esclarecimento sobre a pesquisa e aceito do sujeito em participar.

Testemunhas:

Nome: _____ Ass. _____

Nome: _____ Ass. _____

Anexo 3: Conhecendo um pouco mais dos(as) adolescentes que fizeram parte deste estudo

F1, sexo feminino, 16 anos é mãe de uma garota de 10 meses de idade. A adolescente alterna períodos na casa da avó adotiva/companheiro e nas ruas desde os 5 anos de idade. Iniciou a trajetória para as ruas em companhia da mãe biológica, sendo que a adolescente representa a 4ª geração de uma família que vive em situação de rua em Goiânia /Trindade. Relata uso de substâncias psicoativas, principalmente bebida alcoólica, e envolvimento em episódios de violência auto e heteroagressividade. A adolescente nos conta que a filha é fruto da quarta gravidez, sendo que as três gestações anteriores culminaram em abortos que ocorreram em brigas nas ruas. A filha atualmente encontra-se com o pai, companheiro da adolescente há 5 anos, que tem histórico de uso de drogas mas não de vida nas ruas. Durante a entrevista, na qual a adolescente se mostrou bastante disponível, nos chamou a atenção a forma como ela se refere a acontecimentos caracterizados por uma extrema violência, ficando nítida a significação destes episódios como algo presente, e tidos como naturais e banais em sua vida.

F2, sexo feminino, 14 anos, é proveniente de Brasília e encontra-se em situação de rua desde os 12 anos. Aos 12 anos foi encaminhada para um abrigo, como medida de proteção, em virtude de atos violentos do padrasto. A adolescente relata que no abrigo conheceu algumas meninas que tinham experiência de vida nas ruas, sendo então influenciada por elas. Já veio diversas vezes de Brasília para Goiânia de carona em companhia de outras meninas. Durante a entrevista a adolescente manteve-se retraída, limitando-se a responder as nossas perguntas de forma direta e sem muitas explicações.

F3, sexo feminino, 14 anos, proveniente de Brasília, veio para Goiânia de carona. Relata que desde os 8 anos de idade frequenta as ruas. A adolescente nos conta que após a

morte de seu pai biológico foi adotada por um homem que a estuprou. Desde então, alterna períodos em lares adotivos e nas ruas, sendo que ultimamente tem ficado mais nas ruas, não tendo estabelecido vínculos sociais significativos fora deste contexto. Durante a entrevista a adolescente se mostra muito sofrida com toda a sua situação, com dificuldades em se ajustar as regras da vida nas ruas, e atribuindo à morte do pai, que segundo ela, apesar de alcoólatra, cuidava dela, o motivo por estar “nesta vida”.

F4, sexo feminino, 17 anos, veio para as ruas de Goiânia há dois anos, proveniente do interior do estado do Maranhão. A adolescente relata que foi criada pela avó paterna, sendo que teve poucos contatos com a mãe, a qual foi conhecer aproximadamente aos 10 anos, e com o pai (que morreu assassinado e com o qual mantinha contato por telefone). Aos 15 anos, foi estuprada pelo tio, contra o qual deu um tiro na tentativa de matá-lo, mas não teve sucesso. Desde esse episódio foi jurada de morte pelo tio, não tendo o apoio da avó, e veio fugida para Goiânia. A adolescente durante a entrevista enfatiza muito aspectos relacionados à diversas humilhações que sofreu e vem sofrendo desde que se “entende por gente”. Relata não saber se já engravidou alguma vez, mas diz que no momento da entrevista está suspeitando que está grávida de um namorado que também vive nas ruas e encontra-se muito envolvido com drogas.

F5, 16 anos, sexo feminino, oscila períodos em casa e nas ruas de Goiânia desde os 12 anos de idade. A adolescente relata que suspeita estar grávida de um adolescente em situação de rua, mas com bastante medo da reação de seu “marido” que está preso e prestes a sair. A adolescente relata que começou a ir para as ruas depois de uma fuga de casa em virtude de um desentendimento com a mãe, mas que segundo ela mesma foi uma briga comum entre mãe e filha. Neste período tem história de 2 abortos em situação de violência. Durante a entrevista foi possível perceber, que para esta adolescente, a família é o referencial mais importante, sendo que ela mantém contato com a mãe, ligando para ela, durante o período que está nas ruas. Aparentemente a permanência

nas ruas está muito mais relacionada á busca de aventuras, o que a difere um pouco das outras adolescentes entrevistadas que tem suas histórias familiares marcadas pelo abandono e violência.

M1, sexo masculino, 17 anos iniciou sua trajetória nas ruas aproximadamente aos 6 anos em companhia do irmão que estava em situação de rua e hoje encontra-se preso no interior do estado de Minas Gerais. O adolescente mostra-se durante a entrevista tímido, limitando-se a responder nossos questionamentos de forma direta. No entanto foi possível perceber a preocupação do mesmo com a proximidade de se aniversário, no qual fará 18 anos, e não poderá mais freqüentar as instituições de apoio a criança e adolescente em situação de rua.

M2, sexo masculino, é proveniente de Anápolis, com história de vida nas ruas desde os 8/9 anos de idade. A entrevista foi realizada momentos depois de sua chegada na casa de passagem, sendo que o mesmo, apesar de estar em estado de intoxicação, mostrou coerência em seu discurso. O adolescente diz não gostar de ficar na casa de sua mãe, com a qual tem contato freqüente por telefone, mantendo um vínculo afetivo importante com a mesma. Em seu discurso, a naturalização e banalização da violência também se destacaram.

M3, sexo masculino, 16 anos é proveniente de Brasília. O adolescente nos conta que aproximadamente aos 12 anos de idade foi encaminhado para um abrigo em decorrência de atos violentos de seu padrasto e tio. No abrigo conheceu garotos com experiência de vida nas ruas, iniciando sua trajetória marcada por entradas e saídas de diferentes abrigos, uso de drogas e cometimento de atividades ilícitas, sem no entanto ter sido preso. Durante a entrevista o adolescente se mostra disponível, relatando suas percepções de forma clara e elaborada.

M4, sexo masculino, 17 anos, iniciou sua trajetória nas ruas como engraxate aos 7 anos de idade. Relata uma história familiar, com episódios de violência, sendo que tem outro irmão (de um total de 3 filhos) em situação de rua, mas que não tem contato com o mesmo. Tem passagens por diversos lares adotivos e por instituições penais para adolescentes. Relata que uma vez tirou uma menina das ruas, indo morar com sua mãe, devido à gravidez da adolescente, no entanto a gestação terminou com um aborto provocado pela mesma sem o consentimento e conhecimento do adolescente. Durante a entrevista o adolescente se mostra bastante reflexivo em relação a sua situação, ficando notório o forte vínculo do adolescente com as ruas e a sua descrença em um abandono do uso de drogas.

M5, sexo masculino, 17 anos, iniciou sua trajetória nas ruas aos 10 anos de idade, em virtude do uso de drogas e influência de amigos, mantendo o contato com a família. Durante este período já esteve em privação de liberdade e passou por diversas instituições de abrigamento. Relata ter uma filha de 3 anos com uma adolescente que estava nas ruas na época da gravidez, mas que atualmente vive com a família, sendo que não mantém contato com a criança. Além disso, relata um episódio recente de aborto, o qual foi solicitado pelo adolescente à mãe da criança, também em situação de rua.

M6, 16 anos, sexo masculino, atribui à presença do padrasto o motivo do início de sua vida nas ruas, aos 6 anos de idade. Durante este período mantém contato com mãe, sendo que já passou por medida de internação por ato infracional. O adolescente se mostrou bastante resistente em participar da entrevista, sendo esta realizada na terceira visita na instituição em que ele estava presente e motivada pela participação de outros adolescentes que já tínhamos conversado. Durante a entrevista se mostrou ríspido, se limitando a responder algumas perguntas.

M7, sexo masculino, 16 anos, O adolescente iniciou sua trajetória nas ruas vendendo picolés aos 5 anos de idade, incorporando aos poucos a rotina das ruas. Já passou por diversos abrigos e medida de internação em virtude do cometimento de atos infracionais. Relata ter uma filha com uma menina que estava em situação de rua na ocasião da gravidez, para a qual manda dinheiro esporadicamente e conversa pelo telefone.

M8, sexo masculino, 16 anos, relata que sempre morou com a avó e com o pai (que morreu de câncer quando era pequeno), sendo que só conheceu sua mãe aos 13 anos de idade. Iniciou sua trajetória nas ruas aos 9/10 anos por influência de amigos e uso de drogas. Atualmente, passa períodos breves na casa da avó e dos irmãos, mas rapidamente retorna as ruas. Durante a entrevista se mostrou tranquilo e principalmente disponível para a nossa conversa.

8. Apêndices